



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**BOQUIM DA COMARCA DE BOQUIM**  
**Pq Citricula Gov. João Filho, Bairro Centro, Boquim/SE, CEP 49360000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Dados do Processo**

Processo: 201961000972	Distribuição: 10/04/2019
Número Único: 0000948-78.2019.8.25.0009	Competência: Boquim
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

**Assuntos**

- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

**Dados das Partes**

Requerente: MERCIA SANTOS COSTA  
Endereço: POVOADO OLHOS D'ÁGUA  
Complemento:  
Bairro: ZONA RURAL  
Cidade: BOQUIM - Estado: SE - CEP: 49360000

Requerente: Advogado(a): MAYKEM HILTON SOARES VIEIRA 7149/SE

Requerente: MARCIA SANTOS COSTAS  
Endereço: POVOADO OLHOS D'ÁGUA  
Complemento:  
Bairro: ZONA RURAL  
Cidade: BOQUIM - Estado: SE - CEP: 49360000

Requerente: Advogado(a): MAYKEM HILTON SOARES VIEIRA 7149/SE

Requerente: MATHIAS SANTOS COSTA  
Endereço: POVOADO OLHOS D'ÁGUA  
Complemento:  
Bairro: ZONA RURAL  
Cidade: BOQUIM - Estado: SE - CEP: 49360000

Requerente: Advogado(a): MAYKEM HILTON SOARES VIEIRA 7149/SE

Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT  
Endereço: Rua Senador Dantas  
Complemento: (5º Andar)  
Bairro: Centro  
Cidade: Rio de Janeiro - Estado: RJ - CEP: 20031205

Requerido: Advogado(a): KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ 2592/SE

Interessado: DAMIANA DE JESUS SANTOS COSTA  
Endereço: POVOADO OLHOS D'ÁGUA  
Complemento:  
Bairro: ZONA RURAL  
Cidade: BOQUIM - Estado: SE - CEP: 49360



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**BOQUIM DA COMARCA DE BOQUIM**  
**Pq Citrícula Gov. João Filho, Bairro Centro, Boquim/SE, CEP 49360000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Processos Apensados:**

--

**Processos Dependentes:**

--



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

BOQUIM DA COMARCA DE BOQUIM  
Pq Citrícula Gov. João Filho, Bairro Centro, Boquim/SE, CEP 49360000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201961000972

**DATA:**

10/04/2019

**MOVIMENTO:**

Distribuição

**DESCRIÇÃO:**

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201961000972, referente ao protocolo nº 20190410183305623, do dia 10/04/2019, às 18h33min, denominado Procedimento Comum, de Invalidez.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Maykem Hilton Soares Vieira**

Advogado OAB/SE - 7149

*EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE BOQUIM/SE.*

**MERCIA SANTOS COSTA**, brasileira, maior e capaz, estudante, portadora da CI nº 7.096.057-7 SSP/SE e inscrita no CPF nº 083.947.425-30; **MARCIA SANTOS COSTA**, brasileira, solteira, maior e capaz, estudante, portadora do RG 2.562.187-4 SSP/SE e CPF 052.104.875-39 e **MATHIAS SANTOS COSTAS**, brasileiro, menor e incapaz, estudante, portador do RG 3.830.103-2 SSP/SE e CPF 089.536.795-59, assistido por sua genitora DAMIANA DE JESUS SANTOS, brasileira, casada, lavradora, portadora do RG 1.294.953 SSP/SE e CPF 019.854.655-66, todos residentes no Povoado Olhos D'Água, nº 56, Zona Rural, Boquim/SE, devidamente representada por seu advogado infra-assinado, vem, perante vossa excelência, requerer, por intermédio de seus Advogados in fine assinados, vem respeitosamente perante V. Exa. Interpor **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT**, em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-205, face aos seguintes fatos e fundamentos jurídicos expostos:

PRELIMINARMENTE, requer o benefício da justiça gratuita, por ser a Requerente pobre na forma da lei e não poder arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família.

## **I – DOS FATOS**

Pois bem, o senhor **JOSÉ ROBERTO SILVA COSTA**, genitor dos requerentes, veio a falecer em 22/04/2016, vítima de acidente de trânsito, na estrada municipal de Wanda Boroni em São Manuel-SP, com causa da morte **TRAUMATISMO CRANIO ENCEFÁLICO E AGENTE CORPO CORTUDENTE**, atestado pelo Médico Noe Luiz Mendes de Marchi – CRM 62573.

**Urge informar, que o inquérito acerca da acidente foi conduzido pela delegacia da cidade de São Manuel-SP, pela Delegada Dra. Ana Carolina de Brito, a qual informou a este causídico, através de contato telefônico, que só poderia passar cópia do Inquérito através de ordem judicial**

Assim, os autores não possuem o documentos necessários para dar entrada no processo administrativo, vez que necessita da cópia do inquérito, que poderá ser conseguido através de ordem judicial.

O Requerente recebeu várias cartas informando que o BO não era conclusivo, tendo o mesmo se dirigido a Delegacia e aditado o BO conforme Requerido pela Demanda. Entretanto até o presente momento não houve resposta da Requerida.

Como já mencionado anteriormente, o Seguro DPVAT prevê o pagamento de indenização somente para os danos pessoais (inclusive a morte) que tenham se originado em acidente de trânsito.

A quantia a ser paga para cada uma das coberturas previstas (morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares) é determinada pelo art. 3º da Lei nº 6.194/74, com a nova redação dada pela Lei nº 11.482/2007.

Segundo esse dispositivo legal os valores de cada indenização são os seguintes:

- morte: R\$ 13.500,00;
- invalidez permanente: até R\$ 13.500,00; e
- reembolso de despesas de assistência médica e suplementares: até R\$ 2.700,00.

## **II – DO DIREITO.**

O próprio nome do Seguro DPVAT é esclarecedor: Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre. Isso significa que o DPVAT é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causadas por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto.

O Seguro Obrigatório DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte e invalidez permanente, e o reembolso de despesas médicas.

As indenizações do DPVAT são obrigatórias porque foi criado por lei, em 1974. Essa lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o seguro. A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes com veículos o recebimento de indenizações, ainda eu os responsáveis pelos acidentes não arquem com essa responsabilidade.

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causadores por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), o Autor faz jus à indenização financeira pelas seqüelas decorrentes do acidente de trânsito, ou seja, da invalidez permanente, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II e III, in verbis:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Apenas a título ilustrativo, cabe aludir que se considera invalidez a perda ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro DPVAT quando resulta de um acidente causado por veículo e é

permanente, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável. A invalidez é considerada permanentemente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte.

A parte autora, através de seu procurador, munira-se de todos os documentos exigidos pela legislação susomencionada, tais como laudo médico dos danos físicos que acometem e o registro de ocorrência no órgão policial competente, estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, têm o requerente direito à indenização. Dessa forma, o Autor busca junto aos braços do Poder Judiciário o reconhecimento de sua justa indenização.

Ademais, a matéria resta exaustivamente analisada e pacificada:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A VALOR CERTO E DETERMINADO - TARIFADO EM LEI PARA OS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. MEDIDA PROVISÓRIA 340/2006. PAGAMENTO PARCIAL. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DEVIDO. 1. Não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução n.º 1/75 de 03/10/75, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois, em se tratando de norma regulamentar, não pode esta dispor de modo diverso da Lei n.º 6.194/74, de hierarquia superior. 2. A percepção dos valores referentes ao seguro DPVAT na esfera administrativa a título de liquidação de sinistro não importa em abdicar do direito de receber indenização tarifada, havendo saldo a ser satisfeito, resultante da diferença entre o valor recebido e aquele efetivamente devido em face do previsto em lei. 3. A parte autora possui direito à complementação do valor da indenização tarifado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser abatido o valor atinente ao pagamento parcial efetuado na esfera administrativa, montante este que deve ser corrigido monetariamente pelo IGP-M, a contar daquele termo, acrescidos de juros moratórios a partir da citação. 4. Honorários advocatícios. Majoração para 15% do valor da condenação. Dado parcial provimento aos recursos. (Apelação Cível Nº 70028013035, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 21/01/2009).

Nota-se claramente que a lei foi criada para a indenização de vítimas de acidentes de trânsito, tudo nos termos da Lei nº 6.194/74, com a redação dada pela Lei nº 8.441/92.

**Ex positis, conclui-se que é suficiente, portanto, a apresentação do laudo médico e o registro da ocorrência no órgão policial, para o devido pagamento da indenização, sendo abusiva qualquer outra exigência fora dos itens supracitados.**

Ademais, não há que se falar em graduar a invalidez permanece com base na Resolução nº 1/75 de 03/10/75, editado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, pois em se tratando de norma regulamentar não pode dispor de modo diverso da Lei nº 6.194/74, de hierarquia superior, de sorte que é incabível a limitação da indenização com base na resolução precitada. Nesse sentido são os arestos a seguir transcritos:

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de carência de ação, por falta de interesse processual afastada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74. Conforme o art. 5º da Lei nº 6.194/74, com a redação anterior à Lei 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 40 vezes o salário mínimo vigente na época da liquidação do sinistro, porquanto a alínea `b do art. 3º da Lei nº 6.194/74 não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Fixação da indenização em salários mínimos como critério de cálculo. Apelação desprovida. (Apelação Cível Nº 70023264666, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 21/05/2008).

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de ilegitimidade passiva rejeitada. A indenização atinente ao Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) pode ser exigida de qualquer seguradora integrante do consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as seguradoras que operam no referido seguro. Preliminar de falta de interesse processual rejeitada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74. Preliminar de falta de documento imprescindível ao exame da lide, também repelida, diante dos documentos juntados aos autos. Estando presente o nexo de causalidade entre o acidente e a invalidez permanente da parte autora, reconhecida pela seguradora na seara administrativa, é de 40 salários mínimos o valor da indenização, segundo o artigo 3º, alínea b da Lei nº 6.194/74. A Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, é o único texto legal que confere competência para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNSP ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores. À unanimidade, preliminares rejeitadas.



Apelo desprovido, por maioria. (Apelação Cível Nº 70023291230, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Umberto Guaspari Sudbrack, Julgado em 23/04/2008).

Frisa-se que, em se tratando de seguro pessoal, não se pode investigar quanto à proporção do prejuízo sofrido, pois a vida ou a redução da capacidade produtiva não é passível de perfeita estimativa econômica, consoante estabelece o art. 789 do novel Código Civil, o que atentaria ao princípio da dignidade humana.

Assim, no caso em comento, como se pode abstrair dos fatos expostos, notadamente da leitura dos documentos ANEXADO AOS AUTOS, a parte reclamante sofreu fraturas em **fratura exposta do pilão tibial e de perônio**, ficando claro que a causa que originou a indenização é o acidente de trânsito citado na inicial, estando a mesmo acometido por invalidez permanente completa do membro inferior esquerdo.

Nesse sentido, pela tabela da lei 6.194/74, é previsto que reembolso de despesas de assistência médica e suplementares de R\$ 2.700,00, correspondente ao valor máximo indenizável.

. Nesse sentido, é assentado o entendimento jurisprudencial tanto no STJ quanto nesta Corte, cujos julgados são transcritos a seguir:

CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. INDENIZAÇÃO LEGAL. CRITÉRIO. VALIDADE. LEI N. 6.194/74. RECIBO. QUITAÇÃO. SALDO REMANESCENTE. I. O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n. 6.194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Precedente da 2ª Seção do STJ (REsp n. 146.186/RJ, Rel. P/ Acórdão Min. Aldir Passarinho Junior, por maioria, julgado em 12.12.2001). II. O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie. III. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 296.675/SP, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 20.08.2002, DJ 23.09.2002 P. 367).

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de falta de interesse processual rejeitada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente

indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74. De acordo com o art. 3º da Lei nº 6.194/74, o pagamento da indenização está condicionado à prova do acidente e do dano. Caso em que a prova pericial demonstra que o autor não restou inválido. Complementação da indenização que não é devida. Apelo desprovido. (Apelação Cível Nº 70021060868, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 03/10/2007)

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. VALOR DA INDENIZAÇÃO. FIXAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. 1. A pretensão do beneficiário que busca a complementação do seguro DPVAT, nasce no momento do pagamento a menor. Prescrição afastada de ofício. 2. Existe lei específica que regula o Seguro Obrigatório, estipulando o valor de até 40 (quarenta) salários mínimos para indenizações no caso de invalidez permanente. 3. O Conselho Nacional de Seguros Privados não é competente nem para alterar os valores estipulados em lei ordinária, nem para estabelecer uma diferenciação de graduação de invalidez permanente que a Lei nº 6.194/1974 não estabelece. A quitação não tem o efeito extinguir o direito dos beneficiários de indenização paga a menor de virem a juízo reclamar a diferença que lhes é devida. 4. O artigo 3º, da Lei 6.194/74 não utilizou o salário mínimo como fator de atualização da moeda, pois, limitou-se a quantificar a indenização. APELO PROVIDO (Apelação Cível Nº 70020438214, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo Sérgio Scarparo, Julgado em 29/08/2007).

Destaca-se então o grau de reduções das funcionalidades do Autor, tendo em vista os inúmeros ferimentos, sornando-se evidente assim o impossibilidade de voltar ao serviço pelo prazo de 10 dias, uma vez que permaneceu debilitada.

Destarte, não há falar em aplicação de limitadores no valor da indenização, estabelecidos mediante gradação de invalidez permanente, arbitrados em normas de hierarquia inferior, pois não é dado à Resolução restringir benefício se a lei ordinária regulamentada não o fez. Atende-se. Com tal entendimento, a interpretação história da norma legal, valorando o verdadeiro e original espírito da lei, segundo almejado na “mens legislatoris”, bem assim a hermenêutica sistemática do dispositivo legal em análise, adequando-o aos princípios da Constituição Federal.

Nesse sentido são os arestos a seguir transcritos:

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de carência de ação, por falta de interesse processual afastada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74. Conforme o art. 5º da Lei nº 6.194/74, com a redação anterior à Lei 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 40 vezes o salário mínimo vigente na época da liquidação do sinistro, porquanto a alínea `b do art. 3º da Lei nº 6.194/74 não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Fixação da indenização em salários mínimos como

critério de cálculo. Apelação desprovida. (Apelação Cível Nº 70023264666, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 21/05/2008)

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de ilegitimidade passiva rejeitada. A indenização atinente ao Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) pode ser exigida de qualquer seguradora integrante do consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as seguradoras que operam no referido seguro. Preliminar de falta de interesse processual rejeitada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74. Preliminar de falta de documento imprescindível ao exame da lide, também repelida, diante dos documentos juntados aos autos. Estando presente o nexo de causalidade entre o acidente e a invalidez permanente da parte autora, reconhecida pela seguradora na seara administrativa, é de 40 salários mínimos o valor da indenização, segundo o artigo 3º, alínea b da Lei nº 6.194/74. A Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, é o único texto legal que confere competência para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNSP ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores. À unanimidade, preliminares rejeitadas. Apelo desprovido, por maioria. (Apelação Cível Nº 70023291230, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Umberto Guaspari Sudbrack, Julgado em 23/04/2008).

Tendo em vista todo o exposto, bem como os laudos médicos periciais colacionados a exordial, entende-se que o valor arbitrado para o DPVAT merecido pelo Autor não foi o valor que lhe depositaram, restando demonstrado as presentes seqüelas em caráter permanente em que o Autor se encontra.

### **III - DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA**

Tendo em vista que o Autor não possui condições financeiras de arcar com as custas e demais despesas processuais, sem que isso lhe acarrete prejuízo financeiro, para tanto com amparo na Lei 1060/50, pede lhe seja concedida Assistência Judiciária Gratuita.

#### **IV – DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

a) que seja oficiado a Delegacia de São Manuel – SP, localizada na Avenida José Horácio Melão, 140 - Centro - CEP 18650-000 - São Manuel/SP, para que seja enviada cópia do inquérito acerca do acidente que resultou na sua morte, enviando junto com o ofício cópia da certidão de óbito do falecido,

b) e ainda que seja oficiado ao Fórum da Comarca de São Manuel, para informar se existe algum processo criminal acerca do acidente, e em caso positivo que seja enviado cópia dos autos, enviando junto com o ofício cópia da certidão de óbito do falecido;

c) a suspensão do processo até o recebimento das respostas dos ofícios enviados;

APÓS A SUSPENSÃO, REQUER:

a) A citação da SEGURADORA... DPVAT S. A., por Carta com Aviso de Recebimento, no endereço declinado no preâmbulo, para contestar a presente ação, sob pena de revelia quanto aos fatos alegados, devendo acompanhar o processo até a sentença final;

b) A condenação da Requerida ao pagamento da Indenização do Seguro DPVAT a parte Autora, no valor de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), conforme previsto pela Lei nº 6.194/73, corrigidos pelo IGP-M desde a data do pagamento administrativo e juros de 1% ao mês desde a citação

c) A condenação da Requerida em custas e honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação

d) A produção de todos os meios de prova em direito admitidas, especialmente, a prova testemunhal, prova documental.

e) A concessão do benefício de Gratuidade de Justiça, nos moldes do art. 4º, da lei nº 1.060/50, eis que o Autor, não tem possibilidade de arcar com as custas do presente feito e com seus ônus sucumbenciais, sem prejudicar seu próprio sustento e de sua família, conforme declaração de hipossuficiência em anexo.

f) a designação de audiência de conciliação nos termos do NCPC.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais).

Nestes termos, pede deferimento.

Boquim/SE, 10 de abril de 2019.

Maykem Hilton Soares Vieira  
OAB/SE 7149

## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE: MERCIA SANTOS COSTA**, brasileira, maior e capaz, estudante, portadora da CI nº 7.096.057-7 2ª Via SSP/SE e CPF nº 083.947.425-30, **MARCIA SANTOS COSTA**, brasileira, solteira, maior e incapaz, portadora do RG 2.562.187-4 e CPF 052.104.875-39 e **MATHIAS SANTOS COSTA**, brasileiro, solteiro, estudante, menor e incapaz ambos representados e assistidos por sua genitora **DAMIANA DE JESUS SANTOS**, brasileira, casada, lavradora, portadora do RG 1.294.953 SSP/SE e CPF 019.854.655-66 ambos residentes no Povoado Olhos D'Água, nº 56, Zona Rural, Boquim/SE.

**OUTORGADO: Dr. MAYKEM HILTON SOARES VIEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SE sob o nº 7149, ambos com escritório na Praça Barão do Rio Branco, 47, centro, Estância, e-mail [maykemhilton@yahoo.com.br](mailto:maykemhilton@yahoo.com.br), tel: (79) 9986-4970.

Pelo presente instrumento particular de PROCURAÇÃO, nomeia(m) e constitui (em) seu procurador acima qualificada, para em conjunto ou separadamente, independentemente de ordem de nomeação, deles usem em qualquer Instancia, Juízo ou Tribunal, inclusive os da cláusulas "Ad Juditia e Et Extra", bem como os enumerados na parte "in fine" do art. 105 do CPC, para o foro em geral e os especiais de, em juízo ou fora dele, **receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica.** (Em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC15), podendo ainda requerer instaurações de inquéritos policiais, representá-lo perante quaisquer repartições públicas, requerendo ou defendendo os seus interesses em processo administrativos, fiscais ou de qualquer natureza, **especialmente para ingressar com Ação de Alvará Judicial, Reclamação Trabalhista e outras ação cabíveis.**

Boquim/SE, 16 de maio de 2017.

Damiana de Jesus Santos

Marcia Santos Costa

mathias santos costa

Mercia Santos Costa

MATRIZ: Praça Barão do Rio Branco, 47 – centro, Estância/SE  
FILIAL: Av. Simpliciano F. da Fonseca, nº 695, Centro, Boquim/SE – Fone (079) 99986-4970  
E-mail [maykemhilton@yahoo.com.br](mailto:maykemhilton@yahoo.com.br)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
COORDENADORIA GERAL DE POLÍCIA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "DR. CARLOS WEINER"




*x Mathias Santos Costa*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.830.103-1 DATA DE EMISSÃO 24/03/2014

NOME  
MATHIAS SANTOS COSTA


FLACAO  
JOSE ROBERTO SILVA DA COSTA  
DIRETOR DE JESUS SANTOS COSTA

NATURALIDADE  
VIOLETA-GE DATA DE NASCIMENTO  
09/07/2000

DOC ORIGEM  
CT. NASCIMENTO NR 25416 LV 408 FL 142  
CPF CART 2 OFIC DIST GEN DE VIOLETA-GE

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.118 DE 28/04/82

 **Ministério da Fazenda**  
**Receita Federal**  
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF 

Número  
089.536.795-59

Nome  
MATHIAS SANTOS COSTA

Nascimento  
09/07/2000

CÓDIGO DE CONTROLE  
E57C.CB00.BF2B.E232



Emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil  
às 11:33:00 do dia 16/05/2017 (hora e data de Brasília)  
dígito verificador: 00  
VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



# Detalhamento da Matricula

Matrícula	0018830155 1987 1 0003 056 0000533 31
Identificação	aaaaasbbcc dddd e ffff ggg hhhhhhh ii
	<b>Detalhamento</b>
aaa (00188-3)	Código Nacional da Serventia (identificação única do cartório)
i (01)	Código do Acervo, sendo: 01 - Acervo Próprio Outros - Acervos Incorporados
(55)	Tipo de Serviço Prestado, sendo: 01: Serviço de Notas 02: Serviço de Protesto de Títulos 03: Serviço de Registro de Imóveis 04: Serviço de Registro de Títulos e Documento Civil de pessoa jurídica 05: Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais 06: Serviço de Registro de Contratos Marítimos 07: Registro de Distribuição
dd (1987)	Ano do Registro
1)	Tipo do livro, sendo: 1: Livro A (Nascimento) 2: Livro B (Casamento) 3: Livro B Auxiliar (Registro de casamento religioso para fins civis) 4: Livro C (Óbito) 5: Livro C Auxiliar (Registro de Natimortos) 6: Livro D (Registro de Proclamas) 7: Livro E (Demais atos relativos ao Registro Civil)
(0003)	Número do livro
g (050)	Número da folha
hhhhh (0000533)	Número do Termo
31)	Dígito Verificador

Uso exclusivo para emissão de certidões de registro e transcrição de nascimento, casamento e óbito



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SERGIPE

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

COORDENADORIA GERAL DE PERÍCIAS

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. CARLOS WERNECK




*Mercia Santos Costa*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODOS OS TERRITÓRIOS NACIONAIS

REGISTRO GERAL 7.096.457-7 1 VIA DATA DE EMISSÃO 24/04/2012

NOME

MERCIA SANTOS COSTA

RELACIONE

JOSE ROBERTO SILVA COSTA

DAMIANA DE JESUS SANTOS

NATURALIDADE

BOQUIR-SE

DATA DE NASCIMENTO

18/12/1996

CT. NASCIM. NR 23719 LV 455 PL 287

CART. IDENT. COM. BOQUIR-SE

EXEMPLO DE CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO

MINISTÉRIO DA FAZENDA



**Receita Federal**

Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número

**083.947.425-30**

Nome

**MERCIA SANTOS COSTA**

Nascimento

**18/12/1996**

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



CÓDIGO DE CONTROLE

**0C6B.1E93.6F68.8C95**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na internet, no endereço

**[www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)**

Comprovante emitido pela

Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 11:33:57 do dia 06/05/2015 (hora e data de Brasília)

dígito verificador: 00



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

## CERTIDÃO DE NASCIMENTO

NOME  
**MÉRCIA SANTOS COSTA**

MATRÍCULA  
109850 01.55 1999 1 00055 287 0023719 - 90

## DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO

DIA MÊS ANO

DEZOITO DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE UM MIL, NOVECIENTOS E NOVENTA E SEIS

18 12 1996

## HORA

## MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO

12:27

BOQUIM/SE

## MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO

## LOCAL DE NASCIMENTO

## SEXO

BOQUIM-SE

NA MATERNIDADE SÃO VICENTE DE PAULA, NESTA CIDADE

FEMININO

## FILIAÇÃO

MÃE: DAMIANA DE JESUS SANTOS  
PAI: JOSÉ ROBERTO SILVA COSTA

## AVÓS

AVÔ MATERNA: RAIMUNDA ACELINA DE JESUS SANTOS  
AVÔ MATERNO: NÃO CONSTA  
AVÔ PATERNA: ALMERINDA XAVIER DA SILVA  
AVÔ PATERNO: MANUEL MESSIAS PEREIRA DA COSTA

## GÊMEO

## NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S)

SIM

MÁRCIA SANTOS COSTA, MATRÍCULA: 109 8500155 1999 1 00055 286 0023718 92

## DATA DO REGISTRO POR EXTENSO

## Nº DA DECLARAÇÃO DE NASCIDO VIVO

VINTE E SETE DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE UM MIL, NOVECIENTOS E NOVENTA E NOVE

## OBSERVAÇÕES/AVERBAÇÕES

ISENTO DE EMOLUMENTOS

NOME DO OFÍCIO: 2º OFÍCIO DA COMARCA DE BOQUIM

OFICIAL REGISTRADOR SUBSTITUTO: JOYCE GLEYDIANE PEREIRA NASCIMENTO

MUNICÍPIO: BOQUIM-SE

ENDEREÇO: PARQUE CITRÍCOLA GOV. JOÃO ALVES FILHO, S/N

ISENTO DE EMOLUMENTOS

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.  
Data e local: BOQUIM, SE, 21 de Janeiro de 2015.

*Joyce Gleydiane Pereira Nascimento*  
Assinatura do Oficial

2ª VIA

CALDA SE DE TERRITÓRIOS NATIONA  
 REGISTRO 2.362.137-4 2.VIA DATA DE EMISSÃO 18/09/2013  
 NOME  
 MARCIA SANTOS COSTA  
 LUGAR  
 JOSE ROBERTO SILVA COSTA  
 DAMIANA DE JESUS SANTOS  
 DATA DE NASCIMENTO 18/12/1996  
 SEXO F  
 CT. NASCIM. 10935001551999100055236002371892  
 CART 2 OF DIST COM BOQUIM/SE

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 DATA DE NASCIMENTO 18/12/1996  
 SEXO F  
 NOME MARCIA SANTOS COSTA  
 LUGAR JOSE ROBERTO SILVA COSTA  
 DAMIANA DE JESUS SANTOS  
 DATA DE NASCIMENTO 18/12/1996  
 SEXO F  
 CT. NASCIM. 10935001551999100055236002371892  
 CART 2 OF DIST COM BOQUIM/SE  
 MARCIA SANTOS COSTA  
 CARTERA DE IDENTIDADE

Nº do CPF: 052.104.875-39

Nome da Pessoa Física: MARCIA SANTOS COSTA

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às 16:05:40 do dia 28/05/2015 (hora e dia de Brasília)





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

NOME  
**MARCIA SANTOS COSTA**

MATRÍCULA  
109850 01 55 1999 1 00055 286 0023718 - 92

DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO

DIA MÊS ANO

DEZOITO DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE UM MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS

18 12 1996

HORA MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO

12:27 BOQUIM/SE

MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO

LOCAL DE NASCIMENTO

SEXO

BOQUEM-SE

NA MATERNIDADE SÃO VICENTE DE PAULA

FEMININO

FILIAÇÃO

MÃE: DAMIANA DE JESUS SANTOS  
PAI: JOSÉ ROBERTO SILVA COSTA

AVÓS

AVÓ MATERNA: RAIMUNDA ACELINA DE JESUS SANTOS  
AVÓ PATERNA: ALMERINDA XAVIER DA SILVA  
AVÓ PATERNO: MANUEL MESSIAS PEREIRA DA COSTA

GÊMEO NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S)

SJM

MERCIA SANTOS COSTA, MATRÍCULA: 1098500155 1999 1 00055 287 0023719 90

DATA DO REGISTRO POR EXTENSO

Nº DA DECLARAÇÃO DE NASCIDO VIVO

VINTE E SETE DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE UM MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE

OBSERVAÇÕES/AVERBAÇÕES

ISENTO DE EMOLUMENTOS

NOME DO OFÍCIO: 2º OFÍCIO DA COMARCA DE BOQUIM

OFICIAL REGISTRADOR SUBSTITUTO: JOYCE GLEYDANE PEREIRA NASCIMENTO

MUNICÍPIO: BOQUIM-SE

ENDEREÇO: PARQUE CITRÍCOLA GOV. JOÃO ALVES FILHO, S/N

ISENTO DE EMOLUMENTOS.

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.  
Data e local: BOQUIM, SE, 02 de Junho de 2016.

*Joyce Gleydane Pereira Nascimento*  
Assinatura do Oficial

2ª VIA

## Detalhamento da Matrícula

Matrícula	0018830155 1987 1 0003 050 0000533 31
Padrão	aaaaaabbcc dddd e ffff ggg hhhhhhh ii
	<b>Detalhamento</b>
aaaa (00188-3)	Código Nacional da Serventia (identificação única do cartório)
bb (01)	Código do Acervo, sendo: 01 - Acervo Próprio Outros - Acervos Incorporados
cc (55)	Tipo de Serviço Prestado, sendo: 51: Serviço de Notas 52: Serviço de Protesto de Títulos 53: Serviço de Registro de Imóveis 54: Serviço de Registro de Títulos e Documento Civil de pessoa jurídica 55: Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais 56: Serviço de Registro de Contratos Marítimos 57: Registro de Distribuição
dddd (1987)	Ano do Registro
e (1)	Tipo do livro, sendo: 1: Livro A (Nascimento) 2: Livro B (Casamento) 3: Livro B Auxiliar (Registro de casamento religioso para fins civis) 4: Livro C (Óbito) 5: Livro C Auxiliar (Registro de Natimortos) 6: Livro D (Registro de Proclamas) 7: Livro E (Demais atos relativos ao Registro Civil)
ffff (0003)	Número do livro
ggg (050)	Número da folha
hhhhmm (0000533)	Número do Termo
ii (31)	Dígito Verificador

Uso exclusivo para emissão de certidões de registro e transcrição de nascimento, casamento e óbito



REMETENTE

107434

INSS.

AG DA PREVIDENCIA SOCIAL LAGARTO

PRACA RUI MENDES, 21

CENTRO

LAGARTO - SP

49400-000

☐ MUDOU-SE☐ RECUSADO☐ INFORMAÇÃO ESCRITA PELO  
PORTEIRO/SINDICO☐ ENDEREÇO INSUFICIENTE☐ NÃO PROCURADO☐ NÃO EXISTE O NÚMERO  
INDICADO☐ AUSENTE☐ DESCONHECIDO☐ FALECIDO

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM: .....

EM: .....

RESPONSÁVEL

VISTO

Impresso pela Dataprev

FORM: CON38A

**PREVIDÊNCIA SOCIAL**

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



106206



MATHIAS SANTOS COSTA

POVOADO OLHOS D'AGUA

ZONA RURAL

BOQUIM - SP

49360-000



5013196987407830000010620630200417



**PREVIDÊNCIA SOCIAL**

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**CERTIDÃO PIS/PASEP/FGTS**

NOME <b>JOSE ROBERTO SILVA COSTA</b>		CTPS/IDENT. <b>1367600-00000</b>	CPF <b>01384719598</b>	PIS/PASEP <b>1274783676-4</b>	NUM. BENEFÍCIO <b>1778918813</b>
ÚLTIMO EMPREGADOR		CGC <b>0000000000000000</b> CERTIFICADO PARA OS FINS PREVISTOS NO PARÁGRAFO 1º DO ART. 4º, LEI COMPLEMENTAR Nº 26 DE 11/02/75, LEI Nº 8.858 DE 24/11/90 E PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 10. DO DECRETO Nº 85.845 DE 25/03/81, QUE FOI CONCEDIDA A			
DEPENDENTE <b>MATHIAS SANTOS COSTA</b>	VÍNCULO <b>FILHO</b>	DATA NASC. <b>09/07/2000</b>	<b>PENSÃO POR MORTE</b>  <b>REQUERIDA EM 02/03/2017</b> <b>DATA DE ÓBITO 22/04/2016</b>		
		LOCAL E DATA <b>BOQUIM</b> <b>SE</b>		<b>CL</b>  <b>03/04/2017</b> <b>22.0.01.050</b>	

ESTA CERTIDÃO TEM EFEITO PARA LEVANTAMENTO DE VALORES CORRESPONDENTES A:

a) PIS - PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL  
 b) PASEP - PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO  
 c) FGTS - FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO  
 d) QUANTIAS DEVIDAS PELO EMPREGADOR A SEU EMPREGADO EM DECORRÊNCIA DE RELAÇÃO DE EMPREGO.  
 e) RESTITUIÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA.  
 f) SALDOS DE CONTAS BANCÁRIAS, CADERNETAS DE POUPANÇA, FUNDO DE INVESTIMENTO, DE ACORDO COM LIMITES PREVISTOS EM LEI E DESDE QUE NÃO EXISTAM NA SUCESSÃO OUTROS BENS SUJEITOS A INVENTÁRIO.

**Leonardo de Melo Gadelha**  
 Presidente do INSS

Impresso pela Dataprev

FORM. CONS3A

CORTE AGUI

**PREVIDÊNCIA SOCIAL**

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**CERTIDÃO PIS/PASEP/FGTS**

NOME <b>JOSE ROBERTO SILVA COSTA</b>		CTPS/IDENT. <b>1367600-00000</b>	CPF <b>01384719598</b>	PIS/PASEP <b>1274783676-4</b>	NUM. BENEFÍCIO <b>1778918813</b>
ÚLTIMO EMPREGADOR		CGC <b>0000000000000000</b> CERTIFICADO PARA OS FINS PREVISTOS NO PARÁGRAFO 1º DO ART. 4º, LEI COMPLEMENTAR Nº 26 DE 11/02/75, LEI Nº 8.858 DE 24/11/90 E PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 10. DO DECRETO Nº 85.845 DE 25/03/81, QUE FOI CONCEDIDA A			
DEPENDENTE <b>MATHIAS SANTOS COSTA</b>	VÍNCULO <b>FILHO</b>	DATA NASC. <b>09/07/2000</b>	<b>PENSÃO POR MORTE</b>  <b>REQUERIDA EM 02/03/2017</b> <b>DATA DE ÓBITO 22/04/2016</b>		
		LOCAL E DATA <b>BOQUIM</b> <b>SE</b>		<b>CL</b>  <b>03/04/2017</b> <b>22.0.01.050</b>	

ESTA CERTIDÃO TEM EFEITO PARA LEVANTAMENTO DE VALORES CORRESPONDENTES A:

a) PIS - PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL  
 b) PASEP - PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO  
 c) FGTS - FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO  
 d) QUANTIAS DEVIDAS PELO EMPREGADOR A SEU EMPREGADO EM DECORRÊNCIA DE RELAÇÃO DE EMPREGO.  
 e) RESTITUIÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA.  
 f) SALDOS DE CONTAS BANCÁRIAS, CADERNETAS DE POUPANÇA, FUNDO DE INVESTIMENTO, DE ACORDO COM LIMITES PREVISTOS EM LEI E DESDE QUE NÃO EXISTAM NA SUCESSÃO OUTROS BENS SUJEITOS A INVENTÁRIO.

**Leonardo de Melo Gadelha**  
 Presidente do INSS

Impresso pela Dataprev

FORM. CONS3A





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
**CERTIDÃO DE ÓBITO**

NOME:  
**JOSÉ ROBERTO SILVA COSTA**  
MATRÍCULA:  
**000182.01.55.2016.4.00020.250.0008543-11**

SEXO: masculino COR: preta ESTADO CIVIL E IDADE: casado, com quarenta e seis anos de idade  
NATURALIDADE: Boquim - SE DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: RG: 1.113.676 SSP SE ELEITOR: sim

**FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA**

filho de MANUEL MESSIAS FERREIRA DA COSTA, FALECIDO e de ALMERINDA XAVIER DA SILVA, natural de Cicero Dantas, Estado da Bahia, residente na Avenida Sete de Setembro, s/nº, Centro, na cidade de Fátima/BA; Residência: na Rua Antônio Malossi, nº 41, CDHU II, São Manuel, Estado de São Paulo.

**DATA E HORA DO FALECIMENTO**

vinte e dois de abril de dois mil e dezessete, às 18:10 horas

DIA: 22 MES: 04 ANO: 2016

**LOCAL DE FALECIMENTO**

na Estrada Municipal Wanda Baroni em São Manuel - SP

**CAUSA DA MORTE**

traumatismo cranio encefálico e agente corpo contundente

**SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO**

Cemitério Municipal da cidade de Boquim/SE

**DECLARANTE**

ANADILZA BATISTA DOS SANTOS

**NOME E NÚMERO DE DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO**

Doutor Noé Luiz Mendes de Marchi, CRM 62573 e Doutora Ana Carolina de Brito, Delegada de Polícia  
Atestado médico número 231126093

**OBSERVAÇÕES AVERBAÇÕES**

OBSERVAÇÕES -> VIDE VERSO

Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas do Município e Comarca de São Manuel  
Estado de São Paulo  
Rua Sete de Setembro, nº 391 - Centro  
CEP: 13.650-000 Fones: (14) 3841-2845  
Elaine Belgado Martins  
Oficial

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Sou té.  
São Manuel, 24 de agosto de 2016.

Milena Cristina Tineu  
Milena Cristina Tineu  
Escritora Substituta

OFICIAL IPESP 1.3.5 TOTAL  
23,46 4,68 0,00 28,14  
Dig: Milena/Elaine



00018-2-AA 000011479



PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

## CERTIDÃO PIS/PASEP/FGTS

NOME		CTPS/IDENT.	CPF	PIS/PASEP	NUM. BENEFÍCIO
JOSE ROBERTO SILVA COSTA		1367600-00000	01384719598	1274783676-4	1778918813
ÚLTIMO EMPREGADOR		CGC	CERTIFICADO PARA OS FINS PREVISTOS NO PARÁGRAFO 1º DO ART. 4º, LEI COMPLEMENTAR Nº 28 DE 11/02/75, LEI Nº 8.858 DE 24/11/90 E PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 1º DO DECRETO Nº 85.945 DE 26/03/81, QUE FOI CONCEDIDA A  <b>PENSAO POR MORTE</b>  <b>REQUERIDA EM 02/03/2017</b> <b>DATA DE ÓBITO 22/04/2016</b>  LOCAL E DATA <b>BOQUIM</b> <b>SE</b> <b>03/04/2017</b> <b>22.0.01.050</b>		
000000000000000000					
DEPENDENTE	VÍNCULO	DATA NASC.			
MATHIAS SANTOS COSTA	FILHO	09/07/2000			
ESTA CERTIDÃO TEM EFEITO PARA LEVANTAMENTO DE VALORES CORRESPONDENTES A: a) PIS - PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL b) PASEP - PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO c) FGTS - FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO d) QUANTIAS DEVIDAS PELO EMPREGADOR A SEU EMPREGADO EM DECORRÊNCIA DE RELAÇÃO DE EMPREGO. e) RESTITUIÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA. f) SALDOS DE CONTAS BANCÁRIAS, CADERNETAS DE POUPANÇA, FUNDO DE INVESTIMENTO, DE ACORDO COM LIMITES PREVISTOS EM LEI E DESDE QUE NÃO EXISTAM NA SUCESSÃO OUTROS BENS SUJEITOS A INVENTÁRIO.					
 Leonardo de Melo Gadelha Presidente do INSS					

Impresso pela Dataprev

FORM CON53A

CORTE AGU



PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

## CERTIDÃO PIS/PASEP/FGTS

NOME		CTPS/IDENT.	CPF	PIS/PASEP	NUM. BENEFÍCIO
JOSE ROBERTO SILVA COSTA		1367600-00000	01384719598	1274783676-4	1778918813
ÚLTIMO EMPREGADOR		CGC	CERTIFICADO PARA OS FINS PREVISTOS NO PARÁGRAFO 1º DO ART. 4º, LEI COMPLEMENTAR Nº 28 DE 11/02/75, LEI Nº 8.858 DE 24/11/90 E PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 1º DO DECRETO Nº 85.945 DE 26/03/81, QUE FOI CONCEDIDA A  <b>PENSAO POR MORTE</b>  <b>REQUERIDA EM 02/03/2017</b> <b>DATA DE ÓBITO 22/04/2016</b>  LOCAL E DATA <b>BOQUIM</b> <b>SE</b> <b>03/04/2017</b> <b>22.0.01.050</b>		
000000000000000000					
DEPENDENTE	VÍNCULO	DATA NASC.			
MATHIAS SANTOS COSTA	FILHO	09/07/2000			
ESTA CERTIDÃO TEM EFEITO PARA LEVANTAMENTO DE VALORES CORRESPONDENTES A: a) PIS - PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL b) PASEP - PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO c) FGTS - FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO d) QUANTIAS DEVIDAS PELO EMPREGADOR A SEU EMPREGADO EM DECORRÊNCIA DE RELAÇÃO DE EMPREGO. e) RESTITUIÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA. f) SALDOS DE CONTAS BANCÁRIAS, CADERNETAS DE POUPANÇA, FUNDO DE INVESTIMENTO, DE ACORDO COM LIMITES PREVISTOS EM LEI E DESDE QUE NÃO EXISTAM NA SUCESSÃO OUTROS BENS SUJEITOS A INVENTÁRIO.					
 Leonardo de Melo Gadelha Presidente do INSS					

Impresso pela Dataprev

FORM CON53A

REMETENTE

107434

INSS

AG DA PREVIDENCIA SOCIAL LAGARTO

PRACA RUI MENDES, 21

CENTRO

LAGARTO - SE

49400-000

- |                                                          |                                        |                                                                      |
|----------------------------------------------------------|----------------------------------------|----------------------------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> MUDOU-SE                        | <input type="checkbox"/> RECUSADO      | <input type="checkbox"/> INFORMAÇÃO ESCRITA PELO<br>PORTEIRO/SINDICO |
| <input type="checkbox"/> ENDEREÇO INSUFICIENTE           | <input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO | <input type="checkbox"/>                                             |
| <input type="checkbox"/> NÃO EXISTE O NÚMERO<br>INDICADO | <input type="checkbox"/> AUSENTE       |                                                                      |
| <input type="checkbox"/> DESCONHECIDO                    | <input type="checkbox"/> FALECIDO      |                                                                      |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM: .....

EM: .....

RESPONSÁVEL

VISTO

Impresso pela Dataprev

FORM: CON39A

**PREVIDÊNCIA SOCIAL**

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



5079

106206



MATHIAS SANTOS COSTA  
POVOADO OLHOS D'ÁGUA  
ZONA RURAL  
BOQUIM SE  
49360-000



5013196987407630000010620630200417





NOME		CL	NB
MATHIAS SANTOS COSTA		(NIT: 2063345062-0) 22.001.050	177.891.881-3

COMUNICAMOS QUE LHE FOI CONCEDIDO **PENSAO POR MORTE(21)**  
**177.891.881-3** REQUERIDO EM 02/03/2017 COM RENDAMENSAL DE R\$ **1.264,54** CALCULADA CONFORME ABAIXO  
 COM INICIO DE VIGENCIA A PARTIR DE **22/04/2016**  
 CASO NÃO TENHA FEITO OPÇÃO PELO CRÉDITO EM CONTA CORRENTE OU POUPANÇA, COMPAREÇA A PARTIR DE **02/05/2017** NA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA INDICADA ABAIXO. MUNDO, OBRIGATORIAMENTE, DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO APRESENTADO NO ATO DO REQUERIMENTO DO BENEFÍCIO. OS CRÉDITOS SUBSEQUENTES SERÃO EFETUADOS NO **1** DIA ÚTIL DE CADA MÊS.

ORGÃO PAGADOR/AGÊNCIA BANCÁRIA:  
**075016 - BRADESCO - LAGARTO**  
**RUA DR. LAUDELINO FREIRE, 265**  
**REPRES LEGAL DAMIANA DE JESUS SANTOS**

CENTRO **Leonardo de Melo Gadelha**  
 (NIT: 2063345059-0) Presidente do INSS

VIA SEGURADO

---

CÁLCULO DE BENEFÍCIOS SEGUNDO A LEI 9876, DE 29/11/1999  
(ATIVIDADE PRINCIPAL)

DATA	SALARIO	INDICE	SAL.CORR	DATA	SALARIO	INDICE	SAL.CORR	DATA	SALARIO	INDICE	SAL.CORR
02/2016	338,87	1,0139	340,24	01/2016	1.028,54	1,0282	1.055,53*	12/2015	1.272,83	1,0385	1.321,84
11/2015	1.362,81	1,0500	1.431,00*	10/2015	1.479,18	1,0581	1.565,16*	09/2015	1.109,76	1,0635	1.180,26
08/2015	1.384,83	1,0661	1.391,19*	07/2015	1.266,76	1,0723	1.358,43*	06/2015	1.508,18	1,0806	1.629,77
05/2015	778,66	1,0313	849,76*	04/2007	154,10	1,7630	271,68	03/2007	487,95	1,7676	862,52
04/2007	333,02	1,7722	590,19								

\* SALARIOS UTILIZADOS PARA CÁLCULO DA MÉDIA

TOTAL DOS SALARIOS CONTRIBUICAO CORRIGIDOS	12.645,45	DIVIDIDO POR	10
SALARIO DE BENEFICIO (	1.264,54 )		
TEMPO DE SERVICO : 01 GRUPOS DE 12 CONTRIBUICOES			
RENDAMENSAL INICIAL (EM: R\$ ) (	1.264,54 X 0,010)		1.264,54

---

\*\*\* NAO HOVE GERACAO DE CREDITOS ATRASADOS DE ANO ANTERIOR \*\*\*

---

DISCRIMINATIVO DE CREDITOS DE ATRASADOS (VALORES EXPRESSOS EM REAL)

---

DATAS: REGUL.DOCUMENTACAO 02/03/2017 INICIO PAGAMENTO 02/03/2017

03/2017	REND.MENSAL	1.265,78	LIQUIDO	1.265,78
			ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	0,22



TOTAL BRUTO	1.266,00	DESCONTO	0,00	LIQUIDO	1.266,00
DISCRIMINATIVO DE CREDITOS DO MES					
04/2017 REND. MENSAL	1.309,43	AD ARRED CRE	0,57		
TOTAL BRUTO	1.310,00	DESCONTO	0,00	LIQUIDO	1.310,00

OBS: É DE 10 (DEZ) ANOS O PRAZO PARA REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO, CONFORME LEI 8213/91 ART 103.

(\*) Renda Mensal proporcional ao período de 22/04/2016 a 30/04/2016

Prezado beneficiário,

O pagamento dos benefícios previdenciários e assistenciais é realizado por intermédio de instituições financeiras contratadas pelo INSS.

Estas instituições financeiras devem garantir:

- O pagamento do benefício conforme a data designada na Tabela de Pagamento de Benefício, estabelecida pela Previdência Social;
- O pagamento do benefício pelo banco e agência designados pelo INSS e, a utilização de cartão magnético, em qualquer agência ou terminal de autoatendimento;
- O Pagamento em local adequado, sem fila externa, nem fila com tempo de espera superior a trinta minutos ou de acordo com a legislação local vigente;
- A opção de receber o benefício por meio de cartão magnético, gratuitamente, sem necessidade da abertura de conta na instituição bancária designada ou por conta corrente, quando já possuir e desde que seja um dos titulares. A emissão do primeiro cartão para saque do benefício por meio magnético também é gratuita;
- Uma transferência mensal de valores, entre conta corrente / poupança, gratuitamente, por meio da utilização do Documento de Ordem de Crédito - DOC ou Transferência Eletrônica Disponível - TED, para o banco de sua escolha, desde que possua conta corrente no banco que recebe o benefício, de mesma titularidade e que a transferência seja no valor total do benefício;
- A emissão de cartão com a identificação de que você é um beneficiário da Previdência Social, caso o seu pagamento seja na modalidade de crédito em conta / poupança. Esse cartão é opcional e a 1ª via gratuita;
- A disponibilização do Demonstrativo de Crédito do Benefício - informe-se no banco pagador do benefício sobre a disponibilidade deste serviço;
- A disponibilização do Extrato Anual de Pagamento de Benefícios e da Declaração de Rendimentos para fins de Imposto de Renda, se for o caso;
- O envio anual ao INSS, da comprovação de vida do beneficiário e a alteração de endereço, quando houver;

Caso essas regras não sejam observadas pelos bancos, você pode registrar reclamação na Ouvidoria-Geral da Previdência Social, pelo telefone 135.



201910600471

**PAGUE EM QUALQU**

**Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe**  
**Guia de Recolhimento - Custas Iniciais -**  
**Cível**  
**Comarca de Boquim**

**Data:** 10/04/2019  
**Num.** 201910600471  
**Guia:**

Valor da Causa:	R\$ 13.000,00
Valor das Custas:	R\$ 358,11
Taxa da Taxa Judiciária:	R\$ 195,00
Valor da Taxa de Distribuição:	R\$ 19,18
Valor da(s) Diligência(s) => Quantidade de Autor(es): 1	R\$ 25,58
Valor Litisconsórcio => Quantidade de Reu(s): 1	R\$ 0,00
<b>T O T A L</b>	<b>R\$ 597,87</b>

**Guia Válida até 30/04/2019**

Via - Cartório

Autenticação Mecânica



201910600471

**PAGUE EM QUALQU**

**Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe**  
**Guia de Recolhimento - Custas Iniciais -**  
**Cível**  
**Comarca de Boquim**

**Data:** 10/04/2019  
**Num.** 201910600471  
**Guia:**

Valor da Causa:	R\$ 13.000,00
Valor das Custas:	R\$ 358,11
Taxa da Taxa Judiciária:	R\$ 195,00
Valor da Taxa de Distribuição:	R\$ 19,18
Valor da(s) Diligência(s) => Quantidade de Autor(es): 1	R\$ 25,58
Valor Litisconsórcio => Quantidade de Reu(s): 1	R\$ 0,00
<b>T O T A L</b>	<b>R\$ 597,87</b>

**Guia Válida até 30/04/2019**

Via - Parte

Autenticação Mecânica

856600000058 978701560127 019106004716 201904300005

**PAGUE EM QUALQUER**



**Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe**  
**Guia de Recolhimento - Custas Iniciais -**  
**Cível**  
**Comarca de Boquim**

**Data:** 10/04/2019

**Num.** 201910600471

**Guia:**

---

Valor da Causa:	R\$ 13.000,00
Valor das Custas:	R\$ 358,11
Taxa da Taxa Judiciária:	R\$ 195,00
Valor da Taxa de Distribuição:	R\$ 19,18
Valor da(s) Diligência(s) => Quantidade de Autor(es): 1	R\$ 25,58
Valor Litisconsórcio => Quantidade de Reu(s): 1	R\$ 0,00
<b>T O T A L</b>	<b>R\$ 597,87</b>

**Guia Válida até 30/04/2019**

---

Via - Banco

Autenticação Mecânica



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

BOQUIM DA COMARCA DE BOQUIM  
Pq Citrícula Gov. João Filho, Bairro Centro, Boquim/SE, CEP 49360000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201961000972

**DATA:**

11/04/2019

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

CONCLUSÃO

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não





**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**BOQUIM DA COMARCA DE BOQUIM**  
**Pq Citricula Gov. João Filho, Bairro Centro, Boquim/SE, CEP 49360000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201961000972

**DATA:**

28/04/2019

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

Inicialmente, defiro o Beneplácito da Justiça gratuita com fulcro no Art. 4º, da lei 1060/50. I Diante dos pedidos fl. 9, e sendo imperativo para o prosseguimento da ação, determino que officie-se a Delegacia de São Manuel SP, localizada na Avenida José Horácio Melão, 140 - Centro - CEP 18650-000 - São Manuel/SP, para que seja enviada cópia do inquérito acerca do acidente que resultou na morte do Sr. JOSÉ ROBERTO SILVA COSTA, conforme se percebe na exordial. Requisite-se que envie, conjuntamente, uma cópia da certidão de óbito do falecido. II Oficie-se o Fórum da Comarca de São Manuel para que informe se há algum processo criminal referente ao acidente. Caso confirmado, envie cópia dos autos, conjuntamente a cópia da certidão de óbito do falecido. III- Suspenda-se o processo até o recebimento das respostas esperadas. Após volvam conclusos.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Boquim**

Nº Processo 201961000972 - Número Único: 0000948-78.2019.8.25.0009

Autor: MERCIA SANTOS COSTA E OUTROS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

R. hoje.

Inicialmente, defiro o Beneplácito da Justiça gratuita com fulcro no Art. 4º, da lei 1060/50.

I- Diante dos pedidos fl. 9, e sendo imperativo para o prosseguimento da ação, determino que officie-se a Delegacia de São Manuel - SP, localizada na Avenida José Horácio Melão, 140 - Centro - CEP 18650-000 - São Manuel/SP, para que seja **enviada cópia do inquérito** acerca do acidente que resultou na morte do Sr. JOSÉ ROBERTO SILVA COSTA, conforme se percebe na exordial. Requisite-se que envie, conjuntamente, uma **cópia da certidão de óbito do falecido**.

II- Officie-se o Fórum da Comarca de São Manuel para que informe se há algum **processo criminal referente ao acidente**. Caso confirmado, envie **cópia dos autos**, conjuntamente a **cópia da certidão de óbito** do falecido.

III- Suspenda-se o processo até o recebimento das respostas esperadas.

Após volvam conclusos.



Documento assinado eletronicamente por **ELÁDIO PACHECO MAGALHÃES, Juiz(a) de Boquim**, em 28/04/2019, às 19:50:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2019001024086-10**.



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**BOQUIM DA COMARCA DE BOQUIM**  
Pq Citrícula Gov. João Filho, Bairro Centro, Boquim/SE, CEP 49360000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201961000972

**DATA:**

29/04/2019

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

Certifico que confeccionei Ofícios nº 201961003539 e 201961003541. Aguardando assinatura.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

BOQUIM DA COMARCA DE BOQUIM  
Pq Citrícula Gov. João Filho, Bairro Centro, Boquim/SE, CEP 49360000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201961000972

**DATA:**

03/05/2019

**MOVIMENTO:**

Expedição de Documento

**DESCRIÇÃO:**

Mandado de número 201961003539 do tipo OFÍCIO DE ( assinante juiz ) [TM3001,MD2027] <br/><br/>  
{Destinatário(a): Delegacia de São Manuel – SP}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
Boquim  
Pq. Citrícola Gov. João Alves Filho, s/nº  
Bairro - Centro Cidade - Boquim  
Cep - 49360-000 Telefone - (79)3645-1138

Normal(Justiça Gratuita)



201961003539

PROCESSO: 201961000972 (Eletrônico)  
NÚMERO ÚNICO: 0000948-78.2019.8.25.0009  
NATUREZA: Procedimento Comum  
REQUERENTE E OUTROS: MARCIA SANTOS COSTAS  
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Prezado(a) Senhor(a),

Através do presente, ( ) DETERMINO ou ( ) SOLICITO que seja cumprida a finalidade abaixo transcrita:

**Finalidade:** Solicito à Delegacia de São Manuel ? SP, localizada na Avenida José Horácio Melão, 140 - Centro - CEP 18650-000 - São Manuel/SP, que seja enviada cópia do inquérito acerca do acidente que resultou na morte do Sr. JOSÉ ROBERTO SILVA COSTA, conforme se percebe na exordial. Requisito que envie, conjuntamente, uma cópia da certidão de óbito do falecido.

Em caso de resposta ao presente ofício, favor mencionar o número deste processo.

Atenciosamente/Respeitosamente,

**Destinatário**

**Nome:** Delegacia de São Manuel ? SP  
**Endereço:** Avenida José Horácio Melão, , 140  
**Bairro:** Centro  
**Cidade:** São Manuel - SP  
**CEP:** 18650000

[TM3001, MD2027]



Documento assinado eletronicamente por **ELÁDIO PACHECO MAGALHÃES, Magistrado(a) de Boquim**, em 03/05/2019, às 11:54:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2019001079503-03**.



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**BOQUIM DA COMARCA DE BOQUIM**  
Pq Citrícula Gov. João Filho, Bairro Centro, Boquim/SE, CEP 49360000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201961000972

**DATA:**

03/05/2019

**MOVIMENTO:**

Expedição de Documento

**DESCRIÇÃO:**

Mandado de número 201961003541 do tipo OFÍCIO DE ( assinante juiz ) [TM3001,MD2027] <br/><br/>  
{Destinatário(a): Fórum da Comarca de São Manuel}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
Boquim  
Pq. Citrícola Gov. João Alves Filho, s/nº  
Bairro - Centro Cidade - Boquim  
Cep - 49360-000 Telefone - (79)3645-1138

Normal



201961003541

---

PROCESSO: 201961000972 (Eletrônico)  
NÚMERO ÚNICO: 0000948-78.2019.8.25.0009  
NATUREZA: Procedimento Comum  
REQUERENTE E OUTROS: MARCIA SANTOS COSTAS  
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

---

Prezado(a) Senhor(a),

Através do presente, ( ) DETERMINO ou ( ) SOLICITO que seja cumprida a finalidade abaixo transcrita:

**Finalidade:** Solicito ao Fórum da Comarca de São Manuel que informe se há algum processo criminal referente ao acidente que resultou na morte do Sr. JOSÉ ROBERTO SILVA COSTA, conforme se percebe na exordial. Caso confirmado, envie cópia dos autos, conjuntamente a cópia da certidão de óbito do falecido.

Em caso de resposta ao presente ofício, favor mencionar o número deste processo.

Atenciosamente/Respeitosamente,

**Destinatário**

**Nome:** Fórum da Comarca de São Manuel

**Endereço:** -, -, -

**Bairro:** Centro

**Cidade:** São Manuel - SP

**CEP:** 18650000

[TM3001, MD2027]



Documento assinado eletronicamente por **ELÁDIO PACHECO MAGALHÃES, Magistrado(a) de Boquim**, em 03/05/2019, às 11:54:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2019001079505-20**.



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

BOQUIM DA COMARCA DE BOQUIM  
Pq Citrícula Gov. João Filho, Bairro Centro, Boquim/SE, CEP 49360000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201961000972

**DATA:**

21/05/2019

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Aviso de Recebimento de AR Digital nº 201961003539, conforme arquivo em anexo. Objetivo: Atingido<br/><br/>  
{Destinatário(a): Delegacia de São Manuel – SP}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não





Digital



**DESTINATÁRIO**

Delegacia de São Manuel - SP  
Avenida José Horácio Melão nº 140. Centro.  
18650000 - São Manuel - SP



CARIMBO  
UNIDADE DE ENTREGA



AR998325365SG



**ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR - Centralizador Regional**

**DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OU INFORMAÇÕES DE INTERESSE DO CLIENTE - OPCIONAL)**

Referente ao processo de nro. 201961000972 e mandado nro. 201961003539

**TENTATIVAS DE ENTREGA**

1ª \_\_\_\_\_  
2ª \_\_\_\_\_  
3ª \_\_\_\_\_

**ATENÇÃO:**  
Após a 3ª  
tentativa,  
devolver o  
objeto.

**MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO**

- |                                                 |                                          |
|-------------------------------------------------|------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 1 Ausência             | <input type="checkbox"/> 5 Recusado      |
| <input type="checkbox"/> 2 Entrega insuficiente | <input type="checkbox"/> 6 Não procurado |
| <input type="checkbox"/> 3 Não existe o número  | <input type="checkbox"/> 7 Ausente       |
| <input type="checkbox"/> 4 Desconhecido         | <input type="checkbox"/> 8 Faltando      |
| <input type="checkbox"/> 9 Outros _____         |                                          |

**RUBRICA E MATRÍCULA DO**

**JOSE EDUARDO ABILIO**  
Supervisor de Operações  
Matr. 99088085  
AC - SÃO MANUEL

**ASSINATURA DO RECEBEDOR**

**NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR**

*João Paulo Aguiar*

**DATA DE ENTREGA**

14.05.19

**Nº DOC. DE ENTREGA**

22125819



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

BOQUIM DA COMARCA DE BOQUIM  
Pq Citrícula Gov. João Filho, Bairro Centro, Boquim/SE, CEP 49360000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201961000972

**DATA:**

27/06/2019

**MOVIMENTO:**

Ato Ordinatório

**DESCRIÇÃO:**

Aguarde-se a resposta aos Ofícios nº 201961003539 e 201961003541.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**BOQUIM DA COMARCA DE BOQUIM**  
Pq Citricula Gov. João Filho, Bairro Centro, Boquim/SE, CEP 49360000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201961000972

**DATA:**

22/07/2019

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

E-mail e Cópia do Inquérito <br/> Juntada de Outros Documentos<br/>.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



# POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA

## DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BOTUCATU

DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO MANUEL/SP.

2

### PORTARIA

143/16  
grs-2-8  
Cdm

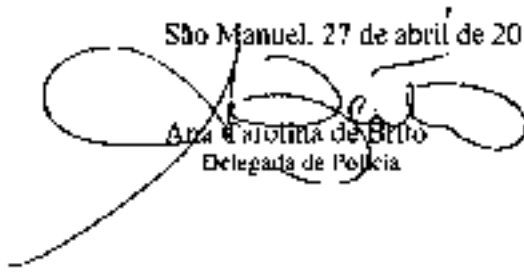
Notícia o Boletim de Ocorrência nº 573/2016, elaborado nesta Delegacia de Polícia, que no dia 22 de abril de 2016, por volta das 18h10min, os policiais militares Silva e Madeiri foram acionados via Copom para atenderem ocorrência de acidente de trânsito na estrada de terra Wanda Baroni. Chegando ao local dos fatos tomaram conhecimento que José Roberto Silva Costa – condutor do veículo GM/Munza de placa B1F0821 cidade de Bauru/SP trafegava pela estrada de terra Wanda Baroni sentido São Geruldo a Cohab III e, após capotar seu conduzido foi arremessado para fora do veículo, tendo falecido no local. Notícia ainda que José Roberto da Silva não era habilitado para a condução de veículo automotor e que havia adquirido tal veículo aproximadamente um mês.

Com a finalidade de apurar a verdade real acerca dos fatos acima noticiados, crime de Homicídio culposo na direção de veículo automotor, instaurou o presente Inquérito Policial com fundamento no art 5º, I do CPP, e determino ao Sr. Escrivão de Polícia que adote, preliminarmente, as seguintes providências:

- a) Juntem-se aos Autos :
- 1) Boletim de Ocorrência 573/2016;
  - 2) Requisição de IML para a vítima;
  - 3) Requisição de IC para o local dos fatos,
- b) Intimem-se:
- 1) Os policiais militares Silva e Madeiri;

Cumpra-se.

São Manuel, 27 de abril de 2016.

  
Ana Carolina de Brito  
Delegada de Polícia



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



Dependência: DEL.POL.SÃO MANUEL

Folha :1

Boletim No.: 573/2016

INICIADO:22/04/2016 19:33hs e EMITIDO:22/04/2016 20:05hs

KMLGQPCBDJEEFL\_\

Boletim de Ocorrência de Autoria Conhecida

Natureza(s):

Espécie: L 9503/97 - Código de Trânsito Brasileiro

Natureza: Homicídio culposo na direção de veículo automotor (Art. 302)

Consumado

Local: ESTRADA MUNICIPAL WANDA BARONI, 0 - S.MANUEL - SP

Tipo de local: Via pública - Via pública

Circunscrição: DEL. POL. S.MANUEL

Ocorrência: 22/04/2016 às 18:10 horas

Comunicação: 22/04/2016 às 19:29 horas

Elaboração: 22/04/2016 às 19:33 horas

Flagrante: Não

Testemunha:

- DEVANIR MADEIRA - Presente ao plantão - RG: 23700142-SP

emitido em 22/10/1988 - Exibiu o RG original: Não - Pai: MILTON MADEIRA

Mãe: ANA RIBEIRO BOMFIM MADEIRA - Natural de: S.MANUEL - SP

Nacionalidade: BRASILEIRA - Sexo: Masculino - Nascimento: 22/06/1972

43 anos - Estado civil: Casado - Profissão: POLICIAL MILITAR

Instrução: 2 Grau completo - Advogado Presente no Plantão: Não

Condutor:

- LUIS ANTONIO DA SILVA - Presente ao plantão - RG: 23700930-SP

emitido em 17/08/2005 - Exibiu o RG original: Não - Pai: JOSÉ DA SILVA

Mãe: NILSE BRANDAD DA SILVA - Natural de: S.MANUEL - SP

Nacionalidade: BRASILEIRA - Sexo: Ignorado - Nascimento: 08/08/1973

42 anos - Estado civil: Casado - Profissão: POLICIAL MILITAR

Instrução: 2 Grau completo - (CPF: 17034489874

Advogado Presente no Plantão: Não

Endereço Comercial: AV Irmãs Campos Silveira, 465 - CENTRO

CEP: 18650-000 - S.MANUEL - SP - Empresa: 2 CTA DE POLÍCIA MILITAR

Telefones: (14)3841-3900 (Comercial)

Autor/Vítima:

- JOSÉ ROBERTO SILVA COSTA - Não presente ao plantão - Vítima fatal

RG: 1113676-5E - emitido em 07/11/2006 - Exibiu o RG original: Não

Pai: MANUEL NESSIAS FERREIRA DA COSTA - Mãe: ALMERINDA XAVIER DA SILVA

DE - POL. SÃO MANUEL

Endereço da delegacia: AV JOSÉ HORÁCIO MELLÃO 140 - CENTRO, BAIRRO-S.MANUEL-SP. CEP: 18650-000

Telefone: (14)3841-2444



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



Dependência: DEL.POL.SÃO MANUEL  
Boletim No.: 573/2016

INICIADO:22/04/2016 19:33hs e EMITIDO:22/04/2016 20:05hs  
KML00PCBDJEEFL\_

Folha :2

Natural de: RQUIN/SE - Nacionalidade: BRASILEIRA - Sexo: Masculino  
Nascimento: 28/02/1970 46 anos - Estado civil: Casado - CPF: 01384/19508  
Advogado Presente no Plantão: Não - Cutis: Parda  
Endereço Residencial: RUA ANTONIO MALOSSI, 41 - CDHJ 11 - CEP: 10650-000  
S.MANUEL - SP

Veículos:

- Placa: B1F0821 - Cidade: BAURU - UF: SP - Chassis: 9B65JK11ZG8028685  
RENAVAM: 395891370 - Marca/Modelo: GM/MONTA SL/E - Tipo: AUTOMÓVEL  
Ano fabricação: 1985 - Ano modelo: 1986 Cor: Cinza - Combustível: Alcool  
Proprietário: HINGO TACASHI FURLANETO TAQUITA - Ocorrência: Acidentado  
Local: Via Pública - Segurado: Ignorado  
Pessoa relacionada: JOSE ROBERTO SILVA COSTA

IMPORTANTE:

Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art.2º,  
da lei n.6.194/74 (DPVAT), compreendem as indenizações por morte, por invalidez  
permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares.

O pagamento será feito diretamente à vítima pela seguradora consorciada, ou na  
forma do art.792, do Código Civil, no prazo de 03 (três) anos, a partir da data do  
acidente.

O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do  
dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro,  
abólica qualquer franquia de responsabilidade do segurado, com o pagamento no prazo  
de 30 (trinta) dias da apresentação dos seguintes documentos:

- I- Certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a  
prova de qualidade de beneficiário no caso de morte;
- II- Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital,  
ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial  
competente ? no caso de danos pessoais.

Para tirar dúvidas e mais esclarecimentos, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br), ou  
pelo telefone 0800-0221204.

Histórico:

COMPARECEM OS POLICIAIS MILITARES SILVA E MADEIRA APRESENTANDO OS DADOS DA

DEL.POL.SÃO MANUEL

Endereço da delegacia: AV. JOSE HORACIO NELLÁ(1, 140) - CENTRO, BAIRRO S MANUEL-SP, CEP: 10650-000  
Telefone: (11)3741-2004





SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



Dependência: DEL.POL.SÃO MANUEL  
Boletim No.: 573/2016

INICIADO: 22/04/2016 19:33hs e EMISSÃO: 22/04/2016 20:05hs  
KMLQPCBQJEEFL\_\

Folha :3

OCORRÊNCIA, INFORMANDO TEREM SIDO ACIONADOS VIA CORON A COMPARECER NO LOCAL ONDE O VEÍCULO GN/MONZA HAVIA CAPOTADO E SEU CONDUTOR HAVIA SIDO ARREMESSADO PARA FORA DO VEÍCULO E JÁ ESTAVA SEM VIDA. NO LOCAL OS POLICIAIS OBSERVARAM QUE O VEÍCULO TRANSITAVA PELA ESTRADA DE TERRA MUNICIPAL VANDA BARONI SENTIDO SÃO GERALDO À COMAR III. FOI SOLICITADA E COMPARECEU NO LOCAL A VIATURA S-0915 DA PERÍCIA TÉCNICA COMPOSTA PELO PERITO BENEDITO E FOTÓGRAFO MARCELO E O ENCAMINHAMENTO DO CORPO AO IML. OS POLICIAIS OBTIVERAM INFORMAÇÕES JUNTO A FAMILIARES QUE O CONDUTOR DO VEÍCULO ~~ORA VÍTIMA~~ FATAL, VEIU DO ESTADO DO SERGIPE RECENTEMENTE E NÃO É HABILITADO PARA CONDUZIR VEÍCULOS AUTOMOTORES E QUE ADQUIRIU O CARRO QUE DIRIGIA HÁ CERCA DE UM MÊS.

Exames requisitados: TC-IML

Solução: Apreciação do Delegado Titular

FERNANDO RONDINA  
INVEST. DE POLÍCIA

ANA PAULA BASTON T; BENGOTT  
DELEGADA DE POLÍCIA

DEL.POL.SÃO MANUEL

Endereço da delegacia: AV. JOSE HORACIO MELLÃO, 140 - CUN. IRO, BAIRRO S.MANUEL-SP. CEP: 18650-000  
Telefone: (14)3841-2444



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



Dependência: DEL.POL.SÃO MANUEL  
ROD No.:573/2016

Folha: 1  
KNL00PCBDJEEFL\_\|[\\_0R5

REQUISIÇÃO INL-PESSOA - 2

ILMO(A). SR(A). DIRETOR(A) DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL

Requisito à V.Sa. providências no sentido de determinar a perícia abaixo

Objetivo da Perícia: EXAME NECROSCÓPICO

Passou pelo P.S. : NÃO

CARACTERÍSTICAS DA OCORRÊNCIA

Delegacia : 120211 - DEL.POL.SÃO MANUEL

Boletim nº: 573/2016 Flagrante: Não

Naturezas : L 9503/97 - Código de Trânsito Brasileiro / Homicídio culposo na direção de veículo automotor (Art. 307)(Consumado)

Local : ESTRADA MUNICIPAL WANDA GARDINI, 0 - S.MANUEL - SP, cujo local é um(a) Via pública

Circunscrição : DEL. POL. S.MANUEL

Elaborado em : 22/04/2016 19:33

Data Ocorrência : em 22/04/2016 às 18:10

Data Comunicação: 22/abril/2016 Hora: 19:29

DADOS DA PESSOA

JOSE ROBERTO SILVA COSTA, RG 1113676 - SE, CPF 61384719398, filho de MANUEL MESSIAS FERREIRA DA COSTA e de ALMERINDA XAVIER DA SILVA, natural de BOQUIM/SE, nacionalidade BRASILEIRA, sexo Masculino, pele Parda, nascido(a) em 20/02/1970, com 46 anos de idade, estado civil Casado, residente a RUA ANTONIO MALOSSI, nº. 41, no bairro CDHU II, na cidade S.MANUEL - SP, CEP 18650-000  
Presente ao Plantão? Não

Remeter para : DELPOL. SÃO MANUEL

Cópia para : DELPOL. SÃO MANUEL

S.MANUEL, 22 de abril de 2016.

ANA PAULA BASTON T. BENGIOZI  
Delegado(a) da Polícia



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



Dependência: DEL.POL.SÃO MANUEL  
ROD No.: 573/2016

Folha: 1  
KML00PCB0JEEFL\_A\|X^ORW

REQUISIÇÃO IC-VEÍCULO - 1

ILMO. SR. DIRETOR DO INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA

Requisito a V.Sa. providências no sentido de determinar a perícia abaixo:  
Objetivo da Perícia: (Efetuar exame inicial)

LOCAL DE ACIDENTE (CAPOTAMENTO COM VÍTIMA FATAL) COM  
FOTOGRAFACÃO.  
Natureza do Exame : constatação de danos e eventual causa do fato

CARACTERÍSTICAS DA OCORRÊNCIA

Delegacia : 12021 - DEL.POL.SÃO MANUEL  
Boletim nº: 573/2016  
Naturezas : L 9503/97 - Código de Trânsito Brasileiro / Homicídio culposo na  
direção de veículo automotor (Art. 302)(Consumado)  
Local : ESTRADA MUNICIPAL WANDA BARONI, 0 - S.MANUEL - SP, cuja local é  
un(a) Via pública

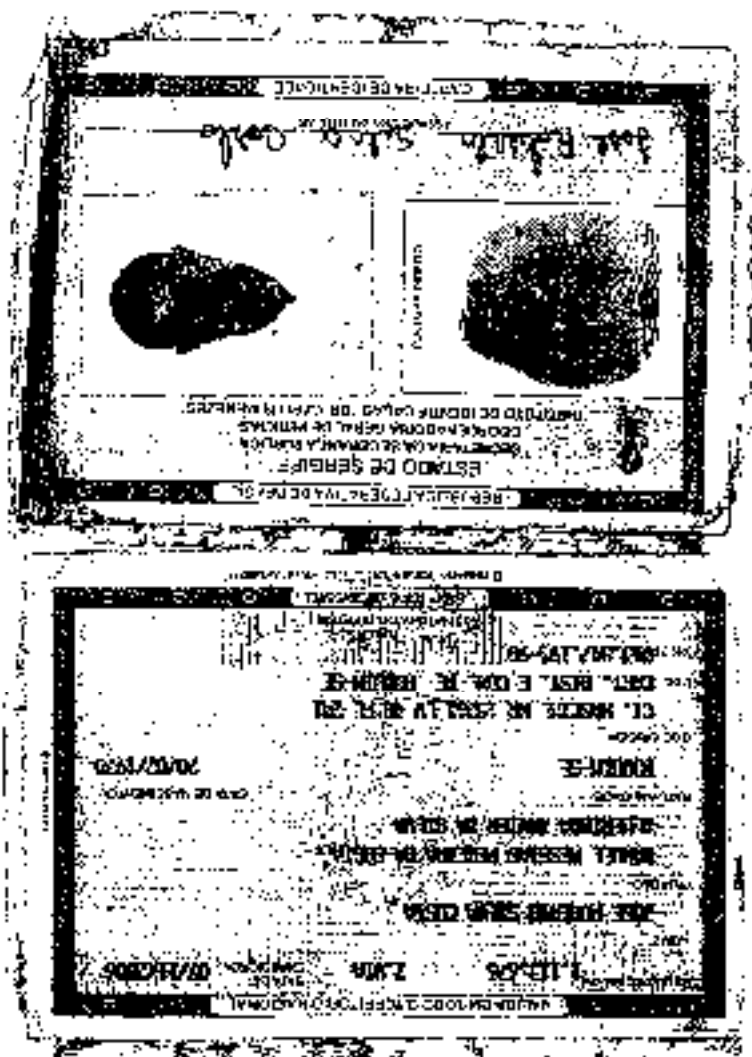
Circunscrição : DEL. POL. S.MANUEL  
Elaborado em : 27/04/2016 15:33  
Data Ocorrência : em 22/04/2016 às 18:10  
Data Comunicação: 27/abril/2016 Hora: 10:29  
Placas ..... BJE0821  
Chassis..... 9B65JK112G6020685  
Proprietário.: HIAGO TACASHI FURLANETO TAQUITA  
Tipo..... AUTOMÓVEL  
Ano fabric.... 1985  
Ano modelo... 1986  
Marca..... GM/MONZA SL/E  
Combustível.. Álcool  
Cor..... Cinza  
Município.... BAURU - SP  
Local..... Via Pública

O laudo deverá ser enviado a DEL.POL.SÃO MANUEL

S.MANUEL, 22 de abril de 2016.

ANA PAULA BASTON T. BERGOTI  
Delegado(a) de Polícia

62





SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



Dependência: DELEGADO SÃO MANUEL  
RDC Nº: 1573/2016

Folha: 1  
XND00F0001761PL\_V1\_V\_000

ASSENTADA

Em 29 dia do mês de abril do ano mil e noventa e seis, nesta cidade de S. MANUEL, Estado de São Paulo, na sede da DELEGACIA MUNICIPAL, onde presente se achava a DELEGADA SERGIU DEBORA ANA CAROLINA DE BRITO, Delegada da Polícia respectiva, com o Escrivão(a) de sua cargo ao final nomeado(a) e assinado(a), compareceu DEVANIR MADEIRA, filho(a) de ANA RIBEIRO BONFIM MADEIRA e MILTÃO MADEIRA, com 43 anos, estado civil Casado, de nacionalidade BRASILEIRA, natural de S. MANUEL - SP, de profissão POLICIAL MILITAR, residente e domiciliado à e endereço comercial à , TESTEMUNHA comprometida na forma da lei, prometeu dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado. Sabendo ler e escrever, às de costume disse nada, inquirida pela Autoridade, respondeu que: ESCLARECE O SEGUINTE QUE SE POLICIAL MILITAR E QUE NO DIA DOS FATOS ERA AUTOMATO VIA COLON TAMA ATENDER ACIDENTE DE CARROMINTE QUE, DOLO LOCAL ENCONTRARAM O CARRO JA ACIDENTADO E O CONDUCTOR CARRO TODA AER VIDA, NAO HAVIA MAIS CARRO OUTROS PASSAGEIROS. SEGUNDO SOUBE O SUBJULDO DO CARRO HAVIA COMPRADO O CARRO HA UM MES E NAO ERA HABILITADO. QUE O ACIDENTE DERA SE NA ESTRADA DE TERRA VICINAL QUE LIGA OS BATEROS COMAE A VILA SÃO GERALDO. Nada mais disse em lhe foi perguntado. Nada mais havendo e tratar ou a relatar, determinou a Autoridade o encerramento do presente como que, após lido e achado conforme, vai por todos devidamente assinado, inclusive por mim Escrivão(a) de Polícia que parcialmente o digitei.

ANA CAROLINA DE BRITO  
Delegada(a) de Polícia

DEVANIR MADEIRA  
Deposante

MARIA EDUARDA ZACHO  
Escrivão(a) de Polícia



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO



Dependência: DEL.POL.SÃO MANUEL  
RX: NR.1573/2016

Folha: 1  
XMLE00FCB00000000\_0017000

ASSENTADA

Aos 23 dias do mês de Abril de dois mil e dezessete, nesta cidade de S.MANUEL, Estado de São Paulo, na sede da(o) DEL.POL.SÃO MANUEL, onde presente se achava o(a) Exm(a): S(a). Doutor(a) ANA CAROLINA DE BRITO, Delegada(o) de Polícia respectivo(a), com(a) Escrivão(a) de seu cargo ao final nomeado(a) e assinado(a), compareceu LUIS ANTONIO DA SILVA, filho(a) de NILSE BRANDÃO DA SILVA e JOSE DA SILVA, com 42 anos, estado civil Casado, de nacionalidade BRASILEIRA, natural de S.MANUEL -SP, de profissão POLICIAL MILITAR, residente e domiciliado à e endereço comercial à Empresa: AV IRMÃS CAMPOS SILVEIRA - 465 - 18650000, no bairro CENTRO, na cidade S.MANUEL - SP, (2 CIA DE POLÍCIA MILITAR) , TESTEMUNHA comprometida na forma da lei, prometeu dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado, Sabendo ler e escrever, às de costume disse nada, inquirida pela Autoridade, respondeu que: ESCLARECE O DEPOENTE QU E É POLICIAL MILITAR E QUE NO DIA DOS FATOS FOI ACIONADO VIA CORON PARA ATENDER ACIDENTE DE CARROFANTE: QUE, PELO LOCAL ENCONTRARAM O CARRO JA ACIDENTADO E SEU CONDUTOR CAIDO FORA SEM VIDA, NÃO HAVIA NOF CARRO OUTROS PASSAGEIROS. SEGUNDO SOUBE O CONDUTOR DO CARRO HAVIA COMPRADO O CARRO HA UM MES E NÃO ERA HABILITADO. QUE O ACIDENTE DERA-SE NA ESTRADA DE TERRA VICINAL QUE LIGA OS BAIROS COHAS E A VILA SÃO GERALDO. Nada mais disse nem lhe foi perguntado. Nada mais havendo a tratar ou a relatar, determino a Autoridade o encaminhamento do presente termo que, após lido e achado conforme, vai por todos devidos meios assinado, inclusive por mim Escrivão(a) de Polícia que parcialmente o

ANA CAROLINA DE BRITO  
Delegado(a) de Polícia

LUIS ANTONIO DA SILVA,  
Depoente

MARIA EDUARDA ZACHO  
Escrivão(a) de Polícia





SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA  
INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA  
"PERITO CRIMINAL DR. OCTAVIO EDUARDO DE BRITO ALVARENGA"



Quarta da Origem

**PROTOCOLO: 1218/2016**

**R.D.O** 573/2016 - DEL.POL.SÃO MANUEL - SÃO MANUEL

**REQUISITANTE:** Exm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> Delegada ANA PAULA BASTON T BENGOZI



Identificação do Laudo

IC - CP - Sorocaba - EPC Botucatu

**LAUDO PERICIAL**  
**210.015/2016**

Quarta da Geometria

**NATUREZA:** HOMICÍDIO CULPOSO NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR

**LOCAL DO FATO:** ESTRADA MUNICIPAL WANDA BARONI - São Manuel

**DATA DA OCORRÊNCIA:** 22/04/2016

**ENVOLVIDO(S):** NÃO CONSTA - NÃO CONSTA

Opiniões

**DEL.POL.SÃO MANUEL - São Manuel**

Identificação no Papel

**NÃO ACOMPANHA(M) PEÇA(S)**

**PERITO(A) CRIMINAL:** Dr(a). Benedito Rinaldo Cardana

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA MP Nº 2.200-2/2001 DE 24/08/2001  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

CP 210015/2016

R. Celso Alvim, 574 - Vila América - CEP 18803-560 - Botucatu - SP

Tel: (14) 3813-7325 - www.instituto-criminologico-sp.gov.br

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA MP Nº 2.200-2/2001 DE 24/08/2001  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA  
E-MAIL: assina@sp.gov.br  
ASSINADO DIGITALMENTE: 22/04/2016 14:10:10  
E-MAIL: assina@sp.gov.br



22

1 AL DO 210615/2016

Natureza do exame: Acidente de trânsito - capotamento.

## **RELATÓRIO**

Aos 22 de abril de 2016, na cidade de Botucatu, e no Instituto de Criminalística, do Departamento de Polícia Científica, da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, de conformidade com o disposto no artigo 178 do decreto-lei nº 3689, de três de outubro de 1941, pelo Titular deste IC, Dr. Maurício Rodrigues Costa, foi designado o Perito Criminal Dr. Benedito Rinaldo Cardana para proceder ao exame supra especificado, em atendimento à requisição da Delegacia de Polícia de São Manuel, SP, Dra Ana Paula Baston T Bengozi.

1-Histórico: Foi solicitada a Equipe Técnica deste Instituto, composta pelo Perito Criminal Titular Dr. Benedito Rinaldo Cardana, o exame em local de acidente de trânsito relacionado com homicídio culposo na direção de veículo automotor, ocorrido na Estrada Municipal Wanda Baroni, São Manuel, SP, às 18:10 horas de 22-04-2016, não constando vítima e indiciado.

2-Do preservação do local: A Equipe Técnica foi solicitada às 19:00 horas, chegando ao local às 19:50 horas. Preservava os PM Joaquim e Vizoni, viatura 1-12212.

3-Do local: Trata-se da Estrada Municipal Wanda Baroni, entre o Bairro São Geraldo - Cohab III, São Manuel, SP, com leito de terra com pedras, em bom estado, sem sinalização e sem iluminação, estando o piso seco, onde no trecho de interesse desenvolve-se em reta e active no sentido São Geraldo - Cohab III. Maiores detalhes, observar o desenho esquemático.



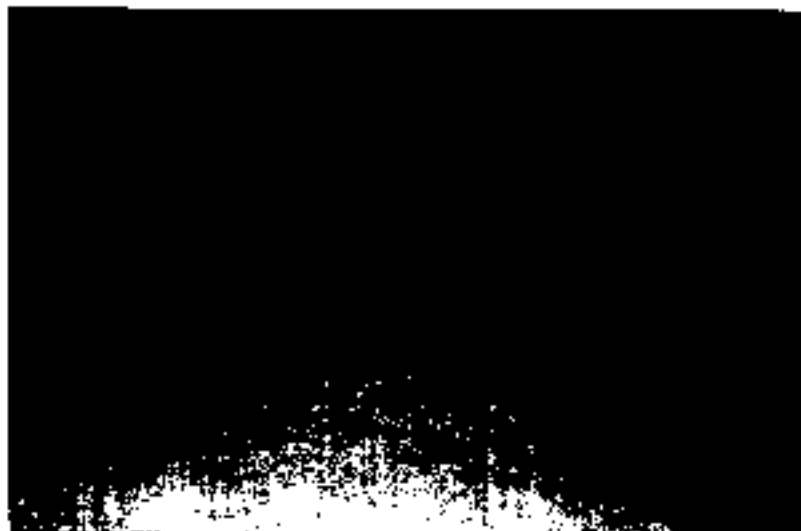
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: BENEDITO RINALDO CARDANA. DATA DE ASSINATURA: 22/04/2016. HORA DE ASSINATURA: 19:50. LOCAL DE ASSINATURA: INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA, DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA, SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA, SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICA CIENTÍFICA, RUA DO COMENDADOR JOSÉ DE SOUZA, 100, JARDIM SÃO CARLOS, 13.080-000, BOTUCATU, SP.



23

LAUDO 210015/2016

4-Dos vestígios sobre a pista: Como ilustrado na foto, havia sinais de arrastamento de pneus (3) indicando que o veículo derrapou sobre a pista saído da pista de lado antes do capotamento.



5-Do veículo e do exame: Trata-se de um GM Chevrolet Monza de cor cinza, de ano de fabricação/modelo 1985/1986, de placa BJE-0821 de Bauru, SP.

Apresentava como danos, amolgamentos na região anterior, flancos e teto pelo capotamento. As suspensões anterior e posterior estavam danificadas pelo capotamento. Os pneus não rodaram desinflados, pois não havia danos característicos para esse evento.

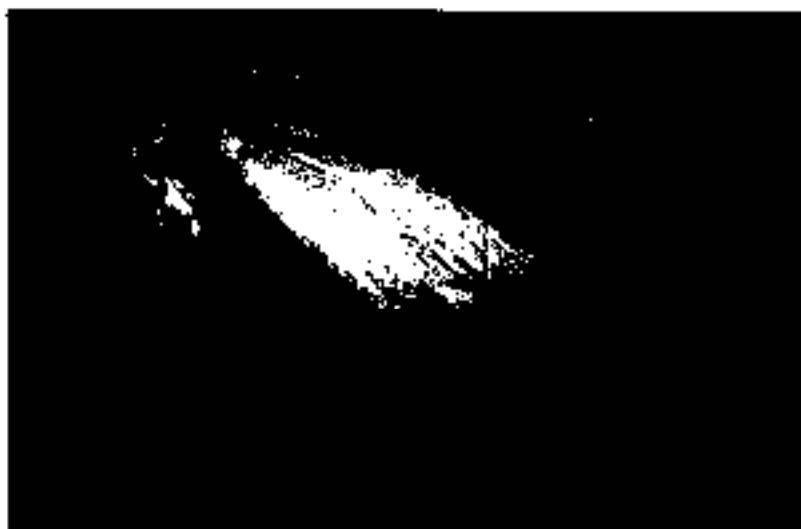


DE CUIUSMODI ASSINADO ORIGINAL MANTIDO EM SEU LUGAR, RIGOROSAMENTE COPIADO E AUTENTICADO POR NESTE LAUDO. FICANDO ASSIM A ÚNICA COPIA DESTA QUE SERÁ ENTREGUE ÀS AUTORIDADES COMPETENTES, SEM A QUAL NÃO SERÁ POSSÍVEL A REPRODUÇÃO DA COPIA ORIGINAL E REPRODUÇÃO EM SEU LUGAR, RIGOROSAMENTE COPIADO E AUTENTICADO POR NESTE LAUDO.



Handwritten signature or initials

LAUDO 219013/2016



DOU O PRESENTE ASSINADO DIGITALMENTE POR: [NOME] O RGA: [ORGÃO] NA DATA DE: [DATA] PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE A AUTENTICIDADE DE DESTA ASSINATURA DIGITAL, ACESSAR O SITE: [WWW.POLITICA.SP.GOV.BR/LAUDOS](http://www.politica.sp.gov.br/laudos).  
ESSE LAUDO NÃO É UM ORIGINAL, É UM CÓPIA EM LÍQUIDA DA SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO CIENTÍFICA DO ESTADO DE SÃO PAULO EM 09/09/2016 ÀS 11:11:45.



*E*

LAUDO 210015-2016



6-Da vítima fatal: Sobre a chão atrás do veículo estava caída em decúbito lateral esquerdo a vítima, um homem de cor parda, complexão robusta, trajando short azul. Apresentava ferimentos na cabeça, tronco e membros.  
Para maiores detalhes dos ferimentos e a causa da morte observar o laudo do IML



LAUDO EM SEU ASSUNTO É UM DOCUMENTO DE USO INTERNO DA POLÍCIA CIENTÍFICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. NÃO DEVE SER DIVULGADO PARA O PÚBLICO EM GERAL. SEU USO PARA FINS DE OUTRA NATUREZA É PROIBIDO. A POLÍCIA CIENTÍFICA DO ESTADO DE SÃO PAULO NÃO SE RESPONSABILIZA POR DANOS DE QUALQUER NATUREZA RESULTANTES DO USO DESTE DOCUMENTO.











SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA  
INSTITUTO MÉDICO-LEGAL



5

Dados da Origem:

PROTOCOLO ICD: 73

BO: 573/2016

REQUISITANTE: DEL POL S MANUEL



Identificação do Laudo:

EPML Botucatu  
**LAUDO PERICIAL**  
**150274/2016**

Dados da Circunstância:

NATUREZA: NECROSCÓPICO

LOCAL DO EXAME: Rua Pinheiro Machado, 184 - Botucatu - SP

DATA DO EXAME: 09/05/2016

ENVOLVIDO(S): N/C

Declaratório:

**DEL. POL. S.MANUEL**

Identificação do(s) Perito(s):

**JOSE ROBERTO SILVA COSTA**

MÉDICO(A) LEGISTA: Nee Luiz Mendes de Marchi

Nee Luiz Mendes de Marchi - CRM: 60573  
MÉDICO(A) LEGISTA

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA MP Nº 2.200-2/2001 DE 24/08/2001  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

150274/2016

Rua Pinheiro Machado, 184 - Botucatu - SP  
Telefone: +55(14) 3814-2823 - [www.policiaercartfics.sp.gov.br](http://www.policiaercartfics.sp.gov.br)

PROCESSO ASSINADO DIGITALMENTE POR NEE LUIZ MENDES DE MARCHI - CRM 60573 NA DATA DE 09/05/2016. PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE A AUTENTICIDADE DESTA LAUDO  
C DE SUA ASSINATURA DIGITAL, ACESSAR O SITE WWW.POLICIA.CIENTIFICA.SP.GOV.BR. LAUDO DIGITAL  
ESTE DOCUMENTO É CÓPIA DO ORIGINAL E FOI GERADO EM UNIDADE DA SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, EM 09/05/2016 11:51 AM, PÁGINA 11/122.



4

**Página 2**

O DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR NÓS EM 07/05/2016 PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE A AUTENTICIDADE DESTA: LAUDO DE SUA ASSINATURA DIGITAL, ACESSO O SITE WWW.POLICIAINTERPOL.SP.GOV.BR/AUTENTICAR.

SEU DOCUMENTO E CÓPIA DO ORIGINAL FOI GERADA NA UNIDADE DA SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA INTERPOLACIENTES 4 DO ESTÁDIO SAG. PAULO G. FILI 09/05/2016 12:11:30 BELL ID

[illegible][illegible][illegible][illegible][illegible][illegible][illegible][illegible]



21/4

**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DEINTER 7 - SOROCABA**  
**DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BOTUCATU**  
**DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO MANUEL/SP.**


Cls.

a) J. aos autos:

- Relatório Final;

A seguir, remeta-se os autos ao Fórum da Comarca com as cautelas de praxe.

São Manuel, 30 de maio de 2016.

  
Ana Carolina da Brito  
Delegada de Polícia



# POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEINTER 7 – SOROCABA

## DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE BOTUCATU

DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO MANUEL/SP.

### RELATÓRIO FINAL

Inquérito Policial nº ....: 143/2016

Natureza .....: Homicídio Culposo na direção de veículo automotor

Vítima.....: José Roberto Silva Costa

**MERITÍSSIMO JUIZ:**

**DOUTO PROMOTOR DE JUSTIÇA:**

Trata-se de inquérito policial instaurado através da portaria de fls. 02 para apurar a verdade real acerca dos fatos noticiado no Boletim de Ocorrência n. 573/2016, crime de Homicídio Culposo na direção de veículo automotor.

Consta dos autos que no dia 22 de abril de 2016, por volta das 18h10min, os policiais militares Silva e Madeiri foram acionados via Copom para atenderem ocorrência de acidente de trânsito na estrada de terra Wanda Baroni. Chegando ao local dos fatos tomaram conhecimento que José Roberto Silva Costa – condutor do veículo GM/Monza de placa BJE0821 cidade de Bauru/SP trafegava pela estrada de terra Wanda Baroni sentido São Geraldo a Cohab III e, após capotar seu conduzido foi arremessado para fora do veículo, tendo falecido no local. Noticia ainda que José Roberto da Silva não era habilitado para a condução de veículo automotor e que havia adquirido tal veículo aproximadamente um mês.

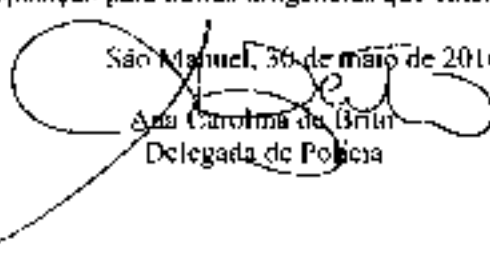
Os policiais militares Silva e Madeiri foram ouvidos  
as fls. 09 e 10.

As fls. 19/20 encontra-se o Laudo Necroscópico

As fls. 11/18 encontra-se o Laudo Pericial do local  
dos fatos.

Submeto o presente feito a Vossa apreciação de  
Vossas Excelências, ficando a disposição para outras diligências que entenderem cabíveis.

São Manuel, 30 de maio de 2016.

  
Ana Carolina da Brito  
Delegada de Polícia





**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**

**Cartório Distribuidor - Fórum de São Manuel**

23  
4

**CERTIDÃO**

Proc. 0001830-48.2016.8.26.0581

**Certifico e dou fé que deixei expedir certidão uma vez  
 que não consta nome de indiciado nestes autos.**

**Era o que me cumpria certificar.**

São Manuel, 10 de junho de 2016.

A Escrevente,



RECEBIMENTO

Em 10 de junho de 2016 neste Ofício, recebi estes autos.

Júlio R. Collaques  
Escritor Técnico Judiciário  
Matrícula 92 918

VISTA

Em \_\_\_\_\_ de junho de 2016 faço vista destes autos a D<sup>ra</sup>. VIVIAN CORREIA DE CASTRO, Promotora de Justiça desta Comarca.

Júlio R. Collaques  
Escritor Técnico Judiciário  
Matrícula 92 918

8/11/2016 06:07:16



25  
B

Autos n.º 1337/2016

2ª Vara Judicial de São Manuel - SP

**PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO**

Meritíssima Juíza,

Trata-se de inquérito policial instaurado mediante portaria da autoridade policial para se apurar as circunstâncias do capotamento que vitimou fatalmente *José Roberto Silva Costa*, em 22 de abril de 2016, por volta das 18h10, na estrada municipal Wanda Batoni, área rural desta cidade e Comarca de São Manuel.

Segundo restou apurado, na ocasião, por circunstâncias não elucidadas *José Roberto* perdeu o controle da direção, derivou à esquerda e capotou, sobrevivendo sua morte (vide laudo de fls. 11/17 e croqui de fls. 18).

O laudo de exame necroscópico de fls. 19/20 concluiu que a vítima faleceu em razão de "traumatismo crânio encefálico".

Feito este breve relato, observo que os elementos colhidos não são aptos a dar ensejo a uma ação penal.

Isto porque não há qualquer elemento indiciário da ocorrência de crime de trânsito.

Autos n.º 1337/2016



Com efeito, não há indício do envolvimento de terceiras pessoas no evento, tampouco da existência de conduta negligente, imprudente ou imperita de quem quer que seja.

Ressalto, outrossim, que a vítima não era habilitada para a condução de veículos automotores.

Diante do exposto, não havendo elementos mínimos da existência de crime, tampouco de autoria, não se vislumbrando qualquer diligência apta a se chegar ao seu conhecimento, promovo o arquivamento do presente feito, com a ressalva prevista no artigo 18 do Código de Processo Penal.

São Manuel, 06 de julho de 2016.

  
Vivian Corrêa de Castro P. Ayres  
2ª Promotora de Justiça

Julio Cesar Moraes Comin  
Analista de Promotoria I



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
COMARCA DE SÃO MANUEL  
FORO DE SÃO MANUEL  
2ª VARA

Rua Ettore Targa, s/n, V. Consolata - CEP 18650-000, Fone: (14)  
3641-2422, São Manuel-SP - E-mail: saomanuel2@tjsp.jus.br  
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

DECISÃO

Processo Físico nº: 0001830-48.2016.8.26.0581  
Classe - Assunto: Inquérito Policial - Homofídio Simples  
Autor: Justiça Pública  
Declarante (Passivo): A Apurar

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Érica Regina Figueiredo

Nesta data, promovo estes autos conclusos a Dra. ÉRICA REGINA FIGUEIREDO, MM. Juíza de Direito Titular da 2ª Vara Judicial desta Comarca. Eu, Júlio Renato Dallacqua, escrevente chefe, digitei.

Vistos.

De acordo com o parecer do Dr. Promotor de Justiça (fls. 26/27), arquivem-se estes autos de inquérito policial, instaurado pela Delegacia de Polícia do Município de São Manuel, e registrado naquela unidade, sob nº 143/16, visando elucidar possível circunstância em que ocorreu espóticamente que vitimou fatalmente José Roberto Silva Costa.

Fica ressalvada a hipótese prevista no artigo 18, do CPP.

Publique-se. Conspicua-se.

Intime-se.

São Manuel, 11 de julho de 2016.

ÉRICA REGINA FIGUEIREDO  
Juíza de Direito

Conferido e assinado digitalmente por ÉRICA REGINA FIGUEIREDO  
Visto e assinado digitalmente por JÚLIO RENATO DALLACQUA  
Escritório de Apoio Judiciário

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ÉRICA REGINA FIGUEIREDO. Para verificar a autenticidade dos autos processuais, acesse o site [tjsp.jus.br](http://tjsp.jus.br) e digite o número do processo.



### **JUNTADA**

Nesta data junto a estes:

☒ petição

☐ mandado

☐ termo de recurso

☐ ofício

☐ F.A.

☐ carta precatória

☐ laudo

☐ o recibo

☐ a frequência

☐ \_\_\_\_\_

São Manuel, 09 / 11 / 2017

Bruna Paula de Moraes Dutra  
Escritor Técnico Judiciário  
OAB RJ 127.871

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA SEGUNDA VARA CRIMINAL DA  
COMARCA DE SÃO MANUEL/SP.

Processo nº 0001830-49.2016.8.26.0581

ANADILZA BATISTA DOS SANTOS, brasileira, viúva, trabalhadora rural, portadora do RG nº 12117067-53 e CPF nº 00638879590, residente e domiciliada na Rua Miguel Angelo Ntolo, nº 81, Vila São Geraldo, São Manuel/SP, por seu advogado que esta subscreve, respeitosamente, vêm, à presença de Vossa Excelência informar e requerer o que segue

Primeiramente, requer o **desarquivamento** dos autos, pelos motivos abaixo elencados.


A Requerente era casada com José Roberto Silva Costa, vítima de acidente de trânsito ocorrido em 22 de abril de 2016, assim, pleiteou o pagamento de sinistro por Morte Acidental.

Ocorre que a Seguradora solicitou a cópia do boletim de ocorrência, da perícia técnica realizada no local do acidente e do exame de dosagem alcoólica realizado na vítima, para avaliar o pedido.

Assim, em virtude do processo estar sob sigilo, requer as cópias acima mencionadas para instruir o pedido de seguro.

Termos em que,  
P. e espera Deferimento.

São Manuel/SP, julho de 2017

  
MARCOS FERNANDO B. STIPP  
OAB/SP - 143.502

Avenida Minas Cintra, nº 1171, centro, São Manuel/SP  
CEP: 18.680-000 - Fone/Fax: (0xx11) 3642-1704  
E-mail: msadvocacia@botucatu.foresh.tv.br



Nome: Gracilza Rodita dos Santos  
 Nacionalidade: Brasileira Estado Civil: Viúva  
 RG: 12.117.067-53 CPF: 0.16.358.795-90 Prof: Procuradora geral  
 Endereço: Rua Miguel Górgio Nóbis nº 81  
 Bairro: Itaí José Geraldo Cidade: São Manuel  
 CEP: 18.650-000 Fone: \_\_\_\_\_  
 Email: \_\_\_\_\_

Por este INSTRUMENTO PARTICULAR DE MANDATO, nomeio e constituo seu bastante procurador, **MARCOS FERNANDO B. STIEP**, brasileiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 143.802 com escritório em São Manuel, na Avenida Irmãs Cintra, nº 1174, Centro, CEP 18.650-000, para que, onde e quando com esta se apresentar, o faça com amplo, gerais e ilimitados poderes, para representar o (a) outorgante judicial e extrajudicialmente, inclusive na fase conciliatória prevista nos artigos 447 e 448 do Código de Processo Civil, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, Civil, Comercial, Criminal, Fiscal, Administrativo, Arbitral, ou qualquer outro, por mais especial que seja, tratando de todos os seus interesses, agindo no foro como autor, réu, oponente, assistente, interveniente, ou a qualquer título, bem como, em quaisquer repartições Públicas Federais, Estaduais e Municipais, podendo ainda, requererem o que de direito e/ou alegarem o que convier, proporem, defenderem, variarem, confessarem, desistirem de quaisquer processos ou ações, por mais especiais que sejam seus atos preparatórios preventivos, incidentais e acessórios, acompanhando-os em todos os seus termos, até final execução, postulando medidas cautelares nominadas e inominadas, alegando, apresentando e aceitando ou não quaisquer provas, recorrendo ou não, até a última instância, conferindo, também, todas os poderes da cláusula "ad judicium", podendo os presentes procuradores, receberem citação, transigirem, fazerem acordos, renunciarem ao direito sobre o qual se funda a ação, assumir compromissos, prestarem caução, receberem e darem quitação, prestarem declarações de estilo, reconhecer a procedência do pedido, substabelecerem esta no todo ou em parte, com ou sem reserva de iguais poderes, indicarem provas e requererem expressamente assistência judiciária gratuita, com isenção de custas processuais, nos termos do art. 5º, inciso LXXIV da CF/88 e conforme as Leis 1.060/50, 5.584/70 e 7.115/83 por ser pobre na acepção jurídica do termo, bem como, revogarem substabelecimentos, podendo ainda atuar conjuntamente ou separadamente, enfim, praticarem todos os atos necessários ao cabal desempenho do presente mandato, para proporem ou defendê-lo(a) em Ação Judicial, contra quem de direito e perante o foro competente, dando tudo por bom, firme e válido, em especial

representa-la judicialmente e extrajudicialmente

São Manuel \_\_\_\_ de Junho de 2017

Gracilza Rodita dos Santos

OUTORGANTE

**SUBSTABELECIMENTO**

**MARCOS FERNANDO B. STIPP**, brasileiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob nº 143.802, com escritório de advocacia estabelecido na Avenida Imãs Cintra, nº 1174, centro, São Manuel/SP, infra-assinado, por este competente instrumento, SUBSTABELECE a Dr<sup>a</sup>. **MIRELA SEGURA NAMEDE**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil sob nº 274.153, com escritório de advocacia estabelecido na Avenida Imãs Cintra, nº 1174, centro, São Manuel/SP, **COM RESERVAS DE IGUAIS** para mim, todos os poderes que me foram conferidos e outorgados através do Mandato "*ad judicium et extra*".

São Manuel/SP, d e

  
**MARCOS FERNANDO B. STIPP**  
OAB/SP - 143.802

22  
15  
2

Assunto: RES. SEGURADO: JOSE ROBERTO SILVA COSTA - Aviso: 840943

De: Fernando Expedito da Silva (fernando.silva@gruointerbok.com.br)

Para: MEIRE.SANTANA@LDCOM.COM; fatima.ribeiro@gruointerbok.com.br;

Cc: majorubin@yahoo.com.br;

Data: Quinta-feira, 29 de Junho de 2017 9:11

Meire, bom dia.

Os documentos solicitados são básicos e de praxe para regulação de um sinistro por Morte Acidental, principalmente em acidente de trânsito. Assim como cópia da carteira de habilitação, caso o segurado era o condutor, faz necessário enviar.

- Verso da certidão de óbito - na página inicial diz que consta informação no verso (observações e averbações - vide verso)
- Boletim de ocorrência - foi enviado 01 folha que possivelmente seja a última do boletim, a seguradora necessita do documento completo.

Perícia técnica no local do acidente- Todo acidente de trânsito é realizada perícia técnica, quando ocorre o óbito no local do acidente, o corpo não é liberado sem a perícia do local.

- Exame de dosagem alcoólica- No próprio laudo de necropsia enviado informa que foi colhido sangue para dosagem alcoólica e encaminhado para laboratório. Segue print.

#### Exames complementares:

**Colhido sangue para dosagem alcoólica e encaminhado ao laboratório do IML de São Paulo. O resultado seguirá oportunamente.**

Estamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Fernando Silva

Benefícios

Fone: 55 11 5504-5200 - Ramal:5219 - Fax: 55 11 5505-4882

E-mail: fernando.silva@gruointerbok.com.br

**GRUPO  
INTERBROK**  
de seguros



(14) 3842.1826  
2ª Vara. CRIME  
SM.

Processo - 0001830-48.2016

Homicídio com

IP- 143/16

Relatório 30.05/16

De: Meire Santana (mailto:MEIRE.SANTANA@LDCOM.COM)

Enviada em: quinta-feira, 29 de junho de 2017 06:08

Para: Fatima Ribeiro; Fernando Expedito da Silva

Cc: Jose Luiz Abreu

Assunto: FW: SEGURADO: JOSE ROBERTO SILVA COSTA - Aviso: 840943

Meus amores, bom dia !!!



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
COMARCA DE SÃO MANUEL  
FORO DE SÃO MANUEL  
2ª VARA

RUA ETTORRETTARGA, S/N, São Manuel-SP - CEP 18650-000  
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DESPACHO**

Processo Fiscal nº: 0001830-48,2016.8.26.0581  
Classe – Assunto: Inquérito Policial - Homocídio Simples  
Autor: Justiça Pública  
Autor da Fala: A Apurador

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Érica Regina Figueiredo

Vistos,

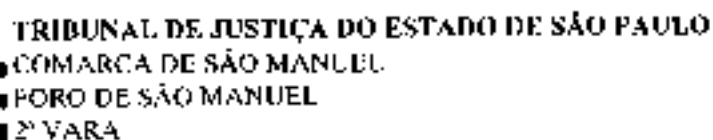
Fls. 29. Delirou-se em termos  
Inq.

São Manuel, 10 de novembro de 2017.

**ÉRICA REGINA FIGUEIREDO**  
Juiz(a) de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é copia do original assinado digitalmente por ÉRICA REGINA FIGUEIREDO. Para acessar os autos processuais, acesse o site PMS do TJSP em: [www.tjsp.org.br](http://www.tjsp.org.br).  
0001830-48,2016.8.26.0581 - o código 350000000P72V.



**Horário de Atendimento ao Público:** das 12h30min às 19h00min

Processo Físico nº:	0001830-48.2016.8.26.0581
Classe - Assunto:	Inquérito Policial - Homicídio Simples
Autor:	Justiça Pública
Autor do E-Proc:	A Apurar

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):

**INTIMAÇÃO** do advogado para ciência de que os autos do processo do qual foi solicitada a desqualificação encontra-se em cartório, onde permanecerá por 30 dias. Findo o prazo o mesmo retornará ao arquivo.

Nata Mais, São Manuel, 24 de novembro de 2017. Em, \_\_\_\_\_,  
 Uirana Paula de Moraes Dutra, Escrevente Técnico Judiciário.

### CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato acima, constante da relação nº 1193/2017, foi disponibilizado na página 2220 do Diário da Justiça Eletrônico em 29/11/2017. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado  
Marcos Fernando Barbin Slupp (OAB 143802/SP)

Teor do ato: "INTIMAÇÃO do advogado para ciência de que os autos do processo do qual foi solicitado o desarquivamento encontra-se em cartório, onde permanecerá por 30 dias. Findo o prazo o mesmo retornará ao arquivo."

São Manuel, 5 de dezembro de 2017

Bruna Paula de Moraes Oller  
Escriturante Técnico Judiciário

VISTO EM CORREIÇÃO  
08/12/2017  
Juiz de Direito

**Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**  
**Protocolo de Pedido de Desarquivamento**

Comarca: SÃO MANOEL - TJ - N3

Protocolo: 13020216

Tipo de Entrega: NORMAL (6 DIAS)

Usuário Abertura: GABEZ1215 - ARLETE APARECIDA DE OLIVEIRA ROSA

Data Abertura: 17/05/2018 11:25:29

Data Impressão: 17/05/2018 11:25:33

Etiqueta	Sig.	Via	Ordem de Serviço	Ordem	Pacote	Processo	Autor	Réu	Atendimento Ale
9001370925113	1	2	CF CEX JUDICIM	201900401859	133742216	0001630482016	JUSTICA PUBLICA	A APURAR	27/05/2019 11:00:00

Total: 1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais

Código de rastreabilidade: 82620191097339

Nome original: Processo nº 201961000972 - Ofício Comarca de São Miguel - SP.pdf

Data: 06/05/2019 12:38:52

Remetente:

Maria

Boquim

Tribunal de Justiça de Sergipe

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Processo nº 201961000972 - Ofício Comarca de São Miguel - SP.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
Boquim  
Pd. Círculo Gov. João Alves Filho, s/nº  
Bairro - Centro - Cidade - Boquim  
Cap - 49360-000 - Telefone - (79)3645-1138

Normal



201961003541

PROCESSO: 201961000972 (Eletônico)  
NÚMERO ÚNICO: 0900948 78.2019.8.26 5009  
NATUREZA: Procedimento Comum  
REQUERENTE E OUTROS: MARCIA SANTOS COSTAS  
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Prezado(a) Senhor(a),

Atenciosamente, ( ) DETERMINO ou ( ) SOLICITO que seja cumprida a finalidade abaixo transcrita:

Finalidade: Solicito ao Fórum da Comarca de São Manuel que informe se há algum processo criminal referente ao acidente que resultou na morte do Sr JOSÉ ROBERTO SILVA COSTA conforme se porreba na excórdia. Caso confirmado, envie cópia dos autos conjuntamente a cópia da certidão de óbito do falecido.

Em caso de resposta ao presente ofício, favor mencionar o número deste processo.

Atenciosamente/Respeitosamente.

Destinatário

Nome: Fórum da Comarca de São Manuel

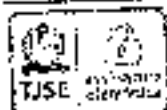
Endereço: -

Bairro: Centro

Cidade: São Manuel - SP

CEP: 13630000

(TM3001.MD2027)



Documento assinado eletronicamente por ELÁDIO PACHECO MAGALHÃES, Magistrado(a) de Boquim, em 03/05/2019, às 11:54:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/ser/cas/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/ser/cas/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número da consulta pública 2019001079505-20.

ESTÉ DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE. ACESSÁVEL PELO QR CODE, PELO LINK DO RODAPÉ DA PÁGINA OU NA CONSULTA DE AUTENTICIDADE  
em [www.tjse.jus.br](http://www.tjse.jus.br) UTILIZANDO O NÚMERO DE CONSULTA 2019001079505-20





Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Boquim

Nº Processo 201961000972 - Número Útil: 0000948-78.2019.8.25.0009  
Autor: MERCE SANTOS COSTA E OUTROS  
Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mesa Expediente

A. Hoje

Indeclinavelmente, defiro o benefício da Justiça gratuita com fulcro no Art. 4º, da Lei 1362/50.

I- Diante dos pedidos fls. 9, é sendo imperioso para o prosseguimento da ação, determinar que o(a) oficial de a delegacia de São Manuel - SP, localizada na Avenida José Mariano Melão, 140 - Centro - CEP 13050-000 - São Manuel/SP, para que seja enviada cópia do inquérito acerca do acidente que resultou na morte do Sr. JOSÉ ROBERTO SILVA COSTA, conforme se percebe da exordial. Requer-se que envie, conjuntamente, uma cópia da certidão de óbito do falecido.

II- Oficie-se o Fórum da Comarca de São Manuel para que informe se há algum processo criminal referente ao acidente. Caso confirmado, envie cópia dos autos, conjuntamente a cópia da certidão de óbito do falecido.

III- Suspensão do processo até o recebimento das respostas esperadas.

Após volver conclusões.



Documento assinado eletronicamente por **ELÁDIO PACHECO MAGALHÃES, Juiz(a)** de Boquim, em 28/04/2019, às 19:50:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/porta/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/porta/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública 2019001024086-10.





**Maykem Hilton Soares Vieira**

Advogado OAB/SE - 7149

*EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE  
BOQUIM/SE.*

MERCIA SANTOS COSTA, brasileira, maior e capaz, estudante, portadora de CI nº 7.096.057-7 SSP/SE e inscrita no CPF nº 083.947.425-30; MARCIA SANTOS COSTA, brasileira, solteira, maior e capaz, estudante, portadora do RG 2.562.187-4 SSP/SE e CPF 052.104.375-39 e MATHIAS SANTOS COSTAS, brasileiro, menor e incapaz, estudante, portador do RG 3.830.103-2 SSP/SE e CPF 089.536.795-59, assistido por sua genitora DAMIANA DE JESUS SANTOS, brasileira, casada, lavradora, portadora do RG 1.294.953 SSP/SE e CPF 019.854.655-66, todos residentes no Povoado Olhos D'Água, nº 56, Zona Rural, Boquim/SE, devidamente representada por seu advogado infra-assinado, vem, perante vossa excelência, requerer, por intermédio de seus Advogados in fine assinados, vem respeitosamente perante V. Exa. Interpor ACÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT, em face da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-205, face aos seguintes fatos e fundamentos jurídicos expostos:

PRELIMINARMENTE, requer o benefício da justiça gratuita, por ser a Requerente pobre na forma da lei e não poder arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família

46  
20

## I – DOS FATOS

Pois bem, o senhor **JOSÉ ROBERTO SILVA COSTA**, genitor dos requerentes, veio a falecer em 22/04/2016, vítima de acidente de trânsito, na estrada municipal de Wanda Boroni em São Manuel-SP, com causa da morte **TRAUMATISMO CRANIO ENCEFÁLICO E AGENTE CORPO CORTUDENTE**, atestado pelo Médico Nê Luiz Mendes de Marchi – CRM 62573.

Urge informar, que o inquérito acerca da acidente foi conduzido pela delegacia da cidade de São Manuel-SP, pela Delegada D<sup>ra</sup>. Ana Carolina de Brito, a qual informou a este causídico, através de contato telefônico, que só poderia passar cópia do Inquérito através de ordem judicial.

Assim, os autores não possuem o documentos necessários para dar entrada no processo administrativo, vez que necessita da cópia do inquérito, que poderá ser conseguida através de ordem judicial.

O Requerente recebeu várias cartas informando que o BO não era conclusivo, tendo o mesmo se dirigido a Delegacia e aditado o BO conforme Requerido pela Derivanda. Entretanto até o presente momento não houve resposta da Requerida.

Como já mencionado anteriormente, o Seguro DPVAT prevê o pagamento de indenização somente para os danos pessoais (inclusive a morte) que tenham se originado em acidente de trânsito.

A quantia a ser paga para cada uma das coberturas previstas (morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares) é determinada pelo art. 3º da Lei nº 6.194/74, com a nova redação dada pela Lei nº 11.482/2007.

Segundo esse dispositivo legal os valores de cada indenização são os seguintes:

- morte: R\$ 13.500,00;
- invalidez permanente: até R\$ 13.500,00 e
- reembolso de despesas de assistência médica e suplementares: até R\$ 2.750,00.

## II – DO DIREITO.

O próprio nome do Seguro DPVAT é esclarecedor: Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre. Isso significa que o DPVAT é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causados por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto.

O Seguro Obrigatório DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte e invalidez permanente, e o reembolso de despesas médicas.

As indenizações do DPVAT são obrigatórias porque foi criado por lei, em 1974. Essa lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o seguro. A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes com veículos o recebimento de indenizações, ainda eu os responsáveis pelos acidentes não arquem com essa responsabilidade.

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), o Autor faz jus à indenização financeira pelas seqüelas decorrentes do acidente de trânsito, ou seja, da invalidez permanente, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 2º, inciso II e III, in verbis:

Art. 2º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 1º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso a vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Apenas a título ilustrativo, cabe aludir que se considera invalidez a perda ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro DPVAT quando resulta de um acidente causado por veículo e é

3

permanente, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável. A invalidez é considerada permanentemente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte.

A parte autora, através de seu procurador, mostra-se de todos os documentos exigidos pela legislação susmencionada, tais como laudo médico dos danos físicos que acometeram e o registro de ocorrência no órgão policial competente, estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, têm o requerente direito à indenização. Dessa forma, o Autor busca junto aos braços do Poder Judiciário o reconhecimento de sua justa indenização.

Ademais, a matéria resta exaustivamente analisada e pacificada:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS DPVAT. INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A VALOR CERTO E DETERMINADO TARIFADO EM Tabela PARA OS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. MEDIDA PROVISÓRIA 140/2006. PAGAMENTO PARCIAL. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DEVIDO. 1 Não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução nº 175 de 03/03/75, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois, em se tratando de norma regulamentar, não pode esta dispor de modo diverso da Lei nº 6.194/74, de hierarquia superior. 2 A percepção dos valores referentes ao seguro DPVAT na esfera administrativa a título de liquidação de sinistro não importa em abdicar do direito de receber indenização tarifada, havendo saldo a ser satisfeito, resultante da diferença entre o valor recebido e aquele efetivamente devido em face do previsto em lei. 3 A parte autora possui direito à complementação do valor da indenização laudado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser abtido o valor atrelado ao pagamento parcial efetuado na esfera administrativa, montante este que deve ser carregado retrospectivamente pelo IGP-M, a contar daquele termo, acrescidos de juros moratórios a partir da citação. 4 Honorários advocatícios. Majoração para 15% do valor da condenação. Dado parcial provimento aos recursos. (Apelação Cível nº 70028013035, Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Carmo, Julgado em 21/01/2019).

lu  
pa

Nota-se claramente que a lei foi criada para a indenização de vítimas de acidentes de trânsito, tudo nos termos da Lei nº 6.194/74, com a redação dada pela Lei nº 8.441/92.

Ex post facto, conclui-se que é suficiente, portanto, a apresentação do laudo médico e o registro da ocorrência no órgão policial, para o devido pagamento da indenização, sendo abusiva qualquer outra exigência fora dos itens supracitados.

Ademais, não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução nº 1/75 de 03/10/75, editado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois em se tratando de norma regulamentar não pode dispor de modo diverso da Lei nº 6.194/74, de hierarquia superior, de sorte que é incabível a limitação da indenização com base na resolução prolatada. Nesse sentido são os acórdãos a seguir transcritos:

SEGURO OBRIGATORIO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de existência de ação por falta de interesse processual afastada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74. Conforme o art. 3º da Lei nº 6.194/74, com a redação anterior à Lei 11.462/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e da dano decorrente. Consequentemente, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 40 vezes o salário mínimo vigente na época da liquidação do sinistro, propunha o alinea "b" do art. 3º da Lei nº 6.194/74 não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Fixação da indenização em salários mínimos como critério de cálculo. Apelação desprovida. (Apelação Civil Nº 70023264466. Quinta Câmara Civil, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, julgado em 21/03/2008)

SEGURO OBRIGATORIO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de ilegitimidade passiva rejeitada. A indenização atinente ao Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) pode ser exigida de qualquer seguradora integrante do consórcio constituído obrigatoriamente, por todas as seguradoras que operam no referido seguro. Preliminar de falta de interesse processual rejeitada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74. Preliminar de falta de documento imprescindível ao exame da lide, também rejeitada, diante dos documentos juntados aos autos. Estando presente o nexo de causalidade entre o acidente e a invalidez permanente da parte autora, reconhecida pela seguradora na esfera administrativa, é de 40 salários mínimos o valor da indenização, segundo o artigo 3º, alinea "b" da Lei nº 6.194/74. A Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, é o único texto legal que confere competência para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNSP ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores. À unanimidade, preliminares rejeitadas.

5

Apelo desprovido por maioria. (Apelação Civil Nº 70022291230, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Umberto Gusmano Sudtmack, Julgado em 23/04/2018)

Frisa-se que, em se tratando de seguro pessoal, não se pode investigar quanto à proporção do prejuízo sofrido, pois a vida ou a redução da capacidade produtiva não é passível de perfeita estimativa econômica, consoante estabelece o art. 789 do novel Código Civil, o que atentaria ao princípio da dignidade humana.

Assim, no caso em comento, como se pode abstrair dos fatos expostos, notadamente da leitura dos documentos ANEXADO AOS AUTOS, a parte reclamante sofreu fraturas em **fratura exposta do pilão tibial e de perônio**, ficando claro que a causa que originou a indenização é o acidente de trânsito citado na inicial, estando a mesma acometida por invalidez permanente completa do membro inferior esquerdo.

Nesse sentido, pela tabela da Lei 6.194/74, é previsto que reembolso de despesas de assistência médica e suplementares de R\$ 2.700,00, correspondente ao valor máximo indenizável.

Nesse sentido, é assentado o entendimento jurisprudencial tanto no STJ quanto nesta Corte, cujos julgados são transcritos a seguir:

CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. INDENIZAÇÃO LEGAL. CRITÉRIO VALIDADE LEI N. 6.194/74. RECIBO QUITAÇÃO. SALDO REMANESCENTE. I. O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixado por critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, portanto, não havendo incompatibilidade entre a norma expressa da Lei n. 6.194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de variação monetária. Precedente da 2ª Seção do STJ (RSTJ n. 146.186-RJ, Rel. EV Acórdão Min. Aldir Passanoti Junior, por maioria, julgado em 12.12.2001). II. O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o tem de reavaliar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie. III. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 296.575-SP, Rel. Ministro ALDIR PASSANOTI JÚNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 20.03.2002, DJ 23.09.2002 P. 367).

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de falta de interesse processual rejeitada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de esgotar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente



indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74. De acordo com o art. 3º da Lei nº 6.194/74, o pagamento da indenização está condicionado à prova do acidente e do dano. Caso em que a prova pericial demonstra que o autor não possui invalidez. Complementação da indenização que não é devida. Apelo desprovido. (Apelação Civil Nº 70021060868, Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lutz, Julgado em 23/10/2007)

SEGURO OBRIGATORIO DPVAT INVALIDEZ PERMANENTE. VALOR DA INDENIZAÇÃO. FIXAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. 1. A pretensão do beneficiário que busca a complementação do seguro DPVAT, nasce no momento da pagamento a menor. Prescrição afastada de ofício. 2. Esta lei especifica que regula o Seguro Obrigatório, estipulando o valor de até 40 (quarenta) salários mínimos para indenizações no caso de invalidez permanente. 3. O Conselho Nacional de Seguros Privados não é competente nem para alterar os valores estipulados em lei ordinária, nem para estabelecer uma diferenciação de graduação de invalidez permanente que a Lei nº 6.194/1974 não estabelece. A quitação não tem o efeito extintivo o direito dos beneficiários de indenização paga a menor de vir a pagar o restante a diferença que lhes é devida. 4. O artigo 1º, da Lei 6.194/74 não utiliza o salário mínimo como fator de atualização da medida, pois, limitou-se a quantificar a indenização. APELO PROVIDO (Apelação Civil Nº 70029436214, Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo Sérgio Scarpato, Julgado em 29/05/2007).

Destaca-se então o grau de reduções das funcionalidades do Autor, tendo em vista os inúmeros ferimentos, tornando-se evidente assim a impossibilidade de voltar ao serviço pelo prazo de 10 dias, uma vez que permaneceu debilitada.

Destarte, não há falar em aplicação de limitadores no valor da indenização, estabelecidos mediante graduação de invalidez permanente, arbitradas em normas de hierarquia inferior, pois não é dado à Resolução restringir benefício se a lei ordinária regulamentada não o fez. Atende-se. Com tal entendimento, a interpretação histórica da norma legal, valorando o verdadeiro e original espírito da lei, segundo atrejado na "mens legislatoris", bem assim a hermenêutica sistemática do dispositivo legal em análise, adequando-o aos princípios da Constituição Federal.

Nesse sentido são os acórdãos a seguir transcritos:

SEGURO OBRIGATORIO DPVAT INVALIDEZ PERMANENTE Preliminar de extinção de ação, por falta de interesse processual afastada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de afastar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74. Conforme o art. 5º da Lei nº 6.194/74, com a redação anterior à Lei 11.482/2007, o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 40 vezes o salário mínimo vigente na época da liquidação do sinistro, porquanto a alínea b do art. 3º da Lei nº 6.194/74 não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Fixação da indenização em salários mínimos como

7

23  
pa

entorno de cálculo. Apelação desprovida. (Apelação Cível Nº 70023264666, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 21/05/2006).

**SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - INVALIDEZ PERMANENTE:** Preliminar de legitimidade passiva rejeitada. A indenização atinente ao Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) pode ser exigida de qualquer seguradora integrante do consórcio constituído, computadamente, por todas as seguradoras que operam no referido seguro. Preliminar de falta de interesse processual rejeitada. A quotação cada pelo autor não tem o condão de nãstar o direito de existir a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74. Preliminar de falta de documento imprescindível ao exame da lide, também repelida, diante dos documentos juntados nos autos. Estando presente o nexo de causalidade entre o acidente e a invalidez permanente da parte autora, reconhece pelo seguradora, em sede administrativa, e de 40 salários mínimos o valor da indenização, segundo o artigo 3º, alínea h da Lei nº 6.194/74. A Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, é o único texto legal que confere competência para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNSP ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores. À omnimodum, preliminares rejeitadas. Apelo desprovido, por maioria. (Apelação Cível Nº 70023291238, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Umberto Guspius Sudbrack, Julgado em 23/06/2008).

Tendo em vista todo o exposto, bem como os laudos médicos periciais relacionados a exordial, entende-se que o valor arbitrado para o DPVAT merecido pelo Autor não foi o valor que lhe depositaram, restando demonstrado as presentes seqüelas em caráter permanente em que o Autor se encontra.

### III - DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

Tendo em vista que o Autor não possui condições financeiras de arcar com as custas e demais despesas processuais, sem que isso lhe acarrete prejuízo financeiro, para tanto com amparo na Lei 1060/50, pede-lhe seja concedida Assistência Judiciária Gratuita.

liq  
pca

#### IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

a) que seja oficiado a Delegacia de São Manuel – SP, localizada na Avenida José Horácio Melão, 140 - Centro - CEP 13650-000 - São Manuel-SP, para que seja enviada cópia do inquérito acerca do acidente que resultou na sua morte, enviando junto com o ofício cópia da certidão de óbito do falecido;

b) e ainda que seja oficiado ao Fórum da Comarca de São Manuel, para informar se existe algum processo criminal acerca do acidente, e em caso positivo que seja enviado cópia dos autos, enviando junto com o ofício cópia da certidão de óbito do falecido;

c) a suspensão do processo até o recebimento das respostas dos ofícios enviados;

#### APÓS A SUSPENSÃO, REQUER:

a) A citação da SEGURADORA, DPVAT S. A., por Carta com Aviso de Recebimento, no endereço declinado no preâmbulo, para contestar a presente ação, sob pena de revelia quanto aos fatos alegados, devendo acompanhar o processo até a sentença final;

b) A condenação da Requerida ao pagamento da Indenização do Seguro DPVAT a parte Autora, no valor de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), conforme previsto pela Lei nº 6.194/73, corrigidos pelo IGP-M desde a data do pagamento administrativo e juros de 1% ao mês desde a citação;

c) A condenação da Requerida em custas e honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação;

d) A produção de todos os meios de prova em direito admitidas, especialmente, a prova testemunhal, prova documental.

464  
800

e) A concessão do benefício de Gratuidade de Justiça, nos moldes do art. 4º, da lei nº 1.060/50, eis que o Autor, não tem possibilidade de arcar com as custas do presente feito e com seus ônus sucumbenciais, sem prejudicar seu próprio sustento e de sua família, conforme declaração de hipossuficiência em anexo.

f) a designação de audiência de conciliação nos termos do NCPC.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais).

Nestes termos, pede deferimento.

Boquim/SE, 10 de abril de 2019.

Mayken Hulton Soares Vieira  
OAB/SE 7149



**PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA

# **CERTIDÃO PIS/PASEP/FGTS**

50-  
KA

NOME		CPF	PIS/PASEP	NUM. BENEFÍCIO
JOSE ROBERTO SILVA COSTA		1367600-00000	01304713558	1274783675-4
ULTIMO EMPREGADOR		CERTIFICADO PARA OS FINS PREVISTOS NO PARÁGRAFO 1º DO ART. 15, LEI COMPLEMENTAR Nº 15 DE 1993, LEI Nº 8.213 DE 1991 E PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 15 DO DECRETO Nº 40.441 DE 1965 QUE FORAM CANCELADOS.		
DEPENDENTE	VÍNCULO	DATANASC	FUNDADO POR MORTE	
MATEIAS SANTOS COSTA	FILHO	09/07/2000		
		REGISTRADA EM 02/03/2017 DATA DE ÓBITO 22/04/2016		
		LOCAL E DATA BOQUIM SE 03/04/2017 22.0.01.050		

ESTA CERTIDÃO TEM EFEITO PARA LEVANTAMENTO DE VALORES CORRESPONDENTES A:

- PIS - PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL
- PASEP - PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO
- FGTS - FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO
- QUANTIAS DEVIDAS PELO EMPREGADOR A SEU EMPREGADO EM DESCOMPARÊNCIA DE RELAÇÃO DE EMPREGO
- RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA
- SALDOS DE CONTAS BANCÁRIAS, CADERNETAS DE POUANÇA, FUNDO DE INVESTIMENTO DE APOSENTADORIA
- LIMITES PREVISTOS EM LEI E QUOTE QUE NÃO EXISTAM NA SUCESSÃO OUTROS BENS SUJEITOS A INVENTÁRIO

Leonardo de Melo Gadilha  
 Presidente do INSS

Impresso por Computex

FORM: CONTRA

00000000000000000000



**PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA

# **CERTIDÃO PIS/PASEP/FGTS**

NOME		CPF	PIS/PASEP	NUM. BENEFÍCIO
JOSE ROBERTO SILVA COSTA		1367600-00000	01304713558	1274783675-4
ULTIMO EMPREGADOR		CERTIFICADO PARA OS FINS PREVISTOS NO PARÁGRAFO 1º DO ART. 15, LEI COMPLEMENTAR Nº 15 DE 1993, LEI Nº 8.213 DE 1991 E PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 15 DO DECRETO Nº 40.441 DE 1965 QUE FORAM CANCELADOS.		
DEPENDENTE	VÍNCULO	DATANASC	FUNDADO POR MORTE	
MATEIAS SANTOS COSTA	FILHO	09/07/2000		
		REGISTRADA EM 02/03/2017 DATA DE ÓBITO 22/04/2016		
		LOCAL E DATA BOQUIM SE 03/04/2017 22.0.01.050		

ESTA CERTIDÃO TEM EFEITO PARA LEVANTAMENTO DE VALORES CORRESPONDENTES A:

- PIS - PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL
- PASEP - PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO
- FGTS - FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO
- QUANTIAS DEVIDAS PELO EMPREGADOR A SEU EMPREGADO EM DESCOMPARÊNCIA DE RELAÇÃO DE EMPREGO
- RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA
- SALDOS DE CONTAS BANCÁRIAS, CADERNETAS DE POUANÇA, FUNDO DE INVESTIMENTO DE APOSENTADORIA
- LIMITES PREVISTOS EM LEI E QUOTE QUE NÃO EXISTAM NA SUCESSÃO OUTROS BENS SUJEITOS A INVENTÁRIO

Leonardo de Melo Gadilha  
 Presidente do INSS

Impresso por Computex

FORM: CONTRA



52  
VS

**VISTA**

Nesta data, faço vista destes autos a 2ª Promotoria de Justiça desta Comarca,  
São Manuel, 31 de 05 de 2019.  
O/A escrevente, YCS

**Processo nº 0001830-48.2016.8.26.0581**  
**2ª Vara Judicial de São Manuel**

**Meritíssima Juíza,**

**Sem oposição à solicitação de fls. 38.**

**São Manuel, 31 de maio de 2019.**

  
**VIVIAN CORRÊA DE CASTRO P. AYRES**  
Promotora de Justiça Acumulando





## CRC-JUD

José Francisco Genuas

Principal : Seis

Principal

## Vizualização de Dados do Registro

Administração

C. R. C.

Busca no CRC

Pedido de Certidão

Certidão Solicitada

Enviar Mandado

Mantendo Em Aberto

Cartório de Registro: São Manuel

Número do CNS: 00018-2

LB: 58

## ÓBITO

Nome do Falecido: JOSÉ HUBERTO SILVA COSTA

Nome do Genitor 1: MANUEL MESSIAS PEREIRA DA COSTA

Nome do Genitor 2: ALMERINDA XAVIER DA SILVA

Data do Óbito: 22/04/2016

Matrícula: 00615201552016440002025000085-4311

Data de Entrada: 28/04/2016

Data do Registro: 24/04/2016

Anexo: 01

Número do Livro: 00020

Número da Folha: 250

Número do Registro: 0008543

Observações

0 caracteres de 2000

Solicitar 2ª Via da Certidão

Documento assinado  
digitalmente conforme  
MP nº 2200-2/2001  
que instituiu a **ICP**  
Infraestrutura de **Brasil**  
Chaves Públicas  
Brasileira (ICP-BRASIL)



ALTERNATIVA À ATUAÇÃO DE EMPRESAS  
RECORRIDO EM RECURSOS PESSOAIS NATURALIZADOS

## CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME

**JOSÉ ROBERTO SILVA COSTA**

CPF  
**073.847.145-90**

MATRÍCULA

**000182 01 55 2016 4 00020 250 0008543 11**

SEXO <b>MASCULINO</b>	COR <b>PARDA</b>	ESTADO CIVIL <b>CASADO, COM 46 ANOS DE IDADE.</b>
NATURA, RAÇA <b>BRANCA, ESTADO DO SEMPRE</b>	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO <b>R.G. Nº 1.113.471 - SSP - SE</b>	ELEITOR <b>SEM</b>
FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA <b>MANUEL MESSIAS PEREIRA DA COSTA (FALECIDO); ALMERINDA YAMINEIA SILVA, NATURAL DE CICERO DANTAS, ESTADO DA BAHIA, RESIDENTE E DOMICILIADA NA AVENIDA SP/TE DE SETEMBRO, S/Nº, CENTRO, NA CIDADE DE FÁTIMA-BA EMP. FALECIDO RUA ANTONIO MALLOSI, 41, CHUVAIL SÃO MANUEL, ESTADO DE SÃO PAULO</b>		
DATA E HORA DE FALECIMENTO <b>VINTE E DOIS DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZESSEIS ÀS 18:40 (DEZOITO HORAS E QUARENTA MINUTOS)</b>		DIÁ <b>22</b> MES <b>04</b> ANO <b>2016</b>
LOCAL DE FALECIMENTO <b>NA ESTRADA MUNICIPAL WANDA BARONI EM SÃO MANUEL - SP</b>		
CAUSA DA MORTE <b>(ACIDENTE): TRAUMATISMO CRÂNIO ENCEFALICO, AGENTE COMPO CONTUNDENTE</b>		
SERVIAMENTO/EMBAIXADA (MUNICÍPIO DE INTERIO, RECONHECIDO) <b>SEPLANTAMENTO NO CEMITÉRIO MUNICIPAL DA CIDADE DE BOQUIMISE</b>		DEPUTADO <b>LUIS ALBERTO MONTANHEIRO</b>
NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATENDEU O ÓBITO <b>DR. ROGÉRIO LUIZ MENDES DE MARCHI - CRM Nº 63571 DRA. SINA CAROLINA DE BRITO DELEGADA DE POLÍCIA</b>		
OBSERVAÇÕES/ANOTAÇÕES A RESPEITO <b>VIDE VERSO</b>		
ANOTAÇÕES DE CADASTRO <b>VIDE VERSO</b>		

Certidão lavrada por Eliane Delegada Municipal - Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais de São Manuel, após qual assinou eletronicamente em 17 de Julho de 2016, nos termos do Provimento nº 46/2015 do Conselho Nacional de Justiça.

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Fui lá.

Certidão emitida em 17 de Julho de 2016.

Este é um documento público eletrônico emitido nos termos da Medida Provisória 2200-2, de 24-08-2001, sob a forma eletrônica em formato digital, vedada a sua reprodução.

Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais  
São Manuel - SP  
Eliane Delegada Municipal - Oficial  
Rua Sete de Setembro, 291 - Centro - CEP: 13501-000  
E-mail: eliane@registrocivil.sp.gov.br  
Tel: (14) 3841-0945

Validação do conteúdo da assinatura digital

[www.registrocivil.sp.gov.br/validacao](http://www.registrocivil.sp.gov.br/validacao)

Cod. Hash: 727A9B65A949FFC8266C2C3B41F507F

Central de Informações do Registro Civil - CRC  
Fazenda

Selo Digital: 00018202000000000000000000000000

Para conferir a procedência deste documento, acesse o endereço eletrônico: <https://selo.digital.sp.gov.br/>



56  
 12

ENCARGOS DO CADASTRO				
TIPO DOCUMENTO	NUMERO	ZONA RESIDUAL	MUNICIPIO	LIT
TITULO DE ELEITOR	10710112140	4	BOQUIRI	BE

AS ANOTAÇÕES DE CADASTRO ACOMPAHAM DISPENSA DA PARTE INTERESSADA DA APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO ORIGINAL, QUANDO UNIFICADO PELO CASO SIGNIFICANTE OU JARADO NEL SEUS FIM PARA IDENTIFICAÇÃO DE SEU PORTADOR.

Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais  
São Manuel - SP  
Elaine Dalgado Martins - Oficial  
Rua São de Setembro, 381 - Centro - CEP 13050-  
000  
E-mail: eadmdal@ig.com.br  
Tel: (14) 3861-2843

Validade do arbolho de assinatura digital  
[www.registrocivil.sp.gov.br/validacao](http://www.registrocivil.sp.gov.br/validacao)  
Cod Hash: 727A8B85A3492EF0828932C3B41F767E  
Central de Informações de Registro Civil - CRC -  
Município

Pentru mai multe informații despre serviciile noastre, vizitați-ne pe [www.oxfordjournals.org](http://www.oxfordjournals.org)

[illegible]

Zimbra

boquim@tjse.jus.br


---

**Cópias Inquérito Policial 0001830-48.2016.8.26.058 - Comarca de São Manuel - SP**

---

**De :** PATRICIA LUZIA APARECIDA QUALIO  
<pqualio@tjsp.jus.br>

Qui, 18 de jul de 2019 14:19

 2 anexos

**Assunto :** Cópias Inquérito Policial  
0001830-48.2016.8.26.058 - Comarca de São  
Manuel - SP

**Para :** boquim@tjse.jus.br

Prezados,

Pelo presente, encaminho em anexo cópias dos autos supracitados, bem como certidão de óbito da vítima José Roberto Silva Costa, conforme solicitado.

Atenciosamente,



**PATRICIA LUZIA APARECIDA QUALIO**

Escrevente Técnico Judiciário

**Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**

2º Ofício Judicial Criminal e Infância e Juventude

Rua Ettore Targa, sn - Vila Consolata - São Manuel/SP - CEP: 18650-000

Tel: (14) 3842-1826

E-mail: [pqualio@tjsp.jus.br](mailto:pqualio@tjsp.jus.br)



**cópias.pdf**

4 MB

---



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

BOQUIM DA COMARCA DE BOQUIM  
Pq Citrícula Gov. João Filho, Bairro Centro, Boquim/SE, CEP 49360000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201961000972

**DATA:**

26/08/2019

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: MAYKEM HILTON SOARES VIEIRA - 7149}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Maykem Hilton Soares Vieira**

Advogado OAB/SE - 7149

*EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE BOQUIM/SE.*

Processo nº [201961000972](#)

**MERCIA SANTOS COSTA, e MARCIA SANTOS COSTA, e MATHIAS SANTOS COSTAS**, assistido por sua genitora DAMIANA DE JESUS SANTOS, todos já devidamente qualificado nos autos da presente **ACÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT**, movida em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A**, outrora também já qualificada nos autos, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, expor e requerer seguinte:

MM. Juiz, diante dos documentos colecionados nos autos, de fls. 44/99, os requerente pugna pela reativação do autos para dar prosseguimento do feito, determinando a citação da Requerida, bem como a designação de audiência de conciliação.

Nestes termos, pede deferimento.

Boquim/SE, 26 de agosto de 2019.

Maykem Hilton Soares Vieira  
OAB/SE 7149



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

BOQUIM DA COMARCA DE BOQUIM  
Pq Citrícula Gov. João Filho, Bairro Centro, Boquim/SE, CEP 49360000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201961000972

**DATA:**

27/08/2019

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Face à juntada de 22/07/2019 11:21:46 e petição retro, faço os autos conclusos.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**BOQUIM DA COMARCA DE BOQUIM**  
Pq Citrícula Gov. João Filho, Bairro Centro, Boquim/SE, CEP 49360000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201961000972

**DATA:**

07/10/2019

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

DESPACHO Defiro a gratuidade de justiça. Tendo em vista a possibilidade de acordo entre as partes, conforme relatado na exordial, designo audiência de conciliação para o dia 05/11/2019, às 10:20 horas, neste Fórum. Cite(m)-se e intime(m)-se o(s) réu(s). Adivirtam-se de que poderão manifestar seu desinteresse em conciliar por petição apresentada com (dez) dias de antecedência, contados da data de audiência, pois o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.<br/><br/> Designo o dia 05/11/2019 às 10h:21min para que seja realizada audiência Conciliação/Mediação.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim





**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Boquim**

Nº Processo 201961000972 - Número Único: 0000948-78.2019.8.25.0009

Autor: MERCIA SANTOS COSTA E OUTROS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

**DESPACHO**

Defiro a gratuidade de justiça.

Tendo em vista a possibilidade de acordo entre as partes, conforme relatado na exordial, designo audiência de conciliação para **o dia 05/11/2019, às 10:20 horas, neste Fórum.**

Cite(m)-se e intime(m)-se o(s) réu(s).

Adivirtam-se de que poderão manifestar seu desinteresse em conciliar por petição apresentada com (dez) dias de antecedência, contados da data de audiência, pois o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.



Documento assinado eletronicamente por **ELÁDIO PACHECO MAGALHÃES, Juiz(a) de Boquim**, em 07/10/2019, às 15:16:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2019002565172-45**.



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

**BOQUIM DA COMARCA DE BOQUIM**  
Pq Citrícula Gov. João Filho, Bairro Centro, Boquim/SE, CEP 49360000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201961000972

**DATA:**

08/10/2019

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

Certifico que expedi mandado de citação/intimação para o requerido. Certifico ainda, que as partes requerentes estão representadas por advogado, portanto, consideram-se intimadas da audiência via Diário da Justiça.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

BOQUIM DA COMARCA DE BOQUIM  
Pq Citrícula Gov. João Filho, Bairro Centro, Boquim/SE, CEP 49360000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201961000972

**DATA:**

08/10/2019

**MOVIMENTO:**

Expedição de Documento

**DESCRIÇÃO:**

Mandado de número 201961008512 do tipo (NCPC) - Mandado Citação e Intimação - Procedimento Comum - audiência [TM4145,MD150] <br/><br/> {Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
Boquim  
Pq. Citrícola Gov. João Alves Filho, s/nº  
Bairro - Centro Cidade - Boquim  
Cep - 49360-000 Telefone - (79)3645-1138

Normal(Justiça Gratuita)



201961008512

PROCESSO: 201961000972 (Eletrônico)  
NÚMERO ÚNICO: 0000948-78.2019.8.25.0009  
NATUREZA: Procedimento Comum Cível  
REQUERENTE E OUTROS: MARCIA SANTOS COSTAS  
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

### CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)** para a audiência de Conciliação ou de Mediação na forma do Art. 334, para a finalidade abaixo transcrita.

**Finalidade:** Comparecer a este Juízo para audiência de Conciliação ou de Mediação, de acordo com Arts. 334 e 344 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para a contestação, 15 (quinze) dias, será contado na forma do Art. 335 do CPC. Fica advertido(a) que deverá comparecer a referida audiência acompanhado(a) de advogado(a) ou defensor(a) público(a).

**Despacho:** DESPACHO Defiro a gratuidade de justiça. Tendo em vista a possibilidade de acordo entre as partes, conforme relatado na exordial, designo audiência de conciliação para o dia 05/11/2019, às 10:20 horas, neste Fórum. Cite(m)-se e intime(m)-se o(s) réu(s). Advertam-se de que poderão manifestar seu desinteresse em conciliar por petição apresentada com (dez) dias de antecedência, contados da data de audiência, pois o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

Designo o dia 05/11/2019 às 10h:21min para que seja realizada audiência Conciliação/Mediação.

**Data e horário da audiência:** 05/11/2019 às 10:21:00, **Local:** Fórum Hermes Fontes, Pq. Citrícola Gov. João Alves Filho, s/nº, Centro - Boquim, CEP: 49360-000.

**Advertência:** O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

#### Qualificação da parte ré:

**Nome:** SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

**Residência:** Rua Senador Dantas, (5º Andar), 74

**Bairro:** Centro

**CEP:** 20031205

**Cidade:** Rio de Janeiro - RJ - RJ

#### Ilmº (a) Sr(a)

**Nome:** SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

**Residência:** Rua Senador Dantas, (5º Andar), 74

**Bairro:** Centro

**CEP:** 20031205

**Cidade:** Rio de Janeiro - RJ - RJ

[TM4145, MD150]



Documento assinado eletronicamente por **Riedson da Silva Sandes, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Boquim**, em 08/10/2019, às 10:48:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2019002572880-53**.



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

BOQUIM DA COMARCA DE BOQUIM  
Pq Citrícula Gov. João Filho, Bairro Centro, Boquim/SE, CEP 49360000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201961000972

**DATA:**

31/10/2019

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Petição Avulsa do Advogado/Procurador/Defensor/Promotor KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ (2592-SE) ao processo eletrônico. Protocolizado sob nº 20191030145603847 às 14:56 em 30/10/2019.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOQUIM/SE

Processo n.º 201961000972

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MERCIA SANTOS COSTA e outros**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

### CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

#### DA REALIDADE DOS FATOS

Alega a parte autora em sua peça vestibular que seu ente querido, **JOSÉ ROBERTO SILVA COSTA** foi vítima fatal de acidente automobilístico ocorrido em **22/04/2016**.

Desta maneira, a parte Autora entendendo encontrar-se de posse de todos os documentos necessários à percepção da verba indenizatória a título de Seguro DPVAT, propôs a presente demanda, todavia, deixa de comprovar cabalmente sua qualidade de beneficiária, conforme exigência legal.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

## PRELIMINARMENTE

### DA AUSÊNCIA DE CAPACIDADE POSTULATÓRIA

#### FALTA DE PROCURAÇÃO ACOSTADA AOS AUTOS

Verifica-se que não consta nos autos instrumento de mandato outorgado ao advogado da parte Autora **MATHIAS SANTOS COSTAS**, haja vista que o mesmo já completou a maioridade, violando a regra esculpida no art. 104 do CPC.

Dessa feita, com o fito de evitar maiores prejuízos aos litigantes, necessário se faz a intimação da parte para sanar o vício contido no presente caderno processual.

A intimação para sanar tal vício se faz mister, pois no caso dos autos, é indubitável que a ausência de procuração não produz nenhum efeito legal aos atos processuais, sendo estes considerados inexistentes.

Assim sendo, se após determinação judicial para sanar o vício a parte autora permanecer inerte, deverá o processo ser extinto sem resolução do mérito de acordo com a regra contida no artigo 485, III, do CPC.

Assim, requer a Vossa Excelência se digne intimar a parte autora para sanar o vício contido no instrumento procuratório, sob pena de indeferimento da inicial.

### DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA

Conforme dispõe o art. 343, CPC, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A Ré informa a necessidade de serem ouvidas, as partes sobre os fatos narrados na inicial, para verificar se os mesmos tem conhecimento da ação pleiteada, bem como toda documentação juntada aos autos, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos.

### DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DE ÚNICOS BENEFICIÁRIO

Apenas por precaução, salienta-se quanto a imperiosa necessidade de se verificar a qualidade de únicos beneficiários para pleitear a verba indenizatória do Seguro Obrigatório DPVAT, em sua totalidade.

Cumprir destacar que a Lei 11.482/07, deu nova redação ao artigo 4º da Lei 6.194 e estabeleceu que a indenização, no caso de morte, será paga de acordo com o disposto no artigo 792 do Código Civil<sup>1</sup>.

Considerando que o artigo 792 do Código Civil prevê que metade da indenização será paga ao cônjuge, e o restante será dividido entre os herdeiros, imperioso se verificar a qualidade de únicos beneficiários na presente demanda<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup>“Art. 4º: A indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil. (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)”.

<sup>2</sup>“SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT AÇÃO DE COBRANÇA PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA ACOLHIDA CABIA AO AUTOR TRAZER AOS AUTOS PROVA INEQUÍVOCA DA SUA CONDIÇÃO DE ÚNICO BENEFICIÁRIO DA VÍTIMA. Apelação parcialmente provida. (TJ-SP - APL: 00105812220108260003 SP 0010581-22.2010.8.26.0003, Relator: Cristina Zucchi, Data de Julgamento: 28/04/2014, 34ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 30/04/2014)

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020

[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



VERIFICA-SE QUE A CERTIDÃO DE ÓBITO, INFORMA QUE O DE CUJUS ERA CASADO, BEM COMO VIVIA EM COMUNHÃO ESTÁVEL E DEIXOU 5 FILHOS. OCORRE QUE OS AUTORES PLEITEIAM A INTEGRALIDADE DA INDENIZAÇÃO, TODAVIA, LOCALIZAMOS A EXISTÊNCIA DE DEMAIS HERDEIROS NECESSÁRIOS

**DECLARAÇÃO DE ÚNICOS HERDEIROS**

Declaro(amos), para os devidos fins e efeitos de direito, sob as penas da lei, que tenho(mos) conhecimento de que a vítima Roberto Silva Costa, em razão de acidente de trânsito, ocorrido em 22/04/2016, faleceu em 22/04/2016, no estado civil de casado (solteiro, casado, separado judicialmente, divorciado ou viúvo), deixando como único(s) herdeiro(s) legal(is) e beneficiário(s):

NOME COMPLETO	NA QUALIDADE DE (*)	RG	CPF
<u>Guadalupe Batista dos Santos</u>	<u>companheira</u>	<u>12.117.067-53</u>	<u>006.388.795-90</u>
<u>Robson André de Costa</u>	<u>Filho</u>		
<u>Yamiriel Santana Costa</u>	<u>Filha</u>		
<u>Wagner Santos Costa</u>	<u>Filho</u>		
<u>Mariana Santos Costa</u>	<u>Filha</u>		

(\*) Especificar o grau de parentesco com a vítima.

Declaro(mos), ainda, que a vítima ( ) não deixou companheira(o) ou (X) deixou companheira(o) de nome Guadalupe Batista dos Santos.

Por ser expressão da verdade, sem qualquer vício da vontade ou consentimento, o(a)(s) declarante(s) firma(m) a presente, juntamente com 2(duas) testemunhas, assumindo a responsabilidade pelas informações prestadas, tanto na esfera administrativa como judicial, com o encargo de responder(em) perante outros herdeiros/beneficiários, além dos informados, que possam reclamar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT.

São Paulo, 22 de junho de 2016 LOCAL E DATA

Ana Helza Isidoro dos Santos ASSINATURA DO DECLARANTE

CENTAURO - ON ASSINATURA DO DECLARANTE

02 SET. 2016 ASSINATURA DO DECLARANTE

**DECLARAÇÃO DE ÚNICOS HERDEIROS**

Declaro(amos), para os devidos fins e efeitos de direito, sob as penas da lei, que tenho(mos) conhecimento de que a vítima Roberto Silva Costa, em razão de acidente de trânsito, ocorrido em 22/04/2016, faleceu em 22/04/2016, no estado civil de casado (solteiro, casado, separado judicialmente, divorciado ou viúvo), deixando como único(s) herdeiro(s) legal(is) e beneficiário(s):

NOME COMPLETO	NA QUALIDADE DE (*)	RG	CPF
<u>Roberto Silva Costa</u>	<u>Filho</u>		

(\*) Especificar o grau de parentesco com a vítima.

Declaro(mos), ainda, que a vítima ( ) não deixou companheira(o) ou ( ) deixou companheira(o) de nome \_\_\_\_\_.

Por ser expressão da verdade, sem qualquer vício da vontade ou consentimento, o(a)(s) declarante(s) firma(m) a presente, juntamente com 2(duas) testemunhas, assumindo a responsabilidade pelas informações prestadas, tanto na esfera administrativa como judicial, com o encargo de responder(em) perante outros herdeiros/beneficiários, além dos informados, que possam reclamar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT.

LOCAL E DATA ASSINATURA DO DECLARANTE

Assim, deve-se verificar quanto a real qualidade de únicos beneficiários, para que no futuro a Ré, ou qualquer outra Sociedade Seguradora participante do "pool" do Convênio DPVAT, não seja compelida a efetuar outro pagamento a possível beneficiário que possa surgir. Devendo ser resguardada a parte dos demais beneficiários.

Desta forma, ante a ausência comprovação de únicas beneficiárias do falecido, para receber a indenização em sua totalidade, requer seja **JULGADA EXTINTA SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do artigo 485, VI do Código de Processo Civil/2015.**

## MÉRITO

### DA PLENA VIGENCIA DA LEI 11.482/07

#### - ALTERAÇÃO DO ART. 4º DA LEI 6.194/74 -

Cumpre salientar que na data de 31 de Maio de 2007, entrou em vigor a Lei 11.482/07, que alterou a Lei 6.194/74 e a Lei 8.441/92. Em seu art. 8º, encontra-se especificado os novos valores a serem adotados, no que tange à indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT<sup>3</sup>.

Destaque-se ainda, que a Lei 11.482/07 modifica a forma de pagamento a ser realizado aos beneficiários legais e o mesmo art. 8º da referida Lei, alterou o art. 4º da Lei 6.194/74, no sentido de que a indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 do Código Civil <sup>4</sup>.

Desta forma, resta indiscutivelmente comprovado que a verba indenitária deve ser rateada entre todos os beneficiários da vítima.

Reiterando que o valor indenizável para a cobertura de evento morte é de **R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais)**, verifica-se que o valor deve ser dividido entre todos os beneficiários da vítima.

Portanto, para que a autora possa receber o valor referente ao Seguro Obrigatório DPVAT, deve comprovar a **qualidade de únicas beneficiárias, devendo restar claro que a vítima não deixou outros herdeiros.**

### DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação<sup>5</sup>.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação<sup>6</sup>

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

### DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 15% (quinze por cento), nos termos do § 1º Art. 1º da Lei nº 1.060/50.

---

<sup>3</sup>*Art. 8º Os arts. 3º, 4º 5º e 11 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações: "art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) - no caso de morte; II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (...)."*

<sup>4</sup>*Art. 792. Na falta de indicação da pessoa ou beneficiário, ou se por qualquer motivo não prevalecer a que for feita, o capital segurado será pago por metade ao cônjuge não separado judicialmente, e o restante aos herdeiros do segurado, obedecida a ordem da vocação hereditária.*

<sup>5</sup>*"SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação."*

<sup>6</sup>*art. 1º. (...)*

*§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.*

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, às hipóteses de casos de “fácil” instrução.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (Dez por cento), conforme supracitado.

### **CONCLUSÃO**

Requer a Ré o acolhimento das preliminares suscitadas.

Ante o exposto, requer a Ré a improcedência da ação, **tendo amplamente demonstrado o total descabimento da presente demanda**, nos exatos termos do artigo 487, inciso I, do CPC.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10%, consoante a previsão do art. 11, § 1º, da Lei 1.060/50.

Por fim, merecem os juros moratórios serem calculados a partir da citação válida, a correção monetária a partir do ajuizamento da demanda.

Protesta, ainda, por todo o gênero de **provas** admitido em direito, especialmente documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da parte autora para que esclareça:

- Queira o autor esclarecer se é o único beneficiário da vítima ou tem conhecimento da existência de outros herdeiros;
- Queira o autor esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial;
- Se tem ciência de algum pagamento administrativo referente ao sinistro em tela;

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ, inscrito sob o nº 2595/SE, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOQUIM, 29 de outubro de 2019.

**KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**  
**2592 - OAB/SE**

## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/SE 780-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa da advogada **KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**, inscrito na 2592 - OAB/SE, com escritório na RUA PACATUBA, N.º 254, SALA 210, CENTRO. ARACAJU/SE, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **MERCIA SANTOS COSTA**, em curso perante a **ÚNICA VARA CÍVEL** da comarca de **BOQUIM**, nos autos do Processo nº 00009487820198250009.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/SE 780-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

NIRE (DA SEDE DA FILIAL, OU RENDO A SEDE POR EM OUTRA UN)

33.3.0028479-6

Time for the

Sociedade anônima

**State Empowered**

Normal

**Nº do Protocolo**

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

**JUCERJA**

**Último Argumento:**

00003131303 . 18/12/2017

NIRE: 33.3.C02B479.6

SEGURODORA LIDER DOS CONSORCÍOS DO SEGURO DPVAT S/A

Salto(s): 102595004

Hash: ECC52023-D73D-4232-8033-7CC9943069D4

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
OREI	21,00	21,00

**REQUERIMIENTO**



Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	 
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURODORA LIGER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DE VIT S/A

NIRE: 333.0423479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 10/01/2016 SOB O NÚMERO 00007349019 e demais constantes do Texto de autenticação.

Autenticação: FD8974386FA48220CF084856AFAD85ECF8FFD5CF68740F233F496AFDA80X1FD8

16ra validar o documento acesse <http://www.juceria.rj.gov.br/servicos/channeladigital>, informe o nº de protocolo.

Page 2/13





**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar – Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**2. CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

**3. PRESENÇA:** Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

**4. MESA:** Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

**5. ORDEM DO DIA:** deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

**6. DELIBERAÇÕES:** Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: **(a) JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; **(b) HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do  
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 1 de 3

Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante a SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia;

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 2 de 3

*[Assinaturas manuscritas]*



**7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

**8. ASSINATURAS:** A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
Roberto Barroso  
Presidente

  
Isabella Maria Azevedo da Cunha  
Secretária




SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003143055 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: PD6974386FA48220C7DE4B56AFAD5E0CF8FFD5CF5E740F23BE495AFDA80E1F88



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: DO-2018/013153-4 Data do protocolo: 26/11/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/11/2018 SOB O NOME: 02003149053 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: F06974386FA48220CFD84B56AFAD85ECF8FDD5CF68743F233E496AFDAB0E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja-rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag: 10/13







12/10

**ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016**



4886507

**"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º** - A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**Artigo 2º** - A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Artigo 3º** - A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

**Artigo 4º** - A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

**CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Artigo 5º** - O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

**Parágrafo Primeiro** - Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**Artigo 6º** - Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

**CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL**

**ARTIGO 7º** - A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 1 de 10

Bernardo F. S. Bervanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020183575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4998508

**ARTIGO 8º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

**Parágrafo Primeiro** - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

**Parágrafo Segundo** - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

**Parágrafo Terceiro** - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

**Parágrafo Quarto** - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

**Parágrafo Quinto** - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

**Parágrafo Sexto** - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

#### **CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA**

**ARTIGO 9º** - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

**Parágrafo Primeiro** - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

**Parágrafo Segundo** - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

**Parágrafo Terceiro** - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 2 de 10

Bernardo R.S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

12



4896509

**Parágrafo Quarto** – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

**Parágrafo Quinto** – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

## **CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**ARTIGO 10** – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: **Conselheiro Presidente**, **Conselheiro Vice-Presidente** e demais **conselheiros** sem designação específica.

**Parágrafo Segundo** – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

**Parágrafo Terceiro** – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

**ARTIGO 11** – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

**ARTIGO 12** – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

**ARTIGO 13** – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

**Parágrafo Primeiro** – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

**Parágrafo Segundo** – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 3 de 10

  
Bernardo P.S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



convocada.

13/4



4986510

**Parágrafo Terceiro** - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

**ARTIGO 14** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

**Parágrafo Segundo** - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

**Parágrafo Terceiro** - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

**ARTIGO 15** - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 4 de 10

Bernardo F. S. Borwenger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208206B235403C7645C895  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

14/11



4555511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



15/14

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.



4995512

**ARTIGO 16** – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

**Parágrafo Único** – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

#### **CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA**

**ARTIGO 17** – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

**ARTIGO 18** - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

**Parágrafo único** - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

#### **CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA**

**ARTIGO 19** - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

**Parágrafo Primeiro** – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo Segundo** – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 6 de 10

Bernardo F. S. Benveniste  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575165 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C66883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

16/7



4886513

**ARTIGO 20** – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litúgio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

**ARTIGO 21** - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 7 de 10

Bernardo F. S. Derwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86683B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4896514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 22** – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

**Parágrafo Primeiro** – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

## **CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL**

**ARTIGO 23** – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10

  
Bernardo F.S. Berwanger  
Secretaria Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4556515

**Parágrafo Primeiro** – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Segundo** – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

## **CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS**

**ARTIGO 24** – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

**ARTIGO 25** – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

**ARTIGO 26** – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

**Parágrafo Único** – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

**ARTIGO 27** – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

**Parágrafo Único** – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

## **CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO**

**ARTIGO 28** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 9 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C66883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



de março de 1967.

13/4



4996616

## XI - DISPOSIÇÕES GERAIS

**ARTIGO 29** - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

**ARTIGO 30** - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

**ARTIGO 31** - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

**Parágrafo Único** - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

**ARTIGO 32** - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 10 de 10


  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435, **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731, **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

  
**JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**  
DIRETOR PRESIDENTE

  
**HÉLIO BITTON RODRIGUES**  
DIRETOR

**17º Ofício de Notas**  
DA CAPITAL

Tabellião: Carlos Alberto Firmino Oliveira  
Rua do Carmo, 61 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel. 2107-9100

AD82B590  
088674

Reconheço por AUTENTICAÇÃO as firmas de: **HELIO BITTON RODRIGUES e**  
**JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (X00000524453)**  
Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.  
Em testemunho \_\_\_\_\_ da verdade.

Conf. por: \_\_\_\_\_  
Serventia \_\_\_\_\_  
TJ-FUNDOS \_\_\_\_\_  
Total \_\_\_\_\_

Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.  
ECLP-5133 HDE, CCL-56882 ERS  
Consulte em <https://www3.tjri.jus.br/sitepublico>

**CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ**  
**Paula Cristina A. D. Gaspar**  
: 3.9% Escrevente  
: CTR-46062 série 09077 ME  
Aut. 2013 3ª Lei 8.986/94



### SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo



com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09.248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

**JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**  
OAB/SP 111.807







Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

BOQUIM DA COMARCA DE BOQUIM  
Pq Citricula Gov. João Filho, Bairro Centro, Boquim/SE, CEP 49360000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201961000972

**DATA:**

31/10/2019

**MOVIMENTO:**

Ato Ordinatório

**DESCRIÇÃO:**

AGUARDE-SE A AUDIÊNCIA

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

BOQUIM DA COMARCA DE BOQUIM  
Pq Citrícula Gov. João Filho, Bairro Centro, Boquim/SE, CEP 49360000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201961000972

**DATA:**

04/11/2019

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Procuração/Substabelecimento realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não

## CARTA DE PREPOSIÇÃO

**SEGURADORA LIDER S.A.**, empresa seguradora com sede à Rua Senador Dantas, 74 – Centro, Rio de Janeiro – RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, representada por Kelly Chrystian Silva Menéndez, brasileira, advogada, inscrita na OAB/SE sob o n 2.592, nomeia o seguinte preposto:

**NOME: EDSON RUFINO DOS SANTOS**

**RG: 1.489.092 SSP/SE**

**CPF: 984 935 315 53**

para representá-la na condição de **PREPOSTO**, podendo comparecer a audiências, fazer acordos, fazer requerimentos e depoimentos, enfim, podendo praticar todos os atos necessários para o perfeito cumprimento da presente.

Aracaju, 04 de novembro de 2019.

  
KELLY CHRYSSTIAN SILVA MENÉNDEZ  
OAB/SE 2592



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**BOQUIM DA COMARCA DE BOQUIM**  
**Pq Citrícula Gov. João Filho, Bairro Centro, Boquim/SE, CEP 49360000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201961000972

**DATA:**

05/11/2019

**MOVIMENTO:**

Audiência

**DESCRIÇÃO:**

anexo.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



ESTADO DE SERGIPE  
PODER JUDICIÁRIO

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE BOQUIM

Fórum Hermes Fontes, Parque Citrícola Gov. João Alves Filho, s/nº - Telefone (79) 3645-1138.

Processo Nº: 201961000572

Requerente: MERCIA SANTOS COSTA, MARCIA SANTOS COSTAS, MATHIAS SANTOS COSTA e DAMIANA DE JESUS SANTOS COSTA

Advogado(a): MAYKEM HILTON SOARES VIEIRA 7149/SE

Requerido(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Preposto(a): EDSON RUFINO DOS SANTOS

### TERMO DE AUDIENCIA

Aos 05 de novembro de 2019, às 10:21 horas, nesta Cidade de Boquim, Estado de Sergipe, na sala de Audiência, no Fórum local, presentes os requerente acompanhados por seu advogado e o requerido por seu representante legal. Aberta a audiência de conciliação, a mesma restou-se INFRUTÍFERA uma vez que não fora formulada proposta de acordo. Pela parte requerente foi dito que requer apresentará réplica no prazo legal. Pela parte requerida foi dito que requer o julgamento antecipado da lide e confirma a juntada de carta de preposto. Nada mais havendo, audiência encerrada.

Ana Laura Silva Nascimento  
Ana Laura Silva Nascimento

Conciliadora

Requerentes: mathias santos costa  
marcia santos costa  
Damião de Jesus Santos

Advogado  
003/SE 7. 648

Preposto(a): edson rufino dos santos





Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

BOQUIM DA COMARCA DE BOQUIM  
Pq Citrícula Gov. João Filho, Bairro Centro, Boquim/SE, CEP 49360000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201961000972

**DATA:**

11/11/2019

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Aviso de Recebimento de AR Digital nº 201961008512, conforme arquivo em anexo. Objetivo: Atingido<br/><br/>  
{Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

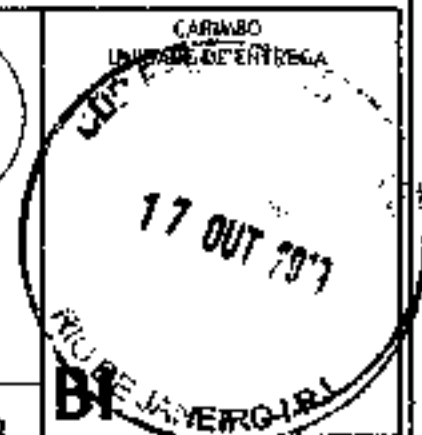
Não

**DESTINATÁRIO**

SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO PPVAT  
Rua Senador Farias nº 74, (5º Andar), Centro.

20031205 - Rio de Janeiro - RJ

**AR998659681SG**



**ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR - Centralizador Regional**

**DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO OU INFORMAÇÕES DE INTERESSE DO CLIENTE - OPCIONAL**

Referente ao processo de nro. 201961000972 e mandado nro. 201961008512

TENTATIVAS DE ENTREGA		MOTIVO DE DEVOLUÇÃO		RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO
1ª _____:	<b>ATENÇÃO:</b> Após a 3ª tentativa, devolver o objeto.	1 Mudança	5 Ausência	Daniel L. Ramos Mat. 8.952.072-6
2ª _____:		2 Endereço incorreto	6 Ausência	
3ª _____:		3 Não existe o número	7 Ausência	
		4 Desconhecido	8 Ausência	
		5 Outros: _____	9 Ausência	
ASSINATURA DO RECEBEDOR		<b>VERONICA FELIX CONSTANT</b> RG: 10.502.343-4		DATA DE ENTREGA
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR				Nº DOC. DE IDENTIDADE





Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

BOQUIM DA COMARCA DE BOQUIM  
Pq Citrícula Gov. João Filho, Bairro Centro, Boquim/SE, CEP 49360000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201961000972

**DATA:**

02/12/2019

**MOVIMENTO:**

Decurso de Prazo

**DESCRIÇÃO:**

Certifico que transcorreu in albis o prazo para apresentação de réplica.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**BOQUIM DA COMARCA DE BOQUIM**  
**Pq Citrícula Gov. João Filho, Bairro Centro, Boquim/SE, CEP 49360000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201961000972

**DATA:**

02/12/2019

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**BOQUIM DA COMARCA DE BOQUIM**

**Pq Citrícula Gov. João Filho, Bairro Centro, Boquim/SE, CEP 49360000**

**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201961000972

**DATA:**

03/12/2019

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Réplica à Contestação realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: MAYKEM HILTON SOARES VIEIRA - 7149}<br><font style='color:#FF0000'><b> O(s) arquivo(s) AÇÃO DE COBRANÇA DPVAT - DAMINANA - replica.pdf, inss dependentes habilitados.pdf, inicial de pensão por morte.pdf, CARTA PRECATORIA.pdf foi(ram) desentranhado(s) do processo em 21/02/2020.</b></font>

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não

## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE: MATHIAS SANTOS COSTA**, brasileiro, maior e capaz, solteiro, estudante, portador da CI nº 3.830.103-2 2ª via SSP/SE e CPF 089.536.795-59 residente no Povoado Olhos D'água, nº 56, Zona Rural, Boquim/SE (sem endereço eletrônico)

**OUTORGADO: Dr. MAYKEM HILTON SOARES VIEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SE sob o nº 7149, com escritório na Av. Simpliciano F. da Fonseca, nº 695, Centro, Boquim/SE, e-mail [maykemhilton@yahoo.com.br](mailto:maykemhilton@yahoo.com.br), tel: (79) 9986-4970.

Pelo presente instrumento particular de PROCURAÇÃO, nomeia(m) e constitui (em) seu procurador acima qualificada, para em conjunto ou separadamente, independentemente de ordem de nomeação, deles usem em qualquer Instancia, Juízo ou Tribunal, inclusive os da cláusulas "Ad Juditia e Et Extra", bem como os enumerados na parte "in fine" do art. 105 do CPC, para o foro em geral e os especiais de, em juízo ou fora dele, **receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, levantar RPV e Alvarás, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica.** (Em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC15), podendo ainda requerer instaurações de inquéritos policiais, representá-lo perante quaisquer repartições públicas, requerendo ou defendendo os seus interesses em processo administrativos, fiscais ou de qualquer natureza, **especialmente para se habilitar nos autos do processo nº 201961000972.**

Boquim/SE, 26 de novembro de 2019

mathias santos costa

Endereço: Av. Simpliciano F. da Fonseca, nº 695, Centro, Boquim/SE – Fone (079) 99986-4970  
E-mail [maykemhilton@yahoo.com.br](mailto:maykemhilton@yahoo.com.br)

## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** ROBSON ANDRADE COSTA, brasileiro, solteiro, maior e capaz, Desempregado, portador da CI nº 3.377646-0 SSP/SE e CPF nº 441.458.908-84, com endereço na Rua Avignon, nº 304, Ville Saint James II, Campo Limpo Paulista-SP (sem endereço eletrônico).

**OUTORGADO:** Dr. MAYKEM HILTON SOARES VIEIRA, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SE sob o nº 7149, ambos com escritório na Praça Barão do Rio Branco, 47, centro, Estância, e-mail [maykemhilton@yahoo.com.br](mailto:maykemhilton@yahoo.com.br), tel: (79) 9986-4970.

Pelo presente instrumento particular de PROCURAÇÃO, nomeia(m) e constitui (em) seu procurador acima qualificada, para em conjunto ou separadamente, independentemente de ordem de nomeação, deles usem em qualquer Instancia, Juízo ou Tribunal, inclusive os da cláusulas "Ad Juditia e Et Exira", bem como os enumerados na parte "in fine" do art. 105 do CPC, para o foro em geral e os especiais de, em juízo ou fora dele, **receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica.** (Em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC15), podendo ainda requerer instaurações de inquéritos policiais, representá-lo perante quaisquer repartições públicas, requerendo ou defendendo os seus interesses em processo administrativos, fiscais ou de qualquer natureza, **especialmente lhe representar nos autos do processo nº 201961000982.**

Boquim/SE, 03 de dezembro de 2019.



MATRIZ: Av. Simpliciano F. da Fonseca, nº 695, Centro, Boquim/SE – Fone (079) 99986-4970  
E-mail [maykemhilton@yahoo.com.br](mailto:maykemhilton@yahoo.com.br)



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTERIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME  
ROBSON ANDRADE COSTA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR/UF  
34776460 SSP SE

CPF DATA NASCIMENTO  
441.458.908-84 30/04/1993

FILIAÇÃO  
JOSE ROBERTO SILVA  
COSTA  
NIVALDA DE JESUS  
ANDRADE

PERMISSÃO ACC CAT. HAB  
AB

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
1415473180

Nº REGISTRO VALIDADE 1ª HABILITAÇÃO  
06406084400 30/01/2022 06/07/2015



Julho, 3290 - Sala 601

Nº do documento 18705696	Espécie Doc. DM	Acelte N	Data de processamento 28
Carteira 1	Moeda R\$	Quantidade	

responsabilidade do Beneficiário)

**ASO COBRAR JUROS DE 2% MAIS 0,033% AO DIA  
RECEBER APOS 40 DIAS DO VENCIMENTO**

---

**NIVALDA DE JESUS ANDRADE CAMARGO CPF/CNPJ:**  
Rua Avignon, N. 304  
13233690 Ville Saint James II - Campo Limpo Paulista SP

CPF / CNPJ



## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** TAMIRES SANTANA COSTA, brasileira, solteira, maior e capaz, Desempregada, portadora da CI nº 20.771.522-06 SSP/BA e CPF nº 067.773.295-36, com endereço na Rua Jonas de Abreu, Zona Norte, S/n, Centro, Ribeira do Pombal-BA (sem endereço eletrônico).

**OUTORGADO:** Dr. MAYKEM HILTON SOARES VIEIRA, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SE sob o nº 7149, ambos com escritório na Praça Barão do Rio Branco, 47, centro, Estância, e-mail [maykemhilton@yahoo.com.br](mailto:maykemhilton@yahoo.com.br), tel: (79) 9986-4970.

Pelo presente instrumento particular de PROCURAÇÃO, nomeia(m) e constitui (em) seu procurador acima qualificada, para em conjunto ou separadamente, independentemente de ordem de nomeação, deles usem em qualquer Instancia, Juízo ou Tribunal, inclusive os da cláusulas "Ad Juditia e Et Extra", bem como os enumerados na parte "in fine" do art. 105 do CPC, para o foro em geral e os especiais de, em juízo ou fora dele, **receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica.** (Em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC15), podendo ainda requerer instaurações de inquéritos policiais, representá-lo perante quaisquer repartições públicas, requerendo ou defendendo os seus interesses em processo administrativos, fiscais ou de qualquer natureza, **especialmente lhe representar nos autos do processo nº 201961000982.**

Boquim/SE, 03 de dezembro de 2019.



MATRIZ: Av. Simpliciano F. da Fonseca, nº 695, Centro, Boquim/SE – Fone (079) 99986-4970  
E-mail [maykemhilton@yahoo.com.br](mailto:maykemhilton@yahoo.com.br)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO PEDRO MELLO

RE-IDENTIFICAÇÃO  
RECOMENDADA  
AOS 18 ANOS

NÃO PLASTIFICAR



POLEGAR DIREITO



Lamires Santana Costa

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THOMAS GREGO & SONS



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

RG 20.771.522-06

DATA DE EXPEDIÇÃO 07-05-2012

NOME

TAMIRES SANTANA COSTA

FILIAÇÃO

JOSÉ ROBERTO SILVA COSTA

MARIA MIRENE FERREIRA SANTANA

NATURALIDADE

RIBEIRA DO POMBAL BA

DATA DE NASCIMENTO

03-06-1995

DOC ORIGEM

C.NAS. CM BOQUIM SE DS  
SEDE LV A53 FL 195V RT 20956

CPF

067.773.295-36

*Facilita M<sup>a</sup> de Oliveira Jauz*

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

THOMAS GREG & SONS

# embasa

NOTA FISCAL / CONTA DE ÁGUA E/OU ESGOTO  
CNPJ 13.504.675/0001-10 INSC. EST. 00665571  
4ª Av. n° 420, Centro Administrativo da Bahia - CAB  
CEP 41.745-002

Código Débito Automático

Matrícula

057693862

Cidade dv

0024

Mês/Ano

11/2019

Inscrição

0024.05.5001.1.0608.0000.0

Período de consumo

12/09/19 a 17/10/19

Nº. Hidrômetro

A11N202741

Nome / Endereço para entrega

MOACY CARDOSO DOS SANTOS  
CENTRO 48400000 RIBEIRA DO POMBAL  
RU JONAS DE ABREU ZONA NORTE, S/N

Cod.Leitura

Leitura Atual  
640

Leitura Anterior

633

Dias / Cons. Data/Leitura

35

17/10/19

Data / Emissão

17/10/19

Endereço da Ligação

RU JONAS DE ABREU ZONA NORTE, S/N  
CENTRO 48400000 RIBEIRA DO POMBAL

Faixas de Consumo	Cons(m³)	Valor(m³)	UC	VL. Total.
ATE 6 MIN	6	26,40		26,40
7 A 10	1	1,07		1,07
TOTAL	7			27,47

Consumo dos últimos meses em (m³)

Mês/Ano	Consumo (m³)
11/2019	7
10/2019	6
09/2019	9
08/2019	2
07/2019	3
06/2019	5

Unidades de Consumo - UC (imóveis)

Consumo por Unidade (m³)

Consumo Médio Mensal - Ligação

Esgoto

% do valor água

Valor (R\$)  
27,47

Especificação

CONS. AGUA 7 m³

MULTA REF. CONTA(S) 09/2019  
JUROS MORA CONTA(S) 09/2019

0,59

0,09

Tarifa  
RES1.1-0001

Vencimento

15/11/19

Total a pagar em R\$

28,15

DECRETO FEDERAL N° 5.440 / 2005

Parâmetros	Cor	Turbidez	Cloro	Coliformes Totais	Escherichia Coli
Padrão da Portaria MS 2914/2011	15UH	5,0 UT	Min.0,2 mg/l	(+)	Ausente
N° de Amostras - Rede					
Exigidas	0015	0070	0070	0070	0070
Analizadas	0013	0060	0069	0069	0069
Em conformidade	0013	0060	0069	0069	0069

Água fluorada  
com teor máximo  
permisido de até  
1,5mg/l de flúor.  
(\*)

Significado da tabela no verso da conta

INFORMAÇÕES DE  
CONTRIBUIÇÃO

IMPOSTO	BASE DE CÁLCULO m³	%	VALOR
PIS	28,06	1,30	0,36
COFINS		6,00	1,68

ATENÇÃO: A LEGISLAÇÃO VIGENTE RESPONSABILIZA O  
USUÁRIO POR MANTER OS DADOS CADASTRAIS ATUALIZADOS  
OBRIGATORIAMENTE PARA PROXIMA LEITURA: 15/11/19



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

BOQUIM DA COMARCA DE BOQUIM  
Pq Citrícula Gov. João Filho, Bairro Centro, Boquim/SE, CEP 49360000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201961000972

**DATA:**

19/02/2020

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

R. Hoje. Proceda a secretaria a certificação acerca da réplica e documentos acostados às fls. Retro, em sendo intempestivos, proceda a extração dos mesmos do processo. Após, volvam conclusos.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Boquim**

Nº Processo 201961000972 - Número Único: 0000948-78.2019.8.25.0009

Autor: MERCIA SANTOS COSTA E OUTROS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

R. Hoje.

Proceda a secretaria a certificação acerca da réplica e documentos acostados às fls. Retro, em sendo intempestivos, proceda a extração dos mesmos do processo.

Após, volvam conclusos.



Documento assinado eletronicamente por **ELÁDIO PACHECO MAGALHÃES, Juiz(a) de Boquim**, em 19/02/2020, às 11:18:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000390992-35**.





**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**BOQUIM DA COMARCA DE BOQUIM**  
Pq Citrícula Gov. João Filho, Bairro Centro, Boquim/SE, CEP 49360000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201961000972

**DATA:**

21/02/2020

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

Certifico que, conforme certidão de 02/12/2019, a réplica é intempestiva.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não





**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**BOQUIM DA COMARCA DE BOQUIM**  
Pq Citrícula Gov. João Filho, Bairro Centro, Boquim/SE, CEP 49360000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201961000972

**DATA:**

21/02/2020

**MOVIMENTO:**

Desentranhamento

**DESCRIÇÃO:**

O(s) documento(s)/arquivo(s) digital(is) AÇÃO DE COBRANÇA DPVAT - DAMINANA - replica.pdf, inss dependentes habilitados.pdf, inicial de pensão por morte.pdf, CARTA PRECATORIA.pdf foi(ram) desentranhado(s) do movimento no dia 21/02/2020. MOTIVO: despacho

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

**BOQUIM DA COMARCA DE BOQUIM**  
Pq Citrícula Gov. João Filho, Bairro Centro, Boquim/SE, CEP 49360000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201961000972

**DATA:**

21/02/2020

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

Certifico que desentranhei a réplica e documentos probatórios, tendo deixado somente as procurações e documentos pessoais.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**BOQUIM DA COMARCA DE BOQUIM**  
**Pq Citrícula Gov. João Filho, Bairro Centro, Boquim/SE, CEP 49360000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201961000972

**DATA:**

21/02/2020

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**BOQUIM DA COMARCA DE BOQUIM**  
Pq Citrícula Gov. João Filho, Bairro Centro, Boquim/SE, CEP 49360000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201961000972

**DATA:**

03/04/2020

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

R.Hoje, Intimem-se as partes para, no prazo comum de 10 (dez) dias, informarem acerca da necessidade de produção de outras provas além das já produzidas. Acaso não tenham interesse em nenhum outro meio de prova a acrescentar ao feito, deverão apresentar suas alegações finais no mesmo prazo. Também, no prazo de 10 (dez) dias, deverá o autor regularizar a representação do requerente MATHIAS SANTOS COSTA, uma vez que o mesmo já atingiu a maioridade. Cumpra-se, após, certifique-se e volvam conclusos.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Boquim**

---

Nº Processo 201961000972 - Número Único: 0000948-78.2019.8.25.0009

Autor: MERCIA SANTOS COSTA E OUTROS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

---

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

R.Hoje,

Intimem-se as partes para, no prazo comum de 10 (dez) dias, informarem acerca da necessidade de produção de outras provas além das já produzidas. Acaso não tenham interesse em nenhum outro meio de prova a acrescentar ao feito, deverão apresentar suas alegações finais no mesmo prazo.

Também, no prazo de 10 (dez) dias, deverá o autor regularizar a representação do requerente MATHIAS SANTOS COSTA, uma vez que o mesmo já atingiu a maioridade.

Cumpra-se, após, certifique-se e volvam conclusos.



---

Documento assinado eletronicamente por **ELÁDIO PACHECO MAGALHÃES, Juiz(a) de Boquim**, em 03/04/2020, às 20:19:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000713716-00**.

---



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**BOQUIM DA COMARCA DE BOQUIM**  
**Pq Citricula Gov. João Filho, Bairro Centro, Boquim/SE, CEP 49360000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201961000972

**DATA:**

08/04/2020

**MOVIMENTO:**

Ato Ordinatório

**DESCRIÇÃO:**

Aguardar decurso de prazo.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

BOQUIM DA COMARCA DE BOQUIM  
Pq Citrícula Gov. João Filho, Bairro Centro, Boquim/SE, CEP 49360000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201961000972

**DATA:**

09/04/2020

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOQUIM/SE

Processo: 201961000972

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MERCIA SANTOS COSTA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho de fls., informar que não possui interesse em produzir outras provas.

No mais, informa que ao contrário do que sustendo na inicial, carece a parte autora de prova inequívoca de suas alegações, razão pela qual reitera as teses de defesas suscitadas, requerendo a total improcedência dos pedidos.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOQUIM, 8 de abril de 2020.

**KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**  
**2592 - OAB/SE**



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

BOQUIM DA COMARCA DE BOQUIM  
Pq Citrícula Gov. João Filho, Bairro Centro, Boquim/SE, CEP 49360000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201961000972

**DATA:**

16/04/2020

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: MAYKEM HILTON SOARES VIEIRA - 7149}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Maykem Hilton Soares Vieira**

Advogado OAB/SE - 7149

*EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE BOQUIM/SE.*

Processo nº [201961000972](#)

**MERCIA SANTOS COSTA, e MARCIA SANTOS COSTA, MATHIAS SANTOS COSTAS, ROBSON ANDRADE COSTA E TAMIRES SANTANA COSTA** , todos já devidamente qualificados nos autos da presente **AÇÃO DE COBRANÇA PARA COMPLEMENTO DE INDENIZAÇÃO POR SINISTRO CAUSADO EM ACIDENTE DE VEÍCULO - DPVAT**, movida em face do **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A**, outrora também qualificada, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, expor e requerer o seguinte:

MM. Juiz, em atendimento ao despacho exarado, os Requerentes vem nos presentes autos informar que não pretende produzir prova em audiência de instrução, entretanto requer a produção de prova documental necessária.

**Assim, requer a juntada da Inicial, em que a Sra. ANADILZA BATISTA DOS SANTOS , ingressa com ação judicial perante a Juizado Especial Federal de Botucatu/SP contra o INSS, já que a referida Autarquia não reconhece a mesma como DEPENDENTE do de cujus JOSE ROBERTO DA SILVA COSTA.**

**Tanto assim é verdade, que o INSS negou o Benefício de Pensão por Morte NB 21/ 169.539.837-5, sob o fundamento de que a mesma não comprovou ser dependente do genitor dos Requerentes, haja visto que os documentos apresentados não comprovaram a união estável com o instituidor.**



**Requer ainda, a juntada do Ofício nº 197/2017, em que o INSS informa a este R. Juízo nos autos do processo 201761001022, quais são os dependentes habilitados à pensão por morte do falecido JOSE ROBERTO SILVA COSTA, onde não consta a Sra. ANADILZA BATISTA DOS SANTOS, como sua dependente, vez que ao tempo do óbito o "de cujus" não mais convivia com a mesma.**

Por fim, os Requerentes reiteram a inicial, vez que foram anexados todos os documentos necessários para o deferimento do pleito, ou seja, o pagamento da indenização do Seguro DPVAT em favor dos mesmos, como: CERTIDÃO DE OBITO, BOLETIM DE OCORRÊNCIA, INQUÉRITO POLICIAL, BRAT, AUTOS DO PROCESSO JUDICIAL ACERCA DO ACIDENTE, E POR FIM TODOS OS DOCUMENTOS QUE COMPROVAM QUE O REQUERENTES SÃO HERDEIROS LEGITIMOS E NECESSÁRIOS DO FALECIDO JOSE ROBERTO SILVA COSTA, fazendo assim, jus ao recebimento da sua cada qual de sua cota parte do seguro!!!

**Ante o exposto, requer o deferimento da juntada dos documentos em anexo, bem como julgamento do processo, e ao final seja o presente demanda julgada procedente, para condenar o Requerido pagamento da cota parte do seguro DPVAT, em favor da cada um dos Requerentes.**

**Requer ainda, que seja determinado a Secretaria o cadastramento dos herdeiros ROBSON ANDRADE COSTA E TAMIRES SANTANA COSTA, no SCP/TJSE.**

Nestes termos, pede deferimento.

Boquim/SE, 16 de abril de 2020.

Maykem Hilton Soares Vieira  
OAB/SE 7149

**ANADILZA BATISTA DOS SANTOS**, brasileira, viúva, portadora da Cédula de Identidade/RG nº 12117067-53 e inscrita no CPF sob nº 006.388.795-90, residente na Rua Antonio Malossi, nº 41, Cohab II, CEP: 18.650-000 São Manuel/SP, vem, por seus advogados e bastantes procuradores, infra-assinado, com escritório de advocacia estabelecido na **Avenida Irmãs Cintra, nº 1174, São Manuel/SP, CEP: 18.650-000 - Fone/fax: (0xx14) 3842-1704**, local expressamente indicado para o recebimento e conhecimento de todos os atos processuais, com fulcro no inciso XXXV do art. 5º da CF/88 e art. 837 e ss. da CLT, com a aplicação subsidiária do art. 282 do CPC, propor

### **AÇÃO PARA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE**

**INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS**, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

#### **I - DOS FATOS**

A Autora é viúva de José Roberto da Silva Costa, com quem viveu em União Estável até a data do óbito do segurado em 22 de abril de 2016, aos 46 anos de idade, brasileiro, natural de Boguim/SP, portador do RG 1.113.676, filho de Manuel Messias Pereira da Costa e Almerinda Xavier da Silva.

O relacionamento sempre foi público e notório, certo que asseveramos que a Requerente é dependente do *de cujus* José Roberto da Silva Costa, não havendo, portanto, dúvidas quanto a tal condição, conforme docs. juntados aos autos:

- a. Laudo de exame de corpo de delito e Laudo Pericial;
- a. Seguro de vida do Banco do Brasil, onde consta a Autora como esposa e beneficiária;
- a. Carta da Caixa Econômica Federal em da Autora, constando o mesmo endereço do falecido;
- a. Carta da Caixa Econômica Federal em nome do falecido, constando o mesmo endereço da Autora;
- a. Carta do Banco Bradesco em nome da Autora, constando o mesmo endereço do falecido;
- a. Ação e termo de audiência comprovando o divórcio do falecido;
- a. Declaração da mãe do falecido onde consta que a Autora vivia em união estável com o falecido;
- a. Declaração do proprietário da residência onde o casal morava pagando aluguel;
- i. Declaração do mercado onde o casal fazia compras;

De mais a mais, os documentos apresentados corroboram para a comprovação da União Estável entre o segurado falecido e a Autora.

Conforme se verifica, a Requerente era dependente do falecido marido, e após o óbito requereu junto ao órgão Previdenciário, em 11/07/2016,

Pensão por Morte **NB 21/ 169.539.837-5**, o qual foi indeferido sob a alegação de falta de qualidade de dependente, haja vista os documentos apresentados não comprovarem União Estável em relação ao segurado instituidor, o que não é verdade conforme demonstra a documentação anexa.

Deste modo, diante da negativa na Concessão da Pensão por Morte, não restou alternativa a Requerente senão pleitear seu direito judicialmente.

#### **II. DO DIREITO E SEUS FUNDAMENTOS:**

O benefício da pensão por morte é devido ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não na forma do artigo 74, da Lei nº 8.213/91.

Em assim sendo, não tem pertinência, o indeferimento do mencionado benefício previdenciário pela Autarquia Ré.

Aplicável ao caso, portanto, a presunção de dependência econômica para os fins de benefício previdenciário, conforme art. 226 da Constituição Federal e 16, inciso I e § 3º da Lei 8.213/91, *verbis*:

**Art. 16. "São beneficiários do Regime Geral da Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:**

I – o cônjuge, **a companheira**, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido

...

**§ 4º** A dependência econômica das pessoas indicadas no Inciso I é presumida e das demais devem ser comprovada."

Fica sem sentido, referir-se a não comprovação da União Estável. Ou seja, frente ao acima exposto, haja vista as provas documentais apresentadas

O que não se pode cogitar repisa-se, é indeferir o benefício ora pleiteado, mesmo mediante prova documental apresentada.

Além disso, a dependência econômica é presumida em relação a companheira, conforme art. 16, I, § 4º, da Lei 8.213/91.

Assim sendo, os pressupostos para a pensão por morte são os seguintes:

- a. óbito do segurado;
- a. qualidade de segurado do falecido;
- a. condição de dependência do pretendente.

Tais requisitos para a pensão por morte, como é de conhecimento geral e estão descritos no art. 74 da Lei nº. 8213/91.

A pensão por morte, como a própria designação deixa entrever, tem um caráter extremamente assistencialista, donde por isso mesmo, houve a excepcionalidade, para ela, do período de carência, conforme art. 26, inciso I, da Lei nº. 8213/91.

Posicionamento oposto, com certeza, retiraria o cunho assistencial do dito benefício de pensão por morte, igualitarizando-o à generalidade das prestações do INSS.

Logo, o caráter de excepcionalidade da pensão por morte recomenda uma hermenêutica particular a ela, sob pena de estar acometendo-a a vala comum dos benefícios previdenciários.

Essa condição diga assim, de "social" da pensão por morte é que gerou a preocupação do legislador previdenciário, inculcando a regra do art. 102, da lei de regência.

E para arrematar, é de bom alvitre deixar assentado que a pensão por morte é dirigida as pessoas que, em bastas vezes, estão à beira da marginalização social, já que foram vitimadas por um acontecimento infausto (falecimento de quem presumidamente sustentava o lar), e acompanhadas de uma numerosa prole, na generalidade das ocorrências.

### **III - DOS POSICIONAMENTOS JURISPRUDENCIAIS**

*PREVIDENCIÁRIO.PENSÃO POR MORTE.COMPROVAÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL RECONHECIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM.DESNECESSIDADE DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL.IMPOSSIBILIDADE DE REPRECIACÃO.INCIDENCIA DO VERBETE SUMULAR Nº. 7/STJ.RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.1 O art. 14 do Decreto 77.077/76, antes mesmo da edição da Lei 9.278/96, assegurava o direito dos companheiros à concessão de benefício previdenciário decorrente do reconhecimento da união estável, desde que configurada a vida em comum superior a cinco anos.*

*2. Em nenhum momento a legislação previdenciária impôs restrições à comprovação da união estável entre o homem e a mulher mediante início de prova material; pelo contrário, deixou ao arbítrio do julgador a análise de todas as provas legais que pudessem formar a sua convicção acerca da existência da vida em comum entre os companheiros.*

*3. A Terceira Seção deste Superior Tribunal, no âmbito da Quinta e da Sexta Turma, já consolidou entendimento no sentido da não-exigência de início de prova material para comprovação da união estável, para fins de obtenção do*



*benefício de pensão por morte, uma vez que não cabe ao julgador restringir quando a legislação assim não o fez.*

*4. A comprovação da união estável entre o autor e a segurada falecida, que reconheceu a sua condição de companheiro, é matéria insuscetível de reapreciação pela via do recurso especial, tendo em vista que o Tribunal a quo proferiu seu julgado com base na análise do conjunto fático-probatório carreado aos autos. Incidente, à espécie, o verbete sumular nº 7/STJ.*

*5. Recurso especial a que se nega provimento. (STJ – 5ª T., REsp nº 778.384/GO, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJ 18.09.2006, p. 357)*

*PENSÃO POR MORTE. UNIÃO ESTÁVEL(DECLARAÇÃO).PROVA EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAL (POSSIBILIDADE).ARTS. 131 E 132 DO CÓD DE PR. CIVIL(APLICAÇÃO)1. No nosso sistema processual, coexistem e devem ser observados o princípio do livre convencimento motivado do juiz e o princípio da liberdade objetiva na*

*demonstração dos fatos a serem comprovados (arts. 131 e 332 do Cód. de Pr. Civil). 2. Se a lei não impõe a necessidade de prova material para a comprovação tanto da convivência em união estável como da dependência econômica para fins previdenciários, não há por que vedar à companheira a possibilidade de provar sua condição mediante testemunhas, exclusivamente. 3. Ao magistrado não é dado fazer distinção nas situações em que a lei não faz. 4. Recurso especial do qual se conheceu, porém ao qual se negou improvimento. (STJ – 6ª T., REsp nº 783.697/GO, Rel. Min. Nilson Naves, DJ 09.10.2006, p. 372)*

*PREVIDENCIA SOCIAL – PENSÃO POR MORTE – COMPANHEIRA DE SERVIDOR MUNICIPAL QUE PERCEBE PENSÃO DO INSS – DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO DO BENEFÍCIO ASSEGURADO EM LEIR MUNICIPAIS. Igualdade de direitos entre viúvas e conviventes de união estável - compatibilidade e interpretação sistemáticas harmonizadas com a inteligência que deflui dos artigos 201, v e 226, § 3o, da carta magna - recurso da ré improvido. (TJ/SP – 4ª C. Dir. Púb., Ap. com Rev. nº 66226251-00, Rel. Des. Escutari de Almeida, julg 13.12.2007)*

#### **IV – REQUERIMENTO:**

Diante do exposto, requer expressamente:

1 - A citação do INSS, na pessoa de seu representante legal, na Avenida José Horácio Mellão, nº. 2501, Tancredo Neves, São Manuel/SP, para, querendo, apresentar a defesa que tiver sob pena de revelia;

2 - Que seja **JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO**, para o fim de:

a) decretar a concessão da Pensão por Morte, condenando o INSS a implantar e pagar o benefício desde a data da data do requerimento administrativo em 11/07/2016;

b) determinar ao INSS o pagamento das prestações vencidas que deverão, ainda, ser acrescidas de juros e correção legais, computados da data do efetivo prejuízo até a data do pagamento, e, ainda de juros moratórios, a contar da Citação (arts. 405/406 do CC/2002), bem como às custas processuais e demais consectários legais, honorários advocatícios em seu grau máximo, conforme determinam os artigos 20 do CPC e 133 da CF/88, por ser medida de JUSTIÇA.

3 - Os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, por ser pessoa pobre na acepção jurídica do termo, conforme declaração anexa, em conformidade com as letras do art. 5º da CF/98 e das Leis 1.060/50, 5.584/70, 7.115/83.

Protesta e requer provar o alegado por todos os meios de prova em direito permitidos, testemunhal, documental, demais meios que se fizerem necessários.

Valora-se a causa em **R\$ 1.000,00 (um mil reais)**, tão somente para efeitos fiscais.

Termos em que

P. e espera Deferimento.

São Manuel/SP, d.s.

**Marcos Fernando B. Stipp**

**OAB/SP – 143.802**

Marcos Fernando Barbin Stipp  
ADVOGADOS

**Processo: 0002223-36.2016.4.03.6307**

---

**CLASSE - 1-PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**DISTRIBUÍDO EM 05/12/2016**

---

AUTOR **ANADILZA BATISTA DOS SANTOS (Principal)**  
ADVOGADO: **SP143802-MARCOS FERNANDO BARBIN STIPP (Principal) Telefone: (14) 3842-1415**  
ENDEREÇO **RUA ANTONIO MALOSSI N. 41**  
BAIRRO **CDHU II**  
CIDADE **SAO MANUEL**  
CEP **18650-000**  
SEXO **FEMININO**  
CPF **00638879590**  
RG **1211706753**  
DATA NASC. **26/07/1984**  
Nº BENEFÍCIO **1695398375**  
PAI **JOSÉ BATISTA DOS SANTOS**  
MÃE **MARIA EULINA DE JESUS DOS SANTOS**  
REPRESENTANTE -

RÉU **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID) (Principal)**  
ADVOGADO: **SP999999-SEM ADVOGADO (Principal)**  
ENDEREÇO **RUA CURUZU N. 1079**  
BAIRRO **CENTRO**  
CIDADE **BOTUCATU**  
CEP **18600902**  
REPRESENTANTE -

RÉU **MATHIAS SANTOS COSTA**  
ADVOGADO: **SP999999-SEM ADVOGADO (Principal)**  
ENDEREÇO **POVOADO OLHOS DAGUA N. 56 CASA**  
BAIRRO **ZONA RURAL**  
CIDADE **BOQUIM**  
CEP **49360-000**  
SEXO **MASCULINO**  
CPF **08953679559**  
RG **38301032**  
DATA NASC. **09/07/2000**  
PIS/PASEP/NIT **20633450620**  
MÃE **DAMIANA DE JESUS SANTOS COSTA**  
REPRESENTANTE -

---

**CLASSE - 16-RECURSO INOMINADO**  
**DISTRIBUÍDO EM 28/08/2017**

---

RECTE **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID) (Principal)**  
ADVOGADO: **SP999999-SEM ADVOGADO (Principal)**  
ENDEREÇO **RUA CURUZU N. 1079**  
BAIRRO **CENTRO**  
CIDADE **BOTUCATU**  
CEP **18600902**  
REPRESENTANTE -

RECD0            **ANADILZA BATISTA DOS SANTOS    (Principal)**  
ADVOGADO:      **SP143802-MARCOS FERNANDO BARBIN STIPP    (Principal)    Telefone: (14) 3842-1415**  
ENDEREÇO       **RUA ANTONIO MALOSSI N. 41**  
BAIRRO          **CDHU II**  
CIDADE          **SAO MANUEL**  
CEP             **18650-000**  
SEXO            **FEMININO**  
CPF             **00638879590**  
RG              **1211706753**  
DATA NASC.     **26/07/1984**  
Nº BENEFÍCIO   **1695398375**  
PAI              **JOSÉ BATISTA DOS SANTOS**  
MÃE             **MARIA EULINA DE JESUS DOS SANTOS**  
REPRESENTANTE -

**Imprimir**



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO**  
**INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NORDESTE SRIV**  
**GERÊNCIA-EXECUTIVA DO INSS EM ARACAJU**  
**AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - APS ESTÂNCIA**

Recebido em 6/9/17

22.001.030

Ofício nº 197/2017/APSEST/INSS

Estância, 31 de agosto de 2017

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE**

Boquim

Pq. Citrícola Gov. João Alves Filho, S/Nº – Centro

CEP: 49360-000 Boquim/SE

**Assunto: DEPENDENTES HABILITADOS À PENSÃO POR MORTE**

**Processo: 201761001022**

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a),

Em resposta ao mandado de intimação referente ao processo acima mencionado, informamos que, conforme pesquisas no sistema, existe um dependente habilitado à pensão por morte do senhor JOSE ROBERTO SILVA COSTA, trata-se do menor MATHIAS SANTOS COSTA, na qualidade de FILHO, data de nascimento em 09/07/2000, através do NB 21/177.891.881-3. Segue em anexo consulta no sistema.

Ao ensejo, nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos e reiteramos protestos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,

**ALISSON DA SILVA**

*Monitoramento Operacional de Benefícios*

Acao

Inicio Origem Desvio Restaura Fim

Nome: JOSE ROBERTO SILVA COSTA NIT.: 1274783676 40  
Mae : ALMERINDA XAVIER DA SILVA CPF.: 13847195 98  
UF/Munic.: SE/ BOQUIM Data Nasc.: 20/02/1970  
OL.: 22.0.01030 DIB.: 22/04/2016 Esp.: 21 NB.: 1778918813

Nome: NIT.:  
Mae : CPF.:  
UF/Munic.: / Data Nasc.:  
OL.: DIB.: Esp.: NB.:

Nome: NIT.:  
Mae : CPF.:  
UF/Munic.: / Data Nasc.:  
OL.: DIB.: Esp.: NB.:

Sequencia: 1 Encontrados: 1 FIM  
Proxima Pagina (Nova Pesquisa ou Finalizar com 99) 99

Window SISBEN/1 at DTPRJCV3

Acao

Inicio Origem Desvio Restaura Fim

NB\_ 1778918813 DAMIANA DE JESUS SANTOS Situacao: Ativo  
CPF: 089.536.795-59 NIT: 2.063.345.062-0 Ident.: 00038301032 SE

OL Mantenedor: 22.0.01.030 APS : APS ESTANCIA PRISMA  
OL Mant. Ant.: Banco : 237 BRADESCO  
OL Concessor : 22.0.01.050 Agencia: 243821 BOQUIM

Nasc.: 09/07/2000 Sexo: MASCULINO Trat.: 01 Procur.: NAO RL: SIM  
Esp.: 21 PENSAO POR MORTE PREVIDENCIARIA Qtd. Dep. Sal.Fam.: 00  
Ramo Atividade: COMERCARIO RP: N Qtd. Dep. I. Renda: 00  
Forma Filiacao: EMPREGADO Qtd. Dep. Informada: 01  
Meio Pagto: CMG - CARTAO MAGNETICO Dep. para Desdobr.: 01/01  
Situacao: ATIVO Dep. valido Pensao: 01

APR. : 1.309,43 Compet : 08/2017 DAT : 00/00/0000 DIB: 22/04/2016  
MR.BASE: 1.309,43 MR.PAG.: 1.309,43 DER : 02/03/2017 DDB: 03/04/2017  
Acompanhante: NAO Tipo IR: PADRAO DIB ANT: 00/00/0000 DCB: 00/00/0000

Percentuais da pensao: MR Previd. c/ 100%: Nao

Window SISBEN/1 at DTPRJCV3

Acao

Inicio Origem Desvio Restaura Fim

NB. 1778918813 DAMIANA DE JESUS SANTOS

Situacao: Ativo

Especie: 21

Tratamento: 01

01 - MATHIAS SANTOS COSTA

Nasc: 09/07/2000 Nit: 2063345062-0

Est Civil: SOLTEIRO Vinculo: FILHO

Sexo: M Defic:: N Compr-SF:

Cap: 1 - CAPAZ

Extincao: 09/07/2021 - 17 - LIMITE DE IDADE

-  
Est Civil:

Vinculo:

Nasc:

Nit:

Cap: -

Extincao:

Sexo: -

Defic::

Compr-SF:

-  
Est Civil:

Vinculo:

Nasc:

Nit:

Cap: -

Extincao:

Sexo: -

Defic::

Compr-SF:

Total de Dependentes: 1

Proxima Pagina ou 99 para Finalizar 99

Window SISBEN/1 at DTPRJCV3



Acão

Inicio Origem Desvio Restaura Fim

NB 1778918813 DAMIANA DE JESUS SANTOS Situacao: Ativo

Instituidor: JOSE ROBERTO SILVA COSTA  
Mae : ALMERINDA XAVIER DA SILVA

CPF. : 013847195-98 Nacionalidade: BRASILEIRA  
Ident.: 1113676 01 SE Municipio/UF : BOQUIM / SE  
CTPS. : 00000000 00000 Sexo : MASCULINO  
NIT. : 12747836764 Nascimento : 20/02/1970 DO/DR: 22/04/2016  
Titulo: Validacao no CNIS: NAO Morte Presumida: Nao  
Certidao - Tipo: Livro: Folha: Termo:  
Obito: Livro: C20 Folha: 250 Termo: 8543 Cart: CNPJ - 49566409000169

Endereco para Correspondencia (Valido)

Endereco : POVOADO OLHOS D'AGUA ZONA RURAL CEP.: 49360-000  
Municipio: BOQUIM UF.: SE  
Bairro : RURAL Tel.: DDD/Ramal: /

Window SISBEN/1 at DTPRJCV3



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**BOQUIM DA COMARCA DE BOQUIM**  
**Pq Citrícula Gov. João Filho, Bairro Centro, Boquim/SE, CEP 49360000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201961000972

**DATA:**

17/04/2020

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

BOQUIM DA COMARCA DE BOQUIM  
Pq Citrícula Gov. João Filho, Bairro Centro, Boquim/SE, CEP 49360000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201961000972

**DATA:**

07/05/2020

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

Tendo em vista a juntada de novos documentos pela parte autora (fl. 170/179), intime-se a parte demandada para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar sobre os mesmos, nos termos do art. 437, § 1º do CPC. Tudo cumprido e certificado, conclua-se.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Boquim**

Nº Processo 201961000972 - Número Único: 0000948-78.2019.8.25.0009

Autor: MERCIA SANTOS COSTA E OUTROS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Tendo em vista a juntada de novos documentos pela parte autora (fl. 170/179), intime-se a parte demandada para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar sobre os mesmos, nos termos do art. 437, § 1º do CPC.

Tudo cumprido e certificado, conclua-se.



Documento assinado eletronicamente por **ELÁDIO PACHECO MAGALHÃES, Juiz(a) de Boquim**, em 07/05/2020, às 09:22:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000858426-29**.